

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

ALESSANDRO THEODORO CASSOLI

**A política de cotas da UFSC na opinião dos seus graduandos**

FLORIANÓPOLIS-SC  
**2013**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

**A política de cotas da UFSC na opinião dos seus graduandos**

*Dissertação de mestrado apresentada o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.*

**Alessandro Theodoro Cassoli**

Orientadora: **Dra. Ilse Scherer-Warren**

FLORIANÓPOLIS-SC  
**2013**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do  
Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da  
UFSC.

Cassoli, Alessandro Theodoro

A política de cotas da UFSC na opinião dos seus  
graduandos / Alessandro Theodoro Cassoli ; orientadora,  
Ilse Scherer-Warren - Florianópolis, SC, 2013.

142 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências  
Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. políticas de ação  
afirmativa. 3. cotas no vestibular. 4. inclusão  
étnico-racial. I. Scherer-Warren, Ilse. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de  
Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

# **A política de cotas da UFSC na opinião dos seus graduandos**

**Alessandro Theodoro Cassoli**

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para a  
obtenção do título de **MESTRE EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**Área de concentração: Movimentos sociais, participação e democracia**

## **Banca Examinadora**

**Dra. Ilse Scherer-Warren**  
Orientadora e Presidente – CFH/UFSC

**Dra. Joana Célia dos Passos**  
UNISUL

**Dra. Karine Pereira Goss**  
IFSC

**Dr. Julian Borba**  
CFH/UFSC

**Dr. Erni Seibel**  
CFH/UFSC (suplente)

**Dr. Ricardo Gaspar Müller**  
Coordenador do PPGSP/UFSC

Florianópolis-SC, 13 de maio de 2013



*Para meus pais, Anne e Mauricio*





## **Agradecimentos**

À professora Ilse Scherer-Warren por todo carinho, generosidade, paciência e dedicação demonstrados ao longo desses três produtivos anos de pesquisa e trabalho. Quero agradecê-la também pela preciosa orientação e por ter me aberto as portas do NPMS e do INCTi-SC.

À professora Karine Pereira Goss pela fundamental orientação ainda na fase de planejamento desta pesquisa.

Ao professor Julian Borba, pela paciente e pormenorizada apresentação de todos os conceitos estatísticos em torno dos quais parte fundamental dessa pesquisa se sustenta.

Aos professores Joana Passos e Erni Seibel pelas preciosas e detalhadas observações na fase qualificatória da pesquisa.

Aos membros do INCTi-SC, professores Marcelo Tragtenberg, Marco Antonio Peres, João Luís Bastos, Alexandra Boing e Antonio Boing, pela constante e generosa troca de informações relativas ao tema das ações afirmativas.

Às bolsistas do NPMS e INCTi-SC, Paula Batistela Elias, Marina Reche Felipe, Vera Belo, Anna Espírito Santo, Schirlei R. Von Dentz e Juliana Fachini, pela maravilhosa convivência e pelo fundamental apoio em todas as fases dessa pesquisa, principalmente na coleta e organização das informações de campo. Um agradecimento especial também às alunas das disciplinas de Prática de Pesquisa, Chari Nobre, Maria Theresa, Gabriella Santos, ao aluno Leonardo Silva e à estagiária de docência Fernanda Natasha Cruz Bravo, que muito

colaboraram no trabalho de campo.

Às secretárias do PPGSP-UFSC, Albertina Buss Volkmann e Maria de Fátima Xavier da Silva, pelo atencioso apoio e orientação relativos aos assuntos administrativos do curso.

Ao CNPq, pela bolsa, ao INCT Inclusão, pelo apoio institucional e ao NPMS, pelo apoio estrutural em todas as fases da pesquisa.

Aos meus pais, Maurício e Anne, e minhas irmãs Ana Karina e Marianne, pelo constante incentivo e apoio em todos os momentos.

À minha companheira, Juliana Grigoli, pelo carinho, incentivo e diálogo constantes, o que foi fundamental para a materialização deste trabalho.

A todos, MUITO OBRIGADO!

## **Resumo**

O presente trabalho apresenta uma análise da opinião dos graduandos de uma universidade federal brasileira sobre as chamadas Políticas de Ação Afirmativa para inclusão no ensino superior, iniciativa também conhecida como *política de cotas*. Este estudo começa com uma análise bibliográfica acerca da dinâmica histórica de implementação dessas políticas tendo como eixo a necessidade histórica de emancipação social do negro brasileiro. Em seguida, analisamos como a Sociologia nacional tem pensado, ao longo dos anos, a questão da inclusão social do negro, donde buscamos identificar as principais correntes interpretativas e suas respectivas teses. Em terceiro lugar apresentamos o detalhamento da pesquisa de campo onde procuramos averiguar quais as opiniões dos graduandos sobre tais políticas, bem como compreender quais os fatores que colaboraram para a formação dessas opiniões. Finalmente, analisamos o resultado das observações de campo à luz das teorias apresentadas ao longo do trabalho. O material coletado em campo foi organizado em forma de banco de dados totalizando 485 casos válidos, de onde procedeu-se uma série de testes estatísticos em busca de correlações que ajudassem a identificar os fatores sociológicos aos quais as diferentes opiniões sobre cada modalidade de cota estariam relacionados.

**Palavras-chave:** políticas de ação afirmativa, cotas no vestibular, inclusão étnico-racial, análise fatorial, regressão logística



## **Abstract**

This paper presents an analysis of the opinions of a set of undergraduates in a public Brazilian university about Affirmative Action Policy in higher education. The study begins with a review of the literature on the implementation of such policies. Then we analyze how Brazilian sociology has considered the social inclusion of black people over the years, seeking to identify the main interpretative currents and their respective arguments. Following this, we present the details of the research conducted, attempting to establish what the opinions of undergraduates on such policies clearly are, and to elucidate what factors contributed to the formation of their opinions. Finally, we analyze the results of our observations in the field according to the axis of theories presented throughout the work. The material collected in the field was organized into a database of 485 valid cases, where we used a series of statistical tests to find correlations that would help us to identify the sociological factors to which the different opinions on each type of Affirmative Action were probably related.

**Keywords:** affirmative action, college access policies, ethno-racial including, factor analysis, logistic regression



## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Perfil da amostra em relação ao curso .....	63
Tabela 2 – Perfil da amostra em relação ao centro de ensino.....	64
Tabela 3 – Proporção de alunos segundo critério Raça/Cor .....	68
Tabela 4 – Perfil da amostra com relação ao critério Ano de Ingresso na Universidade .....	69
Tabela 5 – Perfil da amostra com relação ao critério UF de origem .....	71
Tabela 6 – Raça/Cor versus Forma de Acesso.....	72
Tabela 7 – Taxa de aceitação de cotas .....	73
Tabela 8 – Raça/Cor versus Opinião sobre as Cotas .....	74
Tabela 9– Raça/Cor versus Cota é democrática?.....	75
Tabela 10 – Modalidade de acesso versus renda familiar mensal .....	77
Tabela 11 – Forma de acesso versus opinião sobre cotas .....	78
Tabela 12 – Listagem dos índices criados a partir dos dados coletados em campo .....	80
Tabela 13 – Índice de aceitação das cotas (IAC) versus Renda Familiar.....	82
Tabela 14 – Teste Gamma para IAC versus Renda Familiar .....	83
Tabela 15 – Teste Gamma relativo a renda familiar vs. IAPAA.....	83
Tabela 16 – Coef. Gamma do IAC/IAPA vs. IFMO/IFAO/ IFVO/Escala de concorrência(EC)/Escolaridade do Pai (EP)/Escolaridade da Mãe (EM) .....	84
Tabela 17 – Quadro de saída da análise de Regressão Logística.....	89
Tabela 18 – Resultados de RL com raça-cor binarizada.....	92
Tabela 19 – Resultados de RL com raça-cor binarizada.....	93
Tabela 20 – Resultados de RL com raça-cor ordinal .....	94
Tabela 21 – Resultados de RL com raça-cor ordinal .....	96

Tabela 22 – Resultados de RL com raça-cor binarizada .....	96
Tabela 23 – Resultados de RL com raça-cor binarizada .....	97
Tabela 24 – Resultados de RL com raça-cor binarizada .....	98
Tabela 25 – Resultados de RL com raça-cor binarizada .....	99
Tabela 26 – Tipo de teses pró e contra cotas, segundo Goss (2008) ....	101
Tabela 27 – Categorização dos argumentos contrários às cotas.....	102
Tabela 28 – Categorização dos argumentos presentes na questão 26...	103
Tabela 1a – Descrição dos candidatos por raça/cor (UFSC Campus Florianópolis, 2004-2011).....	119
Tabela 2a – Descrição dos candidatos aprovados segundo renda (UFSC Campus Florianópolis, 2004-2011).....	120
Tabela 3a – Distribuição das amostras de acordo com o ano de ingresso do aluno, por curso.....	121
Modelo 1 – Favorável a cotas para negros.....	127
Modelo 2 – Favorável cotas E.P.....	129
Modelo 3 – Favorável à cotas para índios.....	131
Modelo 4 – Favorável a cotas para Deficientes Físicos .....	133
Modelo 5 – Contrário às cotas .....	135
Modelo 6 – Aceitação máxima das cotas étnicas .....	137
Modelo 7 – Fatores que colaboram para a mudança de opinião – Aceitação cotas para negros .....	139
Modelo 1 – Índices, fatores socioeconômicos, socialização e branquitude .....	140
Modelo 2 – Índices, fatores socioeconômicos, socialização .....	141
Modelo 3 – Fator geracional e racial analisados conjuntamente.....	142



## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1 – Histograma da distribuição dos casos pelo ano de ingresso na universidade.....	66
Gráfico 2 – Associação entre cota e democracia <i>versus</i> renda familiar mensal .....	76



## **Tabela de siglas e abreviações**

AA – Ação Afirmativa

CCB – Centro de Ciências Biológicas

CCE – Centro de Comunicação e Expressão

CCJ – Centro de ciências jurídicas

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CDS – Centro de Desportos

CFH – Centro de Filosofia e Humanas

NPMS – Núcleo e Pesquisa em Movimentos Sociais – CFH-UFSC

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCTi – Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa

INCTi-SC – Núcleo de Santa Catarina do INCTi, sediado no NPMS

IAC – Índice de aceitação de cotas

IAPAA – Índice de aceitação de políticas de ação afirmativa

IFAO – Índice de formação acadêmica de opinião

IFMA – Índice de formação midiática de opinião

IFVO – Índice de formação vivencial de opinião

PAA – Políticas de Ação Afirmativa

SIDRA – Sistema IBGE de recuperação automática

SPSS – Statistical Package for Social Science (Software da IBM)

UF – Unidade Federativa

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina



## Sumário

Apresentação .....	23
Capítulo I.....	29
Breve histórico das Políticas de Ação Afirmativa (PAA) no Brasil e na UFSC.....	29
1.1 Origens das Políticas de Ação Afirmativa.....	31
1.2 A política de cotas na UFSC .....	33
1.3 O debate sobre a legitimidade das PAA .....	35
Capítulo II .....	38
Os desafios do pensamento social brasileiro .....	38
2.1 Correntes interpretativas do pensamento social brasileiro .....	44
Capítulo III .....	47
O negro brasileiro e sua luta por direitos.....	47
3.1 O negro e a sociedade de classe .....	48
3.2 Formação do povo brasileiro e a questão da miscigenação .....	53
Capítulo IV .....	61
Metodologia da pesquisa de campo, tratamento dos dados e análises preliminares.....	61
4.1 O questionário e o banco de dados.....	61
4.2 Critérios de amostragem .....	65
4.3 Cálculo amostral .....	67
4.4 Perfil da amostra .....	68
4.5 Composição dos índices.....	78
4.6 Análise do comportamento dos índices IAC e IAPAA versus IFMO, IFVO e IFAO .....	80

4.7 Inserindo o fator racial nos modelos.....	85
Capítulo V.....	86
Opinião dos universitários: análise através dos modelos estatísticos.....	86
5.1 Análise Fatorial.....	86
5.2 Regressão logística .....	88
5.2.1 – Considerações sobre a inserção da variável raça/cor nos modelos de RL.....	91
5.2.2 - Raça/cor e renda na aceitabilidade das cotas para negros .....	94
5.2.3 – Posicionamento contrário às cotas.....	95
5.2.4 – Posicionamento favorável às cotas para índios.....	97
5.2.5 – Posicionamento favorável às cotas para deficientes físicos..	98
5.2.6 – Aceitação máxima das cotas étnicas .....	98
5.2.7 – Mudança de opinião.....	99
5.3 Categorização dos discursos presentes nas questões abertas .....	99
Capítulo VI.....	107
Conclusões .....	107
Referências bibliográficas.....	114
Anexos .....	118
Anexo 1 – Tabelas diversas com dados da PRAE, COPERVE e de BOING(2011).....	119
Anexo 2 – Questionário.....	124
Anexo 3 - Modelos de Regressão Logística .....	127
Anexo 4 - Análises fatoriais.....	140

## APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa de mestrado foi desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e tem como objetivo analisar as opiniões dos graduandos dessa mesma universidade sobre sua política de reserva de vagas no vestibular, também conhecida como *política de cotas*.

Para garantir o adequado embasamento teórico das análises diretamente relacionadas ao problema central da pesquisa – o que pensam os estudantes da UFSC sobre cotas e quais os fatores sociológicos que estariam associados à formação das opiniões desses alunos –, procedeu-se um detalhado levantamento bibliográfico sobre as diversas interpretações da sociologia nacional sobre o processo de formação do povo brasileiro, com especial foco no impacto social derivado da escravidão negra, dada a intensidade com a qual foi operada no Brasil durante a maior parte de sua história. Para tornar essa revisão teórica mais objetiva, procuramos compreender o dilema da inclusão do negro na sociedade brasileira após a abolição da escravatura, em 1888. Em seguida, procurou-se traçar um panorama do processo de integração do negro na sociedade de classes ao longo do século XX, para então adentrarmos na análise bibliográfica das chamadas políticas de ação afirmativa (PAA), ou simplesmente ações afirmativas, com especial foco naquelas baseadas em critérios étnico-raciais, políticas estas implementadas efetivamente somente no início do século XXI.

Nosso esforço foi direcionado para a compreensão da dinâmica social brasileira em um horizonte de pouco mais de cem anos, intervalo no qual parte do pensamento social nacional ocupou-se de denunciar a sub-representação do negro nas principais instâncias e instituições políticas nacionais, período em que também os mecanismos de exclusão racial foram se sofisticando na medida em que as conquistas democráticas de âmbito coletivo iam sendo implementadas. Tais estudos mostram que, a despeito da igualdade universal proclamada pelas constituições de tradição liberal – onde o decreto “todos os homens são iguais perante a lei” transmite a impressão de que a democracia estaria,

por força desse mote, automaticamente garantida –, negros e índios não conseguiram se integrar de forma equânime, em comparação com os brancos, na sociedade de classes que se instaurou ao longo do processo de modernização da sociedade brasileira.

Essa revisão bibliográfica está organizada de maneira temática: histórico das políticas de ação afirmativa, correntes teóricas do pensamento social brasileiro e o dilema da inclusão do negro na sociedade de classes, são, nesta ordem, os temas dos três primeiros capítulos. Já os capítulos 4 e 5 são dedicados ao detalhamento da pesquisa de campo e às análises dos dados coletados, cujo objetivo foi conhecer a opinião dos graduandos da UFSC sobre a política de reserva de vagas para negros, índios e egressos de escola pública adotada pela da Universidade a partir do vestibular de 2008. O sexto e último capítulo traz a síntese dos resultados obtidos por meio das análises do material de campo em relação à revisão teórica anteriormente apresentada, com foco na tentativa de identificar quais fatores sociais podem estar relacionados a cada padrão de opinião observado.

Este projeto insere-se na linha de pesquisa do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão Étnica e Racial no Ensino Superior e na Pesquisa (INCT-i)<sup>1</sup>, que tem como um de seus principais objetivos formar uma ampla rede de pesquisa exclusivamente focada na questão da avaliação das políticas de inclusão no ensino superior e na pesquisa. O INCT-i é sediado em Brasília e tem como coordenador geral o professor do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (DAN-UnB), Dr. José Jorge de Carvalho. O núcleo de Santa Catarina do Instituto é coordenado pela professora do PPGSP-UFSC, Dra. Ilse Scherer-Warren. Foi por meio de bolsistas de Apoio Técnico cedidos pelo INCT-i e de alunos da disciplina Prática de Pesquisa<sup>2</sup> que o intenso trabalho de campo da presente pesquisa pôde ser realizado, desde a etapa de elaboração e confecção do instrumento de coleta,

---

<sup>1</sup> O INCT-i é um dos 122 *Projetos INCT* aprovados em 2008, nascidos de uma iniciativa do Ministério de Ciência e Tecnologia e CNPq, integrando outros importantes órgãos de fomento, como Capes, BNDES, MEC e algumas fundações de amparo à pesquisa estaduais, inclusive a FAPESC. O Projeto INCT tem como meta “mobilizar e agregar, de forma articulada com atuação em redes, os melhores grupos de pesquisa em áreas de fronteira da ciência e em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do País” ([http://www.cnpq.br/programas/in\\_ct/\\_apresentacao/docs/livro.pdf](http://www.cnpq.br/programas/in_ct/_apresentacao/docs/livro.pdf)).

<sup>2</sup> Disciplinas Tópicos Especiais em Sociologia III e V (ministradas nos 2º semestres de 2011 e 2012, respectivamente).



passando pela aplicação dos mais de 500 questionários, e a inserção das informações coletadas no banco de dados, o que foi de fundamental importância para a conclusão do trabalho dentro da data regimental do mestrado do PPGSP-UFSC. O questionário também contempla perguntas de interesse de outras pesquisas atualmente em desenvolvimento pela equipe vinculada ao INCT-i de Santa Catarina e ao Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais (NPMS-UFSC).

A revisão teórica foi dividida em duas etapas temáticas, sendo que a primeira delas consiste na compreensão do debate contemporâneo sobre as PAA com o fito de compreender o processo de gestação dessas políticas ao longo da história, o que passa obrigatoriamente pelo mapeamento da produção científica brasileira sobre o tema, onde tivemos os trabalhos de Carvalho (2005, 2007), Goss (2008) e Paiva (2010) como principais fontes. A segunda etapa consistiu na revisão teórica acerca do processo de formação do povo brasileiro, com foco nas dimensões culturais e étnico-raciais das três principais matrizes formadoras da população: índios, brancos e negros. Para tanto, nos baseamos principalmente nos estudos de Darcy Ribeiro (2010), Florestan Fernandes (1978, 1986), Jacob Gorender (2000), Octávio Ianni (2004) e Jessé Souza (2000).

O estudo das PAA no contexto brasileiro impõe a problematização de fatores peculiares da formação social do país, dentre os quais a *escravidão* e a questão da *miscigenação* são duas dimensões importantes a serem melhor analisadas, posto que as PAA de recorte étnico-racial são as que mais suscitam polêmicas no debate público ao mesmo tempo em que são aquelas com maior potencial democratizante (cf. CARVALHO, 2007; TRAGTEMBERG *et al*, 2006).

O tema da escravidão remete a estudos do *período colonial* brasileiro (1500-1822), da *abolição* da escravidão e o início do *republicanismo* no país (1889). Tais estudos são fundamentais para situar o debate brasileiro sobre PAA no contexto internacional, já que autores de diversas correntes interpretativas (FREYRE, 2003; GORENDER, 2000; PRADO JUNIOR, 2000; RIBEIRO, 2010), embora diverjam em muitas posições teóricas, são unânimes ao apontarem o caráter singular do regime escravocrata brasileiro, principalmente quando comparado a outros regimes escravocratas e coloniais da mesma época – donde o caso norte-americano é um dos mais distintos, ao mesmo tempo em que é um dos mais referenciados no debate nacional

sobre PAA.

A questão da miscigenação, por sua vez, constituiu problema-chave na delimitação de marcos teóricos distintos, em certos pontos totalmente antagônicos, ao longo da construção do pensamento social brasileiro no século XX. As principais correntes de pensamento acerca da miscigenação serão analisadas no Capítulo III do presente trabalho.

Para o planejamento da pesquisa de campo tivemos a obra de Quivy & Campenholdt (2005) como referência para a dimensão estrutural e epistemológica do instrumento de coleta, materializado sob a forma de um questionário. Para fundamentar as análises estatísticas nos referenciamos pela obra de Barbetta (2011), juntamente com os trabalhos de Maroco (2006) e Figueiredo Filho & Silva Junior (2010) para a fundamentação da modelagem estatística e da interpretação dos resultados dos testes. Da análise dos trabalhos de Feres Junior (2010) e de Goss (2008) foi de onde surgiram as referências para a elaboração de parte significativa das perguntas estritamente qualitativas do instrumento de coleta, principalmente para permitir um comparativo entre os argumentos apresentados pelos alunos em relação aos argumentos formulados por cientistas sociais contrários e favoráveis às cotas, especialmente de recorte étnico-racial.

Os dados coletados em campo foram tabulados em banco de dados de maneira a permitir a execução de testes estatísticos, donde foram considerados mais consistentes os modelos gerados pela técnica de Análise Fatorial e Regressão Logística, por meio dos quais foi empreendida a busca por correlações significantes entre a opinião sobre cotas dos alunos e uma série de variáveis sociais, econômicas e vivenciais captadas pelo questionário.

Por fim, foi realizado esforço no sentido de compreender os resultados coletados em campo em relação ao conteúdo de toda a bibliografia consultada, de maneira a situar os resultados observados em campo dentro do debate acadêmico sobre o tema.

O principal instrumento de coleta de dados desta pesquisa consiste em um questionário (Anexo 2) aplicado entre alunos de cursos distintos, escolhidos de acordo com o grau de competitividade registrado no vestibular. Entre os cursos mais disputados, selecionamos Medicina, Engenharia Civil, Direito (noturno) e Jornalismo, o que chamamos de cursos de *alta demanda*. Entre os cursos menos concorridos, ou seja, de *baixa demanda*, escolhemos Física, Pedagogia, Ciências Sociais

(noturno) e Biblioteconomia (noturno). Para tanto, escolhemos disciplinas de diferentes fases de cada um desses cursos e verificamos junto aos professores a disponibilidade de cederem quinze minutos de aula para a aplicação do instrumento de coleta. Os questionários foram preenchidos pelos próprios alunos que concordaram em participar da pesquisa, modalidade conhecida como questionário de *administração direta* (QUIVY & CAMPENHOUDT, 2005, p. 188).

Os dados coletados foram lançados em um processador estatístico especialmente desenvolvido para *survey*, o IBM-SPSS<sup>3</sup>. Ao optar pelo questionário como instrumento de observação, procuramos formular questões tendo em mente que “o inquérito por questionário de perspectiva sociológica distingue-se da simples sondagem de opinião pelo fato de visar a verificação de hipóteses teóricas e a análise das correlações que essas hipóteses sugerem” (QUIVY & CAMPENHOUDT, 2005, p. 188). Dessa maneira, após o planilhamento dos dados, foi possível estabelecer correlações entre as variáveis coletadas de maneira a identificar o padrão das respostas obtidas de acordo com as características socioeconômicas dos entrevistados, os cursos, idade etc. Tivemos ainda a possibilidade de criar alguns índices relativos à aceitação de cotas e das PAA em geral, bem como outros três índices relativos aos mecanismos de formação e mudança de opiniões, conforme detalharemos mais à frente. Tais índices foram correlacionados com um conjunto de outras variáveis com o intuito de verificar em que medida fatores como renda familiar, origem escolar, pertencimento étnico etc., influenciam na construção das opiniões coletadas.

Os resultados observados durante a pesquisa de campo foram comparados, na medida do possível, com outras fontes de dados estatísticos sobre aprovação, matrícula, evasão e aproveitamento dos alunos, dados estes oriundos de estudo atualmente em desenvolvimento por parte da equipe de pesquisadores do INCTi-SC, por meio do processamento de dados fornecidos pela Coperve<sup>4</sup> e PRAE<sup>5</sup> na série histórica 2005-2011. Trabalharemos também com algumas informações

---

<sup>3</sup> *Statistical Package for Social Science*

<sup>4</sup> Coperve: Comissão Permanente do Vestibular da UFSC

<sup>5</sup> PRAE: Pró-reitoria de Assuntos Estudantis - UFSC

censitárias obtidas no sistema SIDRA<sup>6</sup> do IBGE, com objetivo de situar as análises observadas em campo com algumas características da população atendida pela UFSC.

A importância de se analisar as percepções da população universitária, ao nosso ver, reside no fato das cotas constituírem a primeira iniciativa concreta do processo de inclusão social e étnico-racial em uma esfera mais ampla da sociedade, já que visa à garantia do acesso universal ao aparelho público de ensino superior. Além das cotas, outras políticas de ação afirmativa também vêm sendo implementadas pela UFSC para prover recursos materiais, educacionais e psicológicos para que os alunos cotistas consigam concluir os estudos. Dentre tais medidas, destacam-se a Bolsa Permanência, o Auxílio Moradia, o Auxílio Alimentação, o Apoio Pedagógico, o Apoio para Material didático, Apoio Psicológico, entre outros. Tem-se assim duas modalidades distintas de políticas de ação afirmativa: as voltadas à *inclusão* e aquelas voltadas à *permanência* do aluno ao longo do curso. No presente estudo, buscou-se também coletar a opinião dos universitários sobre tais políticas de permanência.

Como o questionário representa o primeiro contato com os alunos, aproveitamos para realizar uma sondagem sobre a possibilidade de futuras entrevistas com esses alunos, possibilitando novas perspectivas para as demais pesquisas conduzidas por outros pesquisadores do INCTi-SC e do NPMS, e é na questão 28 que os alunos dispostos a continuarem colaborando com a pesquisa puderam deixar suas informações de contato<sup>7</sup>. No entanto, no presente trabalho nos limitaremos apenas à análise dos dados fornecidos pelo questionário, devido à grande quantidade de informação que pode ser extraída do banco de dados.

---

<sup>6</sup> SIDRA: Sistema IBGE de recuperação automática

<sup>7</sup> As entrevistas individuais e as dinâmicas de Grupo Focal já estão sendo realizadas pelos demais pesquisadores do NPMS e INCTi-SC que desenvolvem projetos de pesquisa sobre o tema, em especial pela Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren.

## Capítulo I

### Breve histórico das *Políticas de Ação Afirmativa (PAA)* no Brasil e na UFSC

A reserva de vagas para estudantes de escola pública, negros e indígenas – também chamada de *política de cotas* – é apenas uma das diversas modalidades de *políticas de ação afirmativa* (PAA) voltadas à inclusão étnico-racial e social no ensino superior público. Em 2012, completou-se cinco anos que a reserva de vagas no vestibular foi implementada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Tal medida foi adotada em 2007 por iniciativa do Conselho Universitário (CUUn) em atendimento às demandas dos movimentos sociais negros e de outras pressões externas e mesmo internas à Universidade, na esteira das intensas mobilizações de âmbito nacional e internacional<sup>8</sup> em prol da adoção de medidas efetivas de inclusão social e étnico-racial em todos os espaços institucionais brasileiros, em especial no meio universitário. Foi também em 2012 que eventos importantes foram registrados em relação a essa temática, na medida em que significativos avanços jurídicos foram implementados em prol da legitimação de políticas e iniciativas de promoção da igualdade racial, donde o caso das PAA para inclusão no ensino superior público desponta como um dos mais significativos<sup>9</sup>.

Como pretendemos demonstrar nos três primeiros capítulos deste trabalho, tais conquistas são o produto de um longo esforço conjunto entre entidades e atores do movimento negro e de uma significativa parcela de brancos, sejam intelectuais ou ativistas, sensíveis

---

<sup>8</sup> Nos referimos aqui às conferências mundiais organizadas pela ONU para eliminação do racismo, em especial à sua terceira edição, realizada em 2001 na cidade de Durban, África do Sul. Analisaremos tais episódios com maior atenção mais adiante.

<sup>9</sup> Dentre os principais avanços no campo jurídico, destacam-se: 1) A decisão do STF sobre a plena constitucionalidade da política de cotas para negros instituída pela Universidade de Brasília - UnB; 2) A aprovação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que destina cota de 50% das vagas das instituições federais de ensino para egressos do ensino médio público e para minorias étnicas; 3) O Decreto nº 7.824 e a Portaria Normativa nº 18, ambos de 11 de outubro de 2012, que dispõem sobre as regras para a implementação dessas cotas.

à urgência da necessidade de se promover uma efetiva inclusão social e diminuir, principalmente, as desigualdades sociais atreladas a aspectos étnico-raciais. Nesse processo, trava-se uma batalha entre as diferentes retóricas sobre a natureza psicossocial e ideológica das formas de interação social em um país multiétnico e multicultural como é o caso do Brasil<sup>10</sup>, país para onde convergiram diversos movimentos diaspóricos ao longo da Modernidade, ao mesmo tempo em que foram formuladas as mais variadas teses sobre tal processo, teses estas as vezes tão antagônicas a ponto de criar cisões de natureza teórico-epistemológica na arena nacional das Ciências Sociais.

Num primeiro momento, as PAA despertaram questionamentos no âmbito de sua legalidade. Como veremos a seguir, nas últimas duas décadas intensas batalhas jurídicas foram travadas em torno da discussão da legalidade e, por conseguinte, da legitimidade da chamada *discriminação positiva*, ou seja, aquela que se caracteriza pelo tratamento diferenciado à parcelas da sociedade mais fragilizadas social e economicamente, portanto detentoras de menos recursos. Esta discriminação se materializa na forma de concessão de benefícios especiais para estes indivíduos fragilizados, o que num primeiro momento parecia contrariar a lógica da tradição jurídica liberal, pautada pela generalidade e universalidade de leis individuais – herança da tradição liberal europeia (GOMES, 2000). A partir de 1985, com a promulgação da Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85), o Judiciário brasileiro começa a trabalhar com o conceito de direito *difuso*, também conhecido como direito *coletivo*, o que permite a grupos discriminados ou minoritários defenderem coletivamente seus direitos (GOMES, 2000, p.390-1).

Paralelamente a esses avanços jurídicos, a luta do movimento negro é outra questão que merece ser estudada com maior atenção. Embora atualmente metade da população do país se declare negra<sup>11</sup>, sua representação nos empregos mais valorizados, nos partidos políticos e, conseqüentemente, nos cargos eletivos é tremendamente

---

<sup>10</sup> Um estudo sistemático sobre as retóricas que promoveram uma cisão entre a intelectualidade nacional sobre o tema das PAA para negros pode ser encontrado em GOSS (2008; 2009).

<sup>11</sup> Segundo dados do IBGE de 2010, um total de 50,8% da população se declara negra. Cabe lembrar que o IBGE considera como *negros* a soma das pessoas que se declaram *pretas* e *pardas*.

desproporcional, comparáveis aos números da África do Sul na época do *apartheid* (CARVALHO, 2005, p.19-30).

## 1.1 Origens das Políticas de Ação Afirmativa

Conforme aponta Carvalho (2005), a primeira experiência de Política de Ação Afirmativa (PAA) surgiu na Índia independente, em 1948, fruto da luta do líder *dalit* Bhimrao Ramji Ambedkar como modo de compensar a desigualdade milenar praticada contra a casta mais baixa daquele país (CARVALHO, 2005, p.179). Mais tarde apareceu nos EUA por volta de 1960, em atendimento às demandas históricas do movimento negro daquele país. As PAA apareceram alguns anos mais tarde em vários países da Europa Ocidental, sendo também chamadas de políticas de *discriminação positiva*, com maior foco nas questões de gênero. Tanto na Europa quanto nos EUA, os modelos de PAA adotados previam a criação de cotas a serem reservadas para os grupos socialmente fragilizados, com o objetivo de ampliar a representatividade desses grupos no mercado de trabalho, na esfera política e no sistema de educação, com especial atenção ao ensino superior (MOEHLECKE, 2002, p.198-200).

A necessidade de adoção de PAA no Brasil começou a ser debatida já no final da década de 1960, porém foi só nos anos 1980 e 1990 que “o ideal antirracista travou uma guerra ideológica com as instituições brasileiras (Estado, Igreja, universidade, partidos políticos, empresas e órgãos públicos)” (SANTOS, 2009, p.75), na luta por maior participação social e valorização da identidade negra. Assim, a política de cotas para estudantes negros começou a ser abertamente debatida em meados de 1990. O tema adquiriu maior centralidade na agenda pública de debate a partir da proposta do Deputado Federal Paulo Paim, em 1998, defendendo a criação de legislação específica para a inclusão igualitária do negro nas diversas instituições sociais do país, principalmente garantindo o acesso ao ensino superior público, setor altamente elitizado. Tais políticas seriam adotadas a partir da criação do “Estatuto da Igualdade Racial” – aprovado apenas em 2010, após profundas alterações do texto original –, cujo principal objetivo seria criar mecanismos legais específicos com o intuito de diminuir os efeitos da discriminação racial. Embora o Estatuto tenha sido duramente criticado por setores conservadores da sociedade, seja no campo

acadêmico, científico, intelectual ou mesmo político – insistentes em exaltar a lendária democracia racial brasileira –, o efeito da discriminação contra os negros é fato que pode ser medido e comprovado por meio de todos os censos socioeconômicos já realizados ao longo da história deste país, e são esses dados que fundamentam o atual posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem se colocado favorável às PAA, não só aquelas voltadas à inclusão no ensino, mas também àquelas voltadas à reserva de vagas para negros em funções e cargos públicos.

Parte desse esforço deve ser creditado aos compromissos firmados em 2001 durante a *3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância* – realizada na cidade de Durban, África do Sul –, ocasião em que o Brasil assumiu o compromisso de adotar políticas de ação afirmativa específicas para a população negra. No caso de PAA específicas para a inclusão no ensino superior público, as primeiras iniciativas brasileiras apareceram logo em 2002, a partir da iniciativa do poder público estadual do Rio de Janeiro e do Paraná, na forma de leis estaduais que determinavam a reserva de vagas nas universidades estaduais para alunos oriundos de escolas públicas e negros, no caso do Rio de Janeiro, e para indígenas, no Paraná (MOEHLECKE, 2002, p.209).

Como salienta Angela Paiva (2010, p.85), embora tais decisões tenham inicialmente ferido o princípio de autonomia universitária das instituições de ensino superior (IES), serviram para acelerar o debate interno nas demais IES públicas, inclusive federais, que passaram assim a planejar autonomamente modelos de PAA específicos para cada IES. Este processo permitiu o surgimento de uma gama de PAA, com percentuais de vagas e mecanismos de ingresso bem distintos, como mostra o estudo de Machado e Silva (2010, p.19-50). Em 2009, das 94 universidades públicas (estaduais e federais), 65 (ou seja, 70%) já contavam com algum tipo de mecanismo de acesso diferenciado voltado à inclusão de segmentos minoritários da população por elas atendida (MACHADO E SILVA, 2010, p.27). Do ponto de vista histórico, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal brasileira a adotar cotas no vestibular, em 2004, após intensa



mobilização do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) daquela instituição (CARVALHO, 2005, p.12-3)<sup>12</sup>.

## 1.2 A política de cotas na UFSC

Antes mesmo do posicionamento do STF acerca da legitimidade das cotas – o que veio a ocorrer apenas em 25 de abril de 2012 –, os conselhos universitários começaram a propor mecanismos de inclusão, valendo-se da autonomia de que gozam as universidades públicas do país. Desse modo, acompanhando a tendência que se desenhava no cenário universitário brasileiro, a UFSC implementou sua política de cotas a partir do vestibular de 2008, tendo como objetivo ampliar a representação de alunos negros, indígenas e egressos da escola pública em suas salas de aula.

A implementação de mecanismos de inclusão específicos para o exame vestibular apresentam resultados singulares e que, como mostram certos estudos, não poderiam ser alcançados com a adoção de algumas das principais opções propostas por aqueles que são contrários às cotas, especialmente às cotas raciais. Em minucioso estudo com base em projeções estatísticas sobre os dados de vestibulandos da UFSC de 2004, Tragtenberg *et al.* (2006) concluem que nem mesmo a duplicação das vagas oferecidas pela universidade seria suficiente para melhorar a representatividade do negro nas salas de aula. A reserva de 50% das vagas para egressos do ensino público tampouco apresenta perspectiva satisfatória (TRAGTENBERG, 2006, p.488-9). De acordo com as projeções estatísticas, a presença do negro no corpo discente da UFSC deveria girar em torno de 15% para manter a proporcionalidade com a composição étnico-racial da população atendida pela instituição. Cabe

---

<sup>12</sup> O Partido Democratas (DEM) ajuizou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 186, em julho de 2009, contestando a constitucionalidade da política de cotas raciais adotadas pela a UnB (20% de vagas para negros, por 10 anos). O litígio só foi resolvido em abril de 2012, quando o STF aprovou por unanimidade, após exaustiva consulta que mobilizou a intelectualidade nacional especializada no tema, a plena constitucionalidade do sistema de cotas implementado pela UnB, entendimento que deu jurisprudência a outras IES que adotaram PAA semelhante enquanto a ADPF 186 tramitava no Supremo, como é o caso da UFSC, cujo sistema de cotas começou a valer no vestibular de 2008 e desde então reserva 20% de suas vagas de graduação para alunos oriundos de escola pública e mais 10% para alunos autodeclarados negros, além de vagas adicionais para indígenas.

ressaltar que este percentual foi calculado por meio de média ponderada de acordo com a UF de origem predominante no perfil dos alunos da UFSC, donde os catarinenses representam cerca de 60% da população da universidade, conforme mostraremos em mais detalhes no Capítulo V.

Com base nos estudos de Carvalho (2007), constata-se que o baixo índice de representação do negro nas salas de aula da UFSC acompanha a tendência nacional. Para este autor, referindo-se à participação do negro tanto na discência quando na docência, “uma assimilação tão baixa por parte da academia de representantes de um contingente de 45% [cf. Censo 2000. Hoje são 50,8%] da população nacional impõe questionamentos graves para o Brasil” (CARVALHO, 2007, p.37). Outros dados estatísticos também corroboram para fundamentar a política de cotas a partir de sua perspectiva mais ampla. Em 2006, por exemplo, nenhum aluno egresso do ensino público conseguiu vaga nos cursos de Cinema e Jornalismo<sup>13</sup> na UFSC.

Porém a política de cotas da UFSC – especialmente aquelas de recorte étnico-racial – foi criticada e combatida por certos setores da sociedade, na esteira das críticas de âmbito nacional que cercam o tema. Em 18 de janeiro de 2008 – ano em que foi implementada a política de cotas na UFSC–, um juiz federal entrou com liminar contra a Universidade<sup>14</sup> suspendendo o efeito da resolução<sup>15</sup> que instituiu as PAA na UFSC, determinando que a matrícula dos alunos seguisse estritamente a ordem de classificação no vestibular. A UFSC entrou com recurso e duas semanas mais tarde um desembargador do Tribunal Regional Federal suspendeu a liminar, permitindo que os alunos beneficiados pelo sistema de cotas efetuassem suas matrículas.

Apesar de toda essa disputa jurídica, a política de cotas da UFSC foi instituída por decisão do Conselho Universitário em 2007, instituindo a reserva de 30% de vagas para acesso via cotas, sendo 20% das vagas destinadas para alunos que cursaram integralmente o ensino médio e fundamental na rede pública, e 10% para alunos auto-

---

<sup>13</sup> Fonte: Agecom (<http://www.agecom.ufsc.br/index.php?secao=arq&id=13822> – acesso em 27/07/2012)

<sup>14</sup> Fonte: Diário Catarinense (<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&section=Geral&newsID=a1752779.xml> – acesso em 27/07/2012)

<sup>15</sup> Resolução Normativa nº008/CUN/2007, de 10 de julho de 2007

declarados negros, com a mesma trajetória escolar. Além disso, em 2007 também foram reservadas 5 vagas suplementares para indígenas, em qualquer curso. Os candidatos que optarem pelas cotas indígenas também devem prestar o exame vestibular e, respeitando-se a ordem de classificação, são entrevistados por uma banca de validação de autodeclaração, onde precisam comprovar sua origem étnica e indicar sua opção de curso<sup>16</sup>. Como no ano de 2008 entraram os primeiros cotistas na UFSC, pareceu pertinente elaborar um plano de pesquisa com objetivo de captar as percepções dos alunos, cotistas ou não, sobre a experiência vivenciada ao longo desses cinco anos de convivência acadêmica, buscando-se avaliar de que maneira a adoção da política de cotas está sendo avaliada pelos atores diretamente envolvidos, e é justamente essa questão que tentaremos compreender no presente trabalho.

### 1.3 O debate sobre a legitimidade das PAA

O tema das Políticas de Ação Afirmativa (PAA), especialmente aquelas voltadas à democratização do acesso ao ensino superior público, destaca-se entre os mais controversos debates travados na esfera pública brasileira nos últimos tempos (TRAGTENBERG *et al.*, 2006, p.474), justamente por transitar na região de fronteira entre filosofia e práxis política e por lidar diretamente com questões culturais, éticas e morais. O debate coloca em questão o próprio conceito de democracia, uma vez que o modelo democrático liberal, baseado na livre competição e na universalidade das leis – modelo considerado hegemônico dentro do pensamento democrático (SANTOS, 2002, p.41) –, mostrou-se ao longo da história incapaz de promover a *equidade* entre todos os indivíduos, principalmente em sociedades multiétnicas como é o caso da brasileira.

Sob a perspectiva das políticas de ação afirmativa, a democracia também é concebida de maneira diferente do modelo clássico liberal (GOSS, 2008, p.22). Como define Joaquim Barbosa Gomes, Ministro do Supremo Tribunal Federal, as PAA são

---

<sup>16</sup> A questão da inclusão indígena não será aprofundada neste trabalho, pois envolve um conjunto de fatores muito peculiares e distintos em relação às demais modalidades de cotas.

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, *apud* GOSS, 2008, p. 22-3)

Pode-se observar que além do caráter compensatório assumido pelas PAA fica evidente também a consideração de que apenas um estatuto jurídico igualitário não é suficiente para que se promova a *equidade* entre os membros da sociedade. Por equidade entende-se um estado de *igualdade com justiça social e política* (SCHERER-WARREN, 2007, p.30-7), baseado no entendimento de que é necessário um estatuto jurídico capaz de garantir a criação de dispositivos legais que permitam promover a emancipação social de todos os indivíduos dentro de sociedades multiétnicas e multiculturais, tirando-os da condição de subalternidade e prostração perante os estratos sociais mais desenvolvidos.

Dessa maneira, o estudo da evolução e desdobramento das discussões sobre as PAA – em especial a *política de cotas* – constitui rico campo de análise sobre o processo de construção e consolidação do senso comum. A identificação e o estudo dos valores simbólicos em jogo, revelados a partir dos discursos resultantes da interação entre os diversos atores – jornais, órgãos do poder público, movimentos sociais, os intelectuais e os próprios beneficiários das PAA – pode revelar aspectos interessantes sobre a configuração do jogo democrático em um país de sociedade com estratificação tão singular como é o caso Brasil, já que "a esfera pública constitui a arena viva e dinâmica na qual o permanente processo de construção, desconstrução e reconstrução discursiva e simbólica da nação tem lugar" (COSTA, 2002, p. 156).

No entanto, essa *arena viva* onde foram e ainda são travadas as disputas em torno da legitimidade, eficiência e necessidade das cotas, conta com diferentes meios (ou veículos) de propagação de ideias e posições, cada qual mobilizando seu aparato institucional em torno da defesa de suas posições. Em minuciosa análise do discurso sobre cotas veiculado pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo entre os anos 1995 e 2002, Santos (2008) identificou que cerca de 75% dos editoriais dos dois jornais, quando abordam a questão das cotas, o fazem

de maneira negativa (p. 119). Para a autora, como os veículos de comunicação de massa assumem papel central no debate sobre PAA dentro da esfera pública, o controle oligopolista da mídia brasileira constitui o principal obstáculo ao avanço dos debates sobre racismo e igualdade social no país (SANTOS, 2008, 123-5). A autora identificou que 70,7% do material noticioso é produzido essencialmente pelos jornalistas, deixando pouco espaço para outros atores expressarem seus entendimentos sobre a questão (SANTOS, 2008, p.127). Este aspecto levantado pela pesquisa de Ana Elisa Santos expande sobremaneira o campo de análise sobre o conflito de interesses em torno da questão das cotas, principalmente quando consideramos as ponderações de Costa (2000, p.12) sobre o papel do jornalismo na esfera pública, pois para ele "a mídia funciona como uma rede. Mas não apenas como uma rede de informação (parte da mitologia do jornalismo). Antes de tudo, como uma rede de favores trocados, rede de conivência" (p. 12).

Veremos no Capítulo V que muitos dos argumentos contrários às cotas, tanto nas categorias discursivas analisadas por Goss (2008) quanto os argumentos coligidos por Feres Júnior (2010), são frequentemente utilizados pelos alunos como justificativa para suas opiniões sobre o tema. Também teremos como correlacionar o quanto a mídia influenciou na construção dessas opiniões.

## Capítulo II

### Os desafios do pensamento social brasileiro

Ao que parece, o Brasil sempre foi visto como uma fantástica singularidade pelos povos estrangeiros que aqui aportaram e, mais ainda, por aqueles que procuraram compreendê-lo em suas diversas dimensões. Dessa forma, a dificuldade de comparação entre o processo de modernização brasileiro com os modelos europeus ou norte-americanos demandam certos ajustes contextuais que, se não observados com a devida atenção, comprometem sobremaneira a consistência das análises produzidas. Os naturalistas europeus que por aqui excursionaram nos séculos XVIII e XIX espantaram-se ao testemunhar o grau de precariedade da produção agrícola nacional. Não se usava sequer o arado de tração animal. Todo o trabalho era realizado diretamente pelo braço escravo, manejando a enxada numa terra que fora limpa unicamente pelo fogo – prática conhecida como *coivara* –, processo que os colonizadores aprenderam com os índios (PRADO JUNIOR, 2000, p.136).

Na mineração não foi diferente. Enquanto na América do Norte as minas de ouro eram cuidadosamente estruturadas para permitir a máxima exploração dos veios, no Brasil os afloramentos de ouro eram explorados avidamente, sem o emprego de estruturas que possibilitassem o aprofundamento e a exploração racional da mina, o que acabava por determinar o rápido abandono de veios auríferos de potencial incalculável, ficando para sempre sepultados ((PRADO JUNIOR, 2000, p. 171-84). Em *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, Prado Junior apresenta muitas outras diferenças tão intrigantes quanto substanciais entre as economias mundiais da época colonial, diferenças essas fundamentais para a compreensão da disparidade econômica, tecnológica e social reinante nessas terras enquanto o mundo desenvolvido migrava definitivamente para a produção mecanizada.

É importante salientar que nas principais cidades brasileiras em meados do séc. XIX “[...] cerca da metade dos domicílios dispunham de escravos domésticos. [...] Nessas cidades, os escravos chegaram a perfazer aproximadamente metade da população total. Quem não tinha

escravos, desejava tê-los. O escravo era o patrimônio mais valioso e socialmente qualificador” (GORENDER, 2000, p. 51). Esse senhorio urbano forma o grupo que Ribeiro (2010) vai denominar “patriciado”, que ao lado da aristocracia agrária e do grupo que ele batiza de “estamento gerencial estrangeiro”, formado por representantes de grandes grupos econômico e indústrias multinacionais, formará a classe dominante nacional (RIBEIRO, 2010, p. 191-3).

Quando finalmente termina o regime escravocrata e, um ano depois, a monarquia cede o poder para a ala republicana, a aristocracia nacional passa a ter liberdade para importar as modernas tecnologias da época. Nas nações desenvolvidas da época, o processo de proletarização, ou seja, de transformação do trabalhador rural em operário de fábrica, evoluiu concomitantemente com o progresso tecnológico, em um intervalo de algumas gerações. Aqui, abole-se o trabalho escravo e espera-se que este processo de proletarização ocorra espontânea e rapidamente. Esperava-se também que as levas de imigrantes que chegavam da Europa suprissem a demanda de mão-de-obra assalariada, tanto na lavoura quanto no trabalho urbano. Os negros foram simplesmente lançados da condição de escravos a párias, abandonados à própria sorte à margem de uma sociedade decidida a “importar” a modernidade europeia. Jessé Souza (2000) chama atenção para a originalidade da interpretação apresentada por Gilberto Freyre em sua obra *Sobrados e mocambos*, onde ele procura demonstrar que foi o mestiço, mais exatamente o mulato incorporado pelo senhor em seu clã, o elemento que primeiro supriu a repentina demanda por mão de obra burocrática da nascente república. A principal crítica a essa interpretação é a de que ela não se sustenta diante dos fatos, pois o elemento mestiço sempre foi minoria nos postos mais privilegiados. Essa é apenas uma das grandes divergências entre as duas principais escolas sociológicas brasileiras, e é no sentido de compreender as fronteiras desse debate que a articulação entre os estudos de Souza (2000) e de Tavolaro (2005) torna-se interessante, como veremos mais adiante.

Temos então que, terminada a escravidão brasileira, a população negra colocou-se diante do desafio de buscar a sua integração na nascente sociedade que começava a se modernizar. O tradicional sistema de *castas* dava lugar a uma sociedade de *classe* com traços bem peculiares, porém sem espaço previamente preparado para absorver a massa dos negros e mestiços que até então tocavam 'no braço' a

rudimentar produção agrícola colonial. Com a Abolição da Escravatura, os negros que não continuaram nas fazendas de seus antigos senhores – servindo agora a soldo, na condição de *libertos* – foram obrigados a cuidarem por si sós do próprio destino. A periferia das principais cidades da época foi o lugar escolhido por aqueles que buscavam alguma chance de *proletarização* na rudimentar sociedade industrial que começava a tomar contorno. Porém as levas de imigrantes europeus vieram para cá na mesma época, e como já traziam consigo muitos dos valores psicossociais e socioculturais da industrializada sociedade europeia, chegavam com extrema vantagem perante aquela população negra e mestiça nativa, oriunda do campo. De acordo com Scherer-Warren,

[...] enquanto imigrantes europeus tiveram terras, mercados para seus produtos, trabalho e acolhimento, nos primórdios da colonização, estendendo-se em muitos casos à contemporaneidade, negros, indígenas e seus descendentes não tiveram nem terra, nem possibilidade concreta de trabalho livre e, menos ainda, reconhecimento social e político, com implicações na autoestima. (SCHERER-WARREN, 2010, p.23)

Dessa forma, o negro liberto constituirá – ao lado do *caboclo* – uma das maiores massas da população marginalizada ao longo do processo de modernização nacional, por absoluta negligência da elite dominante, composta exclusivamente por brancos. “Em larga medida, foi a questão social que provocou o declínio e a abolição do regime de trabalho escravo, dando lugar ao regime de trabalho livre. É assim que se realiza lenta e contraditoriamente a transição da sociedade de castas em sociedade de classes” (IANNI, 2004, p.146).

Nesse sentido, estudar a trajetória de lutas dos primeiros movimentos sociais do povo negro, que tinha o combate ao racismo como principal bandeira, traz imediatamente à tona a questão da luta pela democracia, pois como argumenta Ianni,

É o povo quem mais frequentemente coloca a questão da democracia para os diferentes setores sociais e a sociedade como um todo. [...] Os protestos, reivindicações, greves, motins e revoltas, bem como associações, movimentos



sociais e partidos políticos, configuram a presença e permanência desse povo na luta pela democracia. (IANNI, 2004, p.176)

Parece oportuno apresentar uma rápida revisão das interpretações sobre o processo de modernização nacional apresentadas pelas duas principais escolas do pensamento social brasileiro: os teóricos da *herança patriarcal-patrimonial* e os teóricos da *dependência*, conforme define Sérgio Tavolaro (2005). Convém explorar as aproximações e distanciamentos entre os argumentos de dois expoentes de cada uma dessas escolas, como aponta o próprio comentarista: Gilberto Freire, representando a primeira, e Florestan Fernandes, representando a segunda, com o objetivo de destacar a grande disparidade interpretativa desses dois expoentes no que se refere à formação da classe proletária e pequeno-burguesa do período que Ianni (2004) chama de *época oligárquica* brasileira, período que vai da Proclamação da República, em 1889, até o golpe liderado por Vargas, em 1930.

Darcy Ribeiro (2010) destaca a importância de se pensar o Brasil como uma nação que nasce do choque entre três civilizações distintas em um continente totalmente estranho para duas delas. Índios, negros e europeus construíram aqui uma sociedade sem paralelo no mundo e, logicamente, apareceram tensões e problemas também muito distintos daqueles conhecidos no velho mundo. A singularidade das interpretações de Ribeiro parece derivar de sua reconhecida habilidade etnográfica, cuja sensibilidade fora consagrada em seus trabalhos sobre as populações indígenas com as quais conviveu por mais de uma década. No momento convém resgatar ligeiramente as interpretações de Ribeiro sobre o período colonial brasileiro, donde veremos em alguns pontos similaridades com a interpretação de tradição freyriana, embora o autor rechace tanto a hipótese do surgimento, a partir da miscigenação, da outrora tão respeitada e atualmente tão refutada “democracia racial” freyriana, quanto o argumento da “herança lusitana” que consistiria nas raízes do modo de ser e agir das elites do país.

[...] É certo que a colonização no Brasil se fez como esforço persistente, teimoso, de implantar aqui uma europeidade adaptada nesses trópicos e encarnada nessas mestiçagens. Mas esbarrou, sempre, com a resistência birrenta da natureza

e com os caprichos da história, que nos fez a nós mesmos, apesar daqueles desígnios, tal qual somos, tão opostos a branquitudes e civilidades, tão interiorizadamente deseuropeus como desíndios e desafios. (RIBEIRO, 2010, p.63)

Nota-se que Ribeiro aponta para uma miscigenação de caráter *cultural*, muito mais complexa do que a versão freyreana de *democracia racial*, pois vemos que o elemento étnico que Freyre deixou de fora de suas análises em *Casa grande e senzala* – o índio – é a peça chave para as análises de Ribeiro. Passemos então a desenvolver mais detalhadamente essas diferenças.

Freyre, Prado Junior e Ribeiro são unânimes em reconhecer que a relação estabelecida entre os colonizadores portugueses e os povos nativos do Brasil foi totalmente diferente da que aconteceu entre os colonizadores britânicos e os nativos da América do Norte. Como demonstra Souza (2000), o grande trunfo de Freyre estaria em apontar o caráter maometano que predominou no processo de escravidão brasileira, no sentido de existir uma maior proximidade, ou mesmo intimidade, entre senhor e escravo. Essa característica estaria relacionada com a herança mourisca dos colonizadores portugueses. Em contrapartida, a relação do colonizador inglês com os povos nativos e escravos africanos teria sido totalmente oposta àquela que vigorou por aqui. O tradicionalismo protestante e a própria forma de colonização “familiar” que predominou na América do Norte teriam dificultado qualquer forma de proximidade, e menos ainda de intimidade, seja com nativos, seja com escravos africanos. Para Prado Junior, “o índio foi o problema mais complexo que a colonização teve de enfrentar” (PRADO JUNIOR, 2000, p.86). O português procurou incorporar o índio na obra colonizadora, como trabalhador e mesmo como povoador, enquanto os colonos norte-americanos jamais pensaram em incorporar o índio na sociedade que estavam por fundar. Na América do Norte as nações indígenas foram tratadas como “soberanas”, sendo forçadas a cederem seus territórios, por meios de acordos, tratados ou – em última instância – à força, conforme os colonizadores avançavam por seu território. Ribeiro (2010, p. 63-6) desenvolve argumentação semelhante a Prado Junior, porém acrescenta o impacto catastrófico da influência jesuíta no processo de assimilação do nativo brasileiro.

Apesar de não constar das bibliografias das três obras acima

citadas, Tocqueville apresenta análise bem similar sobre a questão indígena na América no Norte, realizada a partir de sua visita aos Estados Unidos em 1832. Como destaca Aron (2007, p. 232-3), Tocqueville observou que o modo como o espanhol lidou com a questão indígena foi totalmente oposto ao inglês. O primeiro atacou com toda força os povos nativos, mas aqueles que se rendiam à fé e aos costumes do invasor foram incorporados na sociedade. Para Tocqueville, os colonizadores dos EUA mascararam a expropriação dos territórios indígenas com ares de diplomacia, “[...] inspirada no mais puro amor das formas e da legalidade” (TOCQUEVILLE in ARON, 2007, p.232) para conquistar os territórios da colônia. Mediante acordos, compravam dos índios suas terras antes de ocupá-las e, friamente, “[...] se por acaso uma nação indígena não pode mais viver no seu território, a levam fraternalmente pela mão para morrer fora da terra de seus ancestrais”<sup>17</sup>. Dessa maneira, o colonizador do norte obteve igual êxito em limpar a terra do elemento étnico nativo, não buscando nem permitindo a assimilação do índio na sociedade que criava.

Ao deixar de computar a participação do índio na formação do povo brasileiro, Freyre estaria deixando de pensar a influência do elemento caboclo, fruto do encontro do branco com as índias (Ribeiro frisa a importância de considerar a polaridade dessa relação de gênero), elemento étnico numeroso que herdara do índio a capacidade de adaptar-se àquela natureza tão estranha ao colonizador. O caboclo teria sido o agente intermediário do sistema casa-grande/senzala, responsável pelo cultivo dos gêneros de subsistência de que a colônia precisava.

No entanto, como o tema da miscigenação branco-índio nos distancia demasiadamente dos objetivos investigativos do presente trabalho, retomamos a problemática em torno da miscigenação branco-negro. De acordo com a interpretação proposta por Freyre sobre o elemento *mulato*<sup>18</sup>, da forma como nos apresenta Souza (2000), o negro (mulato) teria predominado nas posições tecnocratas no início da república, dentro do patriciado estatal, ou então como funcionários e

---

<sup>17</sup> *Id Ibid*

<sup>18</sup> Empregamos aqui a expressão “mulato” para colocar o texto nos termos em que o debate foi constituído pelos autores citados. Estamos cientes da justa advertência de atores do movimento negro para o sentido pejorativo que a raiz etimológica do termo remete. Mulato deriva do Latim *mulus*, cujo significado é mula: animal híbrido fruto do cruzamento entre o jumento e a égua.

empregados dependentes, dentro dos setores intermediários. Embora a história registre proeminentes personalidades negras na sociedade pós e mesmo na pré escravocrata, tais exemplos parecem mais ilustrar as exceções do que sugerir uma regra, como pretendia Freyre, já que tal regra não se sustenta diante da histórica baixa participação do negro nos quadros sociais de alto prestígio da sociedade brasileira.

## **2.1 Correntes interpretativas do pensamento social brasileiro**

A partir dos anos 90 do século passado, Tavolaro (2005, p.5-6) observa ter havido uma forte retomada da problemática da modernidade brasileira por parte da academia, tendo aumentado os debates sobre as duas principais correntes de interpretação sociológica do Brasil: A chamada “sociologia da dependência”, cujos expoentes, segundo Tavolaro, seriam Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, e a “sociologia da herança patriarcal-patrimonial”, derivada dos estudos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto da Matta. É importante notar que a primeira corrente tem forte influência do pensamento marxiano, ao priorizar a influência do aspecto econômico, enquanto a segunda é de inspiração weberiana, ao focar o componente cultural da elite política.

Tavolaro chama atenção para a tonalidade essencialista dessas duas correntes, já que a primeira defende que uma certa dependência econômica e estrutural sempre foi obstáculo à integração do Brasil ao clube dos países modernos e centrais, enquanto a segunda afirma existir uma divergência cultural, normativa e simbólica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos (TAVOLARO, 2005, p.6). Já a crítica fundamental de Souza (2000) é que os pensadores que se basearam na corrente da herança patriarcal foram responsáveis pela criação do que ele chama de uma “teoria da inautenticidade”, por concluir que a modernização brasileira foi “[...] para inglês ver. Essa leitura do processo de modernização brasileiro como um processo inautêntico, tendo algo de epidérmico e pouco profundo, é precisamente o fundamento do que viemos chamando nesse livro de nossa sociologia da inautenticidade” (SOUZA, 2000, p.236). Segundo Souza, a teoria da inautenticidade estaria sugerindo, em última instância, que o Brasil teria fracassado em incorporar os valores burgueses da Europa não ibérica. Tavolaro rebate tal argumentação mostrando que a sociologia da

dependência poderia igualmente ser considerada uma teoria da inautenticidade, já que haveria entre seus autores “uma notável resistência em equiparar a sociedade brasileira contemporânea e as chamadas 'sociedades modernas centrais'. Reproduzem, ainda que a partir de um ponto de vista bastante diferente, aquela mesma imagem de 'desvio' projetada pelos sociólogos da herança patrimonial-patriarcal.” (TAVOLARO, 2005, p. 7). O autor dedica então grande parte do artigo a contrapor interpretações formuladas por autores das duas tradições, demonstrando que ambas acabam por merecer o rótulo de teoria da inautenticidade. Propõe então o desafio de se pensar a modernização brasileira como um processo multifacetado. Assim, seria melhor pensar em “modernidades múltiplas”, como propõe a socióloga turca Nilüfer Göle (TAVOLARO, 2005, p.11), de modo a fugir do dualismo “economias centrais” *versus* “marginais”, ao salientar a dimensão contingente da sociabilidade moderna e a considerar padrões variados de 1) diferenciação/complexificação social, 2) de secularização (racionalização/burocratização) e 3) de separação entre o público e o privado<sup>19</sup>. Finalizando, Tavolaro propõe que não somos “receptores” passivos de concepções de mundo modernos e que devemos abandonar noções essencializantes da constituição social<sup>20</sup>.

E é dentro desse espírito que procuraremos, no próximo capítulo, demonstrar o diferencial do pensamento de Florestan Fernandes, quando problematiza com muita originalidade a questão do negro no processo de modernização nacional. Um dos pontos onde tal originalidade é demonstrada de maneira consistente é quando Florestan destaca o papel do imigrante europeu na nascente sociedade de classes que aqui se instalava, como já abordamos acima. A interpretação proposta por Freyre em *Sobrados e Mocambos*, da forma como nos apresenta Souza (2000), defende que o elemento negro teria predominado nas posições tecnocratas no início da República, com participação dentro do próprio patriciado estatal ou então como funcionários e empregados dos setores intermediários, suprimindo a carência inicial de mão-de-obra para cumprir as tarefas burocráticas que davam suporte ao nascente processo de modernização. Embora a história registre proeminentes personalidades negras na sociedade pós e até

---

<sup>19</sup> *Ibid*, p.13

<sup>20</sup> *Ibid*, p.17

mesmo na pré escravocrata, tais exemplos parecem mais ilustrar as exceções do que sugerir uma regra, como pretendia Freyre. Talvez por estar pensando a modernização do Brasil a partir do Nordeste, Freyre não insere o imigrante europeu no conjunto de suas análise, ou se o faz, lhe atribui papel bem menos importante do que aquele defendido por Florestan.

Problematizar a questão da inclusão do negro ex-escravo coincidindo com a chegada de maciças levas de imigrantes europeus pode ajudar a explicar parte da desigualdade atualmente observada entre indicadores sociais como renda e escolaridade, por exemplo, quando estratificados por fatores étnicos e raciais<sup>21</sup>. Por outro lado, estudos de intelectuais ligados ao movimento negro nacional imputam fundamentalmente à sutileza do *racismo à brasileira* a naturalização, na dimensão ideológica da classe dominante (majoritariamente branca), da condição de miserabilidade e inferioridade do negro, ciclo que se fecha com a introjeção do sentimento de inferioridade por parte dos próprios negros subalternizados.

Dessa forma, empreender uma análise dialética entre essas diferentes interpretações, evitando ao máximo cair em essencialismos de qualquer ordem, constitui um desafio extra para a dimensão teórico-metodológica da presente pesquisa.

---

<sup>21</sup> Como apontam os estudos do Laeser-UFRJ, a renda média do negro brasileiro é a metade da renda média dos brancos. A desigualdade aumenta ainda mais quando estratifica-se por gênero, sendo que as mulheres negras percebem renda mensal média equivalente a apenas 37% da renda média do homem branco, R\$863,07 e R\$2.329,91, respectivamente (ref. Março/2011). (*Tempo em Curso*, Ano III; Vol.3; nº5, maio, 2011, p.3).

## Capítulo III

### O negro brasileiro e sua luta por direitos

A luta travada pelo negro em busca de espaço no debate público é antiga, mas apenas recentemente começou a ser representada com o devido reconhecimento. Gevanilda Santos (2009) faz um levantamento conciso e ao mesmo tempo rico em referências históricas sobre a saga do negro brasileiro em busca de seu proporcional espaço na esfera pública. Ao longo da história, importantes episódios de luta por ampliação de direitos foram protagonizados pelos negros, apesar de terem sido retratados por muito tempo sem a devida ênfase – principalmente nos livros didáticos de história –, como a Guerra dos Palmares (1690), a Revolta do Malês (1837) e Revolta da Chibata (1910), para ficar só com os mais conhecidos (SANTOS, 2009, p.72-3). A relevância destes episódios não fica circunscrita apenas ao papel emblemático que ocupam na história da luta pela emancipação do negro – seus protagonistas – mas pela consequente evolução democrática que proporcionaram, afetando positivamente todo o contexto político-social brasileiro. No séc. XX o negro começa a ocupar seu espaço na esfera pública de maneira mais dialógica, por meio da organização de movimentos sociais e mesmo dentro da imprensa alternativa. O *Jornal Menelick*, fundado em 1916, teria sido um dos primeiros veículos produzidos pela nascente intelectualidade negra ((SANTOS, 2009, p.52). Em 1931 surgiria a Frente Negra Brasileira, que chegou a contar com mais de 200 mil associados em todo o Brasil, buscando formar um novo conceito de cidadania entre os negros do país. A Frente Negra foi o mais forte movimento de questionamento das relações raciais brasileiras surgido até então, e via no desenvolvimento educacional, artístico e cultural a chave para a emancipação do negro.

Fortalecia-se assim a luta do negro por protagonismo no espaço público, o que provocou imediata retaliação da elite branca do país. A Frente transformou-se em partido em 1936, sendo fechado no ano seguinte por força do início do Estado Novo de Vargas. Até então, nenhuma lei específica havia sido criada para diminuir as já conhecidas diferenças sociais entre negros e brancos. A ideia de que no Brasil

existia uma real democracia racial – fundamentada nos trabalhos de Gilberto Freyre em meados de 1930 e, mais tarde, em 1964, contestada por Florestan Fernandes – dificultou sobremaneira o diálogo sobre as desigualdades raciais no país. Governo e grande parte da intelectualidade defendiam que a mestiçagem seria a maior prova de existência de uma real democracia racial.

Em sua expressão social, a ideologia da mestiçagem é aristocrática, romantiza as desigualdades, banalizando-a. [...] Para que se torne uma questão moral, a igualdade racial precisa ser politicamente construída e individualmente internalizada como um valor, o que simplesmente não se deu na história brasileira. A justiça social não é um bem natural, é um valor político que determinada sociedade pode construir – ou não. (COSTA, 2002, p. 139)

A característica de raça ou cor deixou de ser aferida durante os censos realizados no Estado Novo (1937-1945), sob a argumentação liberal de que todos seriam iguais perante a lei, independente da cor da pele (SANTOS, 2009, p. 51-4). A igualdade instaurada por decreto parecia bastar para a solução dos problemas sociais e econômicos de todos os indivíduos. Uma síntese das principais obras do pensamento social brasileiro poderá ajudar a compreender as formas de exploração e discriminação do negro ao longo da história do país, tarefa que começamos a partir deste momento.

### **3.1 O negro e a sociedade de classe**

A densa análise sobre a ascensão e queda do movimento negro brasileiro do início do século XX apresentada por Florestan Fernandes no primeiro capítulo do segundo volume de seu *A integração do negro na sociedade de classes*, publicado pela primeira vez em 1964, traz o diferencial de pensar o movimento negro brasileiro da década de 1930 a partir do próprio discurso da militância negra produzido pela pequena, porém combativa intelectualidade negra da época. Baseado principalmente em artigos de jornais e revistas *paulistas* ligados ao movimento negro, articulados principalmente em torno da Frente Negra Brasileira (FNB), Florestan descreve um momento histórico-social onde o negro tenta fazer-se protagonista de sua própria história, um negro militante ativo, embora sem grande capacidade de articulação e



mobilização. O negro lutou da melhor forma que pôde e dentro dos limites da legalidade (ou seja, buscando *uma revolução dentro da ordem*), já que não buscava interromper o processo liberal de modernização, exigindo apenas sua inclusão *efetiva* no sistema político-social que se firmava na República. Revela-se assim o forte espírito republicano do movimento negro daquele período. Suas lideranças exigiam “[...] a concretização e a plena vigência dos princípios e dos valores em que se fundava, legalmente, o equilíbrio da ordem social estabelecida” (FERNANDES, 1978, p.11), buscando assim a instauração e consolidação do estilo democrático de vida para todos. Este sentimento republicano permitiu com que o movimento negro ganhasse força com as inquietações daquele momento de *crise do sistema oligárquico*, que culminaram com a revolução de 1930.

De acordo com Florestan, foi nesse período que se começou a processar uma profunda transformação dos fatores identitários do negro brasileiro rumo a formação de uma classe negra. Para tanto, o primeiro desafio foi destituir o termo 'negro' de qualquer sentido pejorativo, enquanto designação racial.

Compreendeu-se que ser chamado e designar-se como “negro” nada possuía de “pejorativo”; e que, ao invés, degradante seria aceitar ou estimular as ambiguidades ocultas atrás de designações correntes, como “preto”, “homem de cor”, “pessoa morena”, etc... Logo se chega a uma auto-identificação que atribuía ao termo “negro” um sentido inclusivo e dignificante. (FERNANDES, 1978, p.105)

A luta contra o racismo era então uma das bandeiras prioritárias da FNB, pois “[...] o preconceito racial é uma técnica de dominação, por meio da qual se subordinam amplos setores da sociedade. [...] Esta é a realidade: a raça e a classe são construídas simultânea e reciprocamente na dinâmica das relações sociais, nos jogos das forças sociais” (IANNI, 2004, p.147).

Temos então o outro grande desafio que a FNB tinha pela frente, conforme destaca Fernandes: a consolidação do negro enquanto classe, capaz de inserir-se no sistema liberal vigente e com plena capacidade de competir igualmente com o branco. “O resultado é que [o movimento negro] concebia, embora confusamente, que a luta por sua

integração à estrutura de poder da sociedade devia processar-se segundo modelos democráticos.” (FERNANDES, 1978, p.105). Tal sentimento parece não ser exclusividade do movimento negro, pois os próprios protestos dos operários de São Paulo e Rio de Janeiro na década de 30 daquele século “não pretendiam revolucionar a sociedade, mas melhorar suas condições de vida e conquistar um mínimo de direitos. O que não quer dizer que muitos não fossem embalados na ação pelo sonho de uma sociedade igualitária” (FAUSTO, 2003, p.300). O clima de insatisfação daquela sociedade que iniciava sua modernização foi profundamente influenciado pelas ideologias trabalhistas, fascistas, comunistas etc. trazidas pelos imigrantes europeus. Impunha-se ao negro o desafio de fortalecer-se identitariamente enquanto elemento étnico tão legítimo socialmente quanto o elemento branco, pois só assim poderiam buscar a inserção do negro no sistema de classes.

É que, para “ser classe”, ou seja, para diluir-se nos diferentes estratos da sociedade global, o “negro” precisava, primeiro, firmar-se na cena histórica como “raça”. Havia um elemento específico que impedia, no seu caso, que a transição se desse de forma imediata – e esse elemento foi identificado como “a barreira da cor”. O “branco” da plebe, mesmo do setor dependente, podia efetuar essa transição amparando-se na “ideologia oficial”, que era a ideologia das camadas dominantes. (FERNANDES, 1978, p.103-4)

Por “barreira de cor” compreende-se as dificuldades impostas pela discriminação racial praticada aberta ou dissimuladamente pelos brancos. Para vencer essa barreira, a batalha deveria ser travada no plano ideológico, permitindo que o próprio negro desconstruísse os mitos e preconceitos contra a negritude, moldados ao longo dos séculos de escravidão, e ao mesmo tempo oferecesse novas interpretações, agora de uma forma mais adequada ao estilo democrático da sociedade que pretendiam construir. “Os conteúdos e a orientação da 'ideologia negra' prendem-se, assim, estrutural e dinamicamente ao papel histórico que ela devia preencher, como contra-ideologia de desmascaramento racial” (FERNANDES, 1978, p. 102). Dessa forma, o negro “[...] não retoma a ideologia do abolicionismo, construída pelos 'brancos' e para os 'brancos'. Elabora ele mesmo os seus mitos, avaliações e aspirações

sociais, tentando dar à segunda Abolição o conteúdo de uma afirmação do 'negro' para o 'negro' dentro da ordem social estabelecida” (FERNANDES, 1978, p.103).

A análise proposta por Florestan Fernandes acerca da ascensão e queda do movimento social negro no início do século XX revela o vanguardismo e o grau de maturidade e autonomia alcançado pela Sociologia brasileira daquela época. Ao estudar o movimento negro pelo viés identitário, levando em conta toda a carga simbólica presente nas vozes de seus próprios protagonistas, Florestan talvez tenha realizado uma das primeiras análises sobre o movimento negro alinhada com a corrente sociológica que ficaria conhecida como Teoria dos Novos Movimentos Sociais, pois como aponta Scherer-Warren,

As teorias culturalistas e identitárias dos movimentos sociais, também denominadas de teorias dos novos movimentos sociais, tiveram o mérito de buscar a complexidade simbólica e de orientação política dos agrupamentos coletivos formadores de movimentos sociais, segundo o princípio da diversidade sociocultural (de gênero, étnica, ecológica, pela paz, por diferentes tipos de direitos humanos etc.). (SCHERER-WARREN, 2010, p.19)

Tudo indica que aquela natureza *multifacetada* proposta por Tavolaro e que, segundo ele, seria a chave para se superar as divergências criadas pelas duas escolas tradicionais do pensamento social do país, encontra-se cristalizada no capítulo de Florestan cujos principais pontos foram acima apresentados. Ao cruzar habilidosamente as teorias classistas com teorias próprias da tradição culturalista, o autor indica claramente um caminho possível para se chegar a uma interpretação consistente da intrincada natureza da sociedade brasileira. Ao reconstruir o cenário de luta do negro a partir das vozes de seus próprios sujeitos, enfocando o aspecto identitário e ideológico presente principalmente no discurso da FNB e de suas lideranças, o autor compõe um estudo de traços marcadamente pós-coloniais, uma vez que

Os estudos pós-coloniais ou do pós-colonialismo, em certa medida, incorporam legados das teorias de classe e das respectivas formas de opressão das

elites coloniais e hegemônicas; das teorias culturalistas, no que diz respeito às múltiplas formas de opressão e discriminação simbólica em relação aos segmentos sociais colonizados; e da respectiva exclusão e/ou subalternidade destes segmentos no plano do fazer político, no cotidiano societário e nas instituições. Portanto, cabe buscar as contribuições que os estudos pós-coloniais incorporam, ainda que criticamente, das teorias anteriores das ações coletivas e dos movimentos sociais, que se construíram sob a égide dos referenciais teóricos da modernidade e da pós-modernidade. Assim, será possível analisar o que trouxeram de novidade para pensar a subalternidade de sujeitos sociais na América Latina e de que forma podem contribuir para a reflexão sobre as novas formas de inclusão social no Brasil e na América Latina num sentido mais amplo. (SCHERER-WARREN, 2010, p.20)

Florestan conclui que, a despeito da dissolução total do movimento negro com a instauração do Estado Novo, as ações promovidas pela FNB – que chegara a reunir 200 mil associados – frutificaram em avanços importantes não somente nos planos identitário e simbólico, mas também nos planos jurídico e social, sob a forma de revogação de algumas das antigas leis que constrangiam o negro, e a criação de outras, que o resguardavam. Naquele período, pela primeira vez na história do país, era o negro quem categorizava novas noções, como a de “preconceito de cor”, enquanto ressignificava outras, como a do orgulho de ser negro. O movimento modificou o vocabulário e definiu certas etiquetas que não só perduraram como foram chave para a retomada do movimento na década de 1970. As conquistas no plano simbólico não foram poucas e ajudaram a compor a imagem de um negro mais consciente de seu papel enquanto ator social, munido de coragem e respaldo jurídico suficientes para exigir respeito por parte do branco, o que significa exigir nada mais do que civilidade e senso democrático do agressor. A cada ataque racista, o negro – enquanto categoria étnica – passava agora a se fortalecer, forçando que a sociedade toda desse um passo a frente rumo à consolidação de uma real democracia.

### 3.2 Formação do povo brasileiro e a questão da miscigenação

O estudo das relações raciais estabelecidas ao longo da história do Brasil é tarefa que impõe desafios que começam pela própria seleção de obras e autores de destaque dentro da vasta produção acadêmica relativa a essa temática, culminando com a reflexão sobre nossa própria auto-imagem enquanto indivíduo inserido nesta sociedade. Tentar compreender o processo de formação identitária de grupos étnicos – que no presente trabalho concentra-se somente no grupo negro – nos obriga a refletir sobre nossa própria identidade. No meu caso em particular, enquanto branco, descendente de imigrantes alemães (tronco materno), italianos e portugueses (tronco paterno), com todos meus bisavós chegados neste solo depois da abolição da escravidão, me dou conta de que minha própria autoafirmação identitária é um tanto quanto confusa. A noção de *brasilidade deseuropeia*, proposta por Darcy Ribeiro (2010, p.63), parece-me particularmente bem apropriada para descrever o quão distanciado me considero da identidade étnica e cultural de meus ascendentes.

Diante dessas questões, considerei oportuno empreender um estudo sistemático sobre a formação do povo brasileiro e buscar compreender, antes de mais nada, meu próprio lugar enquanto cidadão dessa conturbada república. Com a leitura de *Casa Grande e Senzala* fixada na cabeça há um certo tempo, foi difícil a tarefa de desconstrução de certos pressupostos acerca do processo de miscigenação das três raças que o destino e a força humana se empenharam em fundir na *Terra de Vera Cruz*. Neste processo foi importante a leitura de *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro, cujo principal diferencial foi colocar em posição central a questão da miscigenação entre o elemento branco e o indígena, como já descrevemos, de onde nasceu uma profusão de mamelucos e caboclos que, de acordo com Darcy, Gilberto Freyre teria dado pouca atenção em seus estudos. Para o antropólogo mineiro, teria sido essa a gênese da *ninguenzada*<sup>22</sup> formadora da massa desse país. O contingente significativo oriundo da miscigenação com o elemento étnico negro teria se dado bem depois da formação da massa de

---

<sup>22</sup> Termo frequentemente utilizado por Darcy Ribeiro para referir-se aos filhos que os colonizadores portugueses iam deixando pelo caminho, em suas incursões de desbravamento do país.

mamelucos, estes expropriados de seu próprio núcleo indígena, posto que os filhos de homens brancos com as índias não teriam sido aceitos como membros do clã ao qual suas mães faziam parte, devido a peculiaridades culturais de grande parte das tribos do país, dentre as quais destaca-se o modelo patrilinear em torno do qual os clãs indígenas eram originariamente compostos.

Também foi importante a leitura de *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*, tese de livre docência em que o antropólogo congolês de formação belga, há muito tempo radicado no Brasil, Kabengele Munanga (1999), problematiza a questão antropológica da miscigenação analisando o viés ideológico que permeia toda a produção acadêmica e científica brasileira até o momento. Nessa obra, Munanga faz um profundo balanço da produção sociológica e antropológica de brasileiros e brasilianistas sobre o processo de miscigenação das três matrizes étnicas originais do país, identificando, ao mesmo tempo em que ataca, os traços do discurso *integrador* que dominou a produção intelectual desde o final do século XIX até meados do século XX. Por discurso integrador o autor identifica as expectativas e projeções “otimistas” de pensadores que viam na progressiva mistura entre raças a chave para a formação de um povo novo, onde as peculiaridades culturais e sobretudo ideológicas de suas matrizes iriam se diluir ao passo que as misturas fossem acontecendo. No entanto, o antropólogo alerta para o fato de que essa matriz analítica traz em seu cerne a ideologia do *branqueamento* da população nacional, nascida do pensamento *eugenista* europeu, cuja principal alegação é a de que a formação de uma nação moderna e competitiva passa inexoravelmente pela adoção dos valores culturais e ideológicos da raça dominante, ou seja, da raça caucasiana, branca, europeia. Os incentivos à imigração germânica e italiana, iniciados na primeira metade do século XIX, tinham explicitamente o objetivo de *branquear* a população local, o que iria pavimentar o caminho que levaria à transição do sistema econômico escravagista para a implantação do sistema liberal, baseado na exploração da mão-de-obra assalariada. No entanto, Munanga centraliza sua crítica ao processo de branqueamento tendo por base as matrizes teóricas antropológicas e passa ao largo da dimensão econômica que norteou a escolha de quais matrizes étnicas brancas seriam privilegiadas, afinal, no esforço político empreendido pelas elites da monarquia nacional (1822-1889) visando a modernização das relações de produção

da ex-colônia, conforme nos mostra Mendes (2011, especialmente nos Capítulos I, II e IV) em seu profundo estudo sobre a legislação imigrante brasileira, e também Bueno (2006, p.11-23), em sua dissertação sobre o preconceito linguístico sofrido pelos imigrantes que aqui aportaram.

Pensar a ideologia do branqueamento sob o ponto de vista puramente étnico, sem computar a dimensão econômica desse processo, constitui empobrecimento significativo para qualquer interpretação sociológica que pretenda dar conta de articular a complexidade da formação de países de “modernização tardia e exógena”, como alerta o sociólogo Jessé Souza (2006, p.71-95) em seu estudo sobre o uso dos conceitos de *raça* e *classe* ao longo do pensamento social brasileiro. É importante frisar que Souza não dialoga diretamente com Munanga enquanto elabora uma singular aproximação entre o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu com as análises propostas por Max Weber sobre o processo de expansão do capitalismo e, consequentemente, dos princípios da racionalidade ocidental e suas formas de hierarquia social, para países periféricos, como modelo de modernização a ser simplesmente implantado “sob a forma de 'artefatos prontos'” (SOUZA, 2006, p.83). A racionalidade ocidental estaria baseada em uma hierarquia constituída em torno daquilo que Souza chama de *ideologia do desempenho*, constituída e continuamente realimentada pelo que o autor chama de um *habitus* primário pré-reflexivo, que tem como sujeito “toda a sociedade e seu núcleo normativo inarticulado, e não os indivíduos atores”<sup>23</sup>. Ao analisar a tendência empiricista reinante principalmente na sociologia praticada com aportes nas estatísticas que se esforçam para associar o fator *cor da pele* com o desenvolvimento da cidadania, o autor alerta que

[...] se é a reprodução de um *habitus* precário a causa última da inadaptação e marginalização desses grupos, como o próprio Florestan [Fernandes] parece acreditar, pelo menos na parte inicial de seu livro [A integração do negro na sociedade de classes], não é 'meramente a cor da pele', como certas tendências empiricistas acerca da desigualdade brasileira tendem, hoje, a interpretar. Se há preconceito neste terreno, e certamente há e agindo de

---

<sup>23</sup> *Ibid*, p.80

forma intransparente e virulenta, não é, antes de tudo, um preconceito de cor, mas sim um preconceito que se refere a certo tipo de 'personalidade', ou seja, de um *habitus* específico, julgada como improdutiva e disruptiva para a sociedade como um todo. (SOUZA, 2006, p.85)

Para Souza, a ideologia do branqueamento é caracterizada não só pela busca de uma *arianização* da sociedade<sup>24</sup>, mas também pela preocupação das elites brasileiras do século XIX em importar o *habitus* primário daqueles povos que já haviam alcançado elevado grau de modernização, como era o caso dos alemães, que trariam para o país um conjunto de ideologias fundamentais para a transição da sociedade agrária da época para uma sociedade industrializada, o que o autor chama de *ideologia do desempenho*. É sob esse viés que se pode compreender o processo de *branqueamento* dos negros em sua dimensão cultural. Aqueles que assimilassem o *habitus* europeizado (p. ex. pontualidade e assiduidade no trabalho, vocabulário adequado, modos comportamentais etc.), ou seja, adquirissem a *economia emocional peculiar* do europeu – nos termos de Souza –, passavam a ter a possibilidade de ingressar na sociedade de classes que começava a se formar no país. Estes formariam o contingente dos “negros de alma branca”. Souza parte das interpretações de Florestan Fernandes sobre a fragilidade da unidade familiar dos ex-escravos, e que vale a pena resgatar todo o parágrafo:

A tese de Florestan é a de que a família negra não chega a se constituir como uma unidade capaz de exercer as suas virtualidades principais de modelação da personalidade básica e controle de comportamentos egoísticos. Existe aqui, neste tema central da ausência da unidade familiar como instância moral e social básica, uma continuidade com a política escravocrata brasileira que sempre procurou impedir qualquer forma organizada familiar ou comunitária da parte dos escravos. É a continuidade de padrões familiares disruptivos que é percebida, corretamente, por Florestan,

---

<sup>24</sup> Logicamente que havia quem advocasse a necessidade de se branquear também a pele, como p. ex. Oliveira Vianna.



como o fator decisivo para a perpetuação das condições de desorganização social de negros e mulatos. (SOUZA, 2006, p.57)

Mais adiante, o autor complementa:

Este aspecto é fundamental para meu argumento na medida em que o que Florestan está pleiteando é, na realidade, aos meus olhos, atribuir à constituição e reprodução de um *habitus* específico, no sentido de Bourdieu – a apropriação de esquemas cognitivos e avaliativos transmitidos e incorporados de modo pré-reflexivo e automático no ambiente familiar desde a mais tenra idade, permitindo a construção de redes sociais, também pré-reflexivas e automáticas, que cimentam solidariedade e identificação, por um lado, e antipatia e preconceito, por outro –, o lugar fundamental na explicação da marginalidade do negro. (SOUZA, 2006, p.58)

Tais argumentos podem ser melhor compreendidos se recuperarmos as informações coligidas por Gorender (2000) acerca da prática do comércio escravocrata que via na separação dos núcleos familiares dos escravos recém-chegados um meio de quebra a coesão do grupo, diminuindo-se assim os riscos de insurgência dentro das senzalas. Foi somente a partir de 1871, com a edição da Lei do Ventre Livre, que decretou-se a inseparabilidade dos casais e a separação dos filhos somente acima dos 12 anos<sup>25</sup>.

Souza também chama a atenção para a diferenciação proposta por Oracy Nogueira acerca das formas de preconceito *de marca*, baseado exclusivamente na cor da pele, e o *de origem* – baseado na ascendência negra, independentemente dos traços fenotípicos ou, em outros termos, da proporção de sangue negro que circula nas veias do indivíduo –, sendo o primeiro predominante no *habitus* brasileiro e o segundo no *habitus* estadunidense.

---

25

Cabe ressaltar que nessa época o tráfico negreiro já estava proibido e a única opção para os cafeicultores do Centro Oeste obterem mais escravos, além do arriscado contrabando, era comprá-los dos decadentes senhores de engenho do Nordeste.

No texto clássico de Oracy sobre o tema<sup>26</sup>, o 'preconceito de marca' já amalgama traços físicos como a cor com características sociais de pertencimento grupal como comportamento social e instrução. Apenas o resultado combinado dos dois fatores decide acerca da existência ou não da discriminação racial. Neste caso, o do preconceito de marca, trata-se de uma preterição relativa, que permite portanto fenômenos de 'embranquecimento social', para os indivíduos que, embora tenham cor negra, são 'europeizados' no sentido da internalização da economia emocional que é produto histórico contingente da cultura europeia [...]. *No caso americano, o embranquecimento é impossível*, dada a exclusão incondicional de todo indivíduo que tenha 'sangue negro' em sua ascendência sem qualquer referência a traços físicos. (SOUZA, 2006, p.87)

Resumindo o que foi apresentado até agora neste capítulo, temos que a elite branca do Brasil Colônia criou mecanismos de dominação racial tão eficientes quanto trágicos para a história do negro brasileiro. Impossibilitado de constituir núcleos familiares e estigmatizado pela cor de sua pele, o negro escravo constituía a mais baixa casta daquele Brasil-quintal lusitano. A ideologia da mestiçagem, como foi dito, assenta-se no fato de que a fusão entre as três raças originais do Brasil (índios, europeus e africanos) produziu um ser *sui generis*, ao mesmo tempo herdeiro e profanador de suas raízes culturais e biológicas, o que levou gerações de pesquisadores sociais a tentar compreender não só os resultados dessa miscigenação, mas sim que tipo de nação poderia ser construída a partir desse povo formado pela mistura de matrizes étnicas tão diversas, cada qual portadora de seus *habitus* específicos. Não foram poucas as vozes que alardearam um futuro catastrófico para um país formado por uma massa predominantemente amorenada, vozes estas embasadas simplesmente no fato de não verem nenhuma nação negra da mesma época que

---

<sup>26</sup> NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: *Tanto preto quanto branco: estudos de ralações raciais*. São Paulo: Quieroz, 1985 (*apud* SOUZA, 2006, p.94).

apresentasse o grau de modernização observada nas nações sobretudo europeias, de contingente populacional esmagadoramente branco e de moral cristã. A ciência do século XIX tentava associar os traços fenotípicos, ou seja, a aparência das pessoas, com uma gama de virtudes e defeitos fundamentalmente morais e de caráter. Para aquela ciência, os brancos europeus eram portadores de virtudes culturais e morais muito superiores quando comparados a outras matrizes étnicas. É certo que nem entre os brancos havia consenso sobre essa comunhão de valores, fato que o próprio Max Weber transparece em sua forma de descrever os *Junkers* da Prússia e os poloneses, gente cuja principal vantagem sobre os alemães, segundo o autor, era justamente sua brutalidade no trato com a terra e a conseqüente falta de refinamento, traços que faziam deles seres mais aptos – em termos darwinistas, ao que parece – para resistirem fisicamente a uma série de provações para as quais os alemães já haviam perdido a resistência, dado sua maior evolução nas demais dimensões<sup>27</sup>.

No Brasil, muitas vozes brancas ainda no século XIX previram resultados catastróficos caso o processo de miscigenação se abastecesse de sangue não-europeu por muito tempo, o que estimulou a elite branca imperial a promover a importação do elemento étnico europeu (a começar pelo germânico, ainda nos idos de 1820) para adicionar mais sangue branco nesse *cadinho de raças*, na busca de um embranquecimento físico, cultural e ideológico, pavimentando o caminho para a modernização dessa ex-colônia ultramarina portuguesa. Se bem que não é correto posicionar no século XIX o início desse pensamento purificador da raça, posto que são abundantes as cartas dos jesuítas ainda nos primórdios da colônia clamando à corte portuguesa para que enviasse mulheres brancas para estas terras, a fim que que os exploradores lusos que por aqui se aventuravam “parassem de fornicar” com as índias e as negras escravas (RIBEIRO 2010, p.79-80).

Os imigrantes europeus tinham a vantagem de trazerem o capital social desejado para o processo de modernização do Brasil, mas na fase inicial de imigração registrou-se certo desconforto por parte dos trabalhadores europeus que aqui desembarcavam e tentavam vender trabalho assalariado aos fazendeiros tradicionais, acostumados com

---

<sup>27</sup> A esse respeito, consultar WEBER, Max. O Estado Nacional e a política econômica. COHN, Gabriel (org.). **Weber**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1991 (Coleção grandes Cientistas Sociais, n.13), p.58-78.

trabalhadores movidos à chicote. No entanto, o processo imigratório não foi articulado a esmo. Alguns povos foram estimulados a virem para o Brasil, para assim trazerem parte de sua bagagem cultural e tecnológica a fim de dinamizar o processo de modernização social que governo e elite agrária desejavam. O imigrante alemão traria em sua bagagem os conhecimentos das modernas técnicas fundamentalmente mecânicas e industriais, aliada à afamada rigidez disciplinar considerada fundamental para a implantação e o funcionamento de uma nova ordem produtiva nacional. Para os imigrantes italianos os objetivos eram outros. Viriam para assumir o trabalho agrícola anteriormente desempenhado pelos escravos, compondo uma nova classe de camponeses assalariados. No entanto, o descontentamento dos primeiros imigrantes italianos que aqui desembarcaram foi tão grande que o próprio governo da Itália interferiu no processo de imigração, passando a exigir do governo brasileiro a garantia do cumprimento das promessas feitas para atrair os camponeses daquele país e, mais do que isso, a observação do cumprimento dos acordos de trabalho firmados entre os esfomeados camponeses italianos e seus novos e promissores patrões brasileiros. Quanto aos imigrantes alemães, logo as elites brasileiras perceberam a dificuldade de integração das colônias alemãs com as comunidades de seu entorno, fruto de uma combinação de divergências linguísticas, culturais e religiosas.

No entanto, não é nosso objetivo neste momento adentrar com profundidade no estudo da dinâmica do processo de miscigenação brasileiro, sendo que o que foi dito até aqui tem apenas a função de demonstrar a complexidade desse processo e alertar o leitor para que não caia em simplificações oriundas do senso comum, como por exemplo aquela afirmação cada vez mais recorrente em algumas alas do movimento negro de que as imigrações italiana e alemã podem ser consideradas as primeiras políticas de ação afirmativa (PAA) do país. Imigração e PAA são coisas completa e essencialmente diferentes.

## **Capítulo IV**

### **Metodologia da pesquisa de campo, tratamento dos dados e análises preliminares**

Neste capítulo descreveremos as principais características das análises estatísticas empreendidas na pesquisa, bem como os principais resultados dos testes estatísticos realizados. Serão apresentadas as características do banco de dados, a metodologia de amostragem e o perfil da amostra coletada. Em seguida, apresentamos alguns resultados da análise exploratória dos dados, que teve por objetivo encontrar as associações mais significativas entre as variáveis. Também serão discutidos os critérios utilizados para a criação dos índices que utilizamos na pesquisa, já que tais índices permitiram a utilização de técnicas mais elaboradas de análise estatística, especialmente a Análise Fatorial e a Regressão Logística.

#### **4.1 O questionário e o banco de dados**

Como já foi dito, a presente pesquisa apoia-se, em sua dimensão empírica, na análise estatística de dados primários coletados entre os graduandos da UFSC, campus Trindade, por meio de questionário composto por vinte e oito perguntas, cujas respostas foram armazenadas em 78 variáveis de um banco de dados especialmente formatado para este estudo.

As questões de número 1 a 15 possibilitam a estratificação dos dados coletados com base em fatores socioeconômicos (sexo, idade, UF de origem, raça/cor, curso, ano e semestre de ingresso, período letivo, renda familiar, quantidade de membros da família, escolaridade e profissão dos pais, origem escolar, se entrou optante pelas cotas). As questões 16, 17 e 18 permitem estimar o grau de socialização do entrevistado em relação aos demais alunos cotistas de sua turma (quantos alunos cotistas conhece, se faz trabalhos com cotistas e se eles fazem parte de seu círculo de amizade). Com as respostas obtidas nas questões 19 e 20, temos como conhecer a proporção de alunos

contrários e favoráveis às cotas e demais PAA implementadas pela Universidade. As questões de número 22 à 26 são destinadas à coleta de algumas informações centrais para as análises propostas na presente pesquisa, pois é nesse momento que o entrevistado é estimulado a responder quais foram os principais fatores que colaboraram para a formação de sua opinião sobre o tema das cotas, bem como quais foram os fatores que mais colaboraram para uma eventual mudança de opinião. A questão 23 pergunta diretamente se o aluno vê relação entre as PAA e a democracia<sup>28</sup>. Já a questão 24 procura verificar se o aluno reconhece que já pensou de maneira diferente sobre a questão da legitimidade dessas políticas, tendo a questão 25 uma lista de fatores que colaboraram para essa mudança de opinião.

A questão 26 é aberta e destina-se a dar espaço ao aluno para que justifique sua opinião especificamente sobre as cotas no vestibular. A questão 27 também é aberta e dá espaço para que o aluno relate alguma experiência marcante relacionada ao convívio com colegas cotistas. As respostas a estas duas questões são analisadas de maneira a podermos associar certas palavras-chave que esclareçam qual o tipo de discurso adotado pelo aluno em sua defesa sobre as opiniões até então registradas em seu questionário, donde poderemos comparar tais resultados com o conjunto de retóricas pró e contra cotas elencadas por Goss(2008), em sua profunda análise sobre as *retóricas em disputa*<sup>29</sup> na academia acerca das cotas, e também aquelas teses listadas por Feres Junior (2010) em sua análise da coletânea *Divisões perigosas*, organizada por Peter Fry et al, obra publicada em 2007 e que reúne artigos produzido por intelectuais contrários às políticas de inclusão que têm a raça como critério de seleção. No Capítulo V essa questão encontra-se desenvolvida com maior detalhamento.

Uma vez finalizado o lançamento dos dados no banco, foi possível elaborar uma série de tabelas descritivas, gráficos e testes estatísticos específicos para análises de questões sociais, sendo que o objetivo desses testes é verificar em que medida cada variável observadas influencia no comportamento de uma outra variável específica. Desse modo, foi possível testar, por exemplo, se a renda

---

<sup>28</sup> Não pretendemos compreender qual é a concepção do aluno sobre democracia. Apenas perguntamos, de forma direta, se ele considera a política de cotas democrática ou não.

<sup>29</sup> Título de sua tese de doutorado, defendida em 2008 neste mesmo PPGSP-UFSC.

familiar tem associação com o posicionamento do entrevistado sobre a legitimidade ou não das cotas, ou mesmo se fatores como escolaridade dos pais, origem escolar, acesso à mídias informativas, audição de palestras, entre outros, influenciam no crescimento do índice de aceitação das cotas. Com bases nas tendências observadas, procedemos à análise dos resultados dos testes estatísticos à luz dos argumentos e teorias sociológicas até aqui apresentados.

Com o término da coleta e lançamento dos dados, o banco conta com 485 casos registrados, composto por amostras coletadas em dezoito cursos, a saber: Administração, Agronomia, Biblioteconomia, Biologia, Ciências Sociais, Direito, Economia, Educação Física, Engenharias Agroalimentar, Civil, de Produção Civil, Sanitária, além dos cursos de Física, Jornalismo, Medicina, Odontologia, Pedagogia e Relações Internacionais (vide Tabela 1). Procurou-se contemplar ao menos um curso de cada Centro de Ensino, além de coletar amostras entre cursos de alta e baixa demanda, em relação ao exame vestibular.

Tabela 1 – Perfil da amostra em relação ao curso

<b>Curso</b>	<b>Nº casos</b>	<b>%</b>
Administração	36	7,4
Agronomia	33	6,8
Biblioteconomia	20	4,1
Biologia	33	6,8
Ciências Sociais	57	11,8
Direito	37	7,6
Economia	18	3,7
Educação Física	18	3,7
Eng. Agroalimentar	19	3,9
Eng. Civil	14	2,9
Eng. Produção Civil	13	2,7
Eng. Sanitária	21	4,3

<b>Curso</b>	<b>Nº casos</b>	<b>%</b>
Física	18	3,7
Jornalismo	23	4,7
Medicina	43	8,9
Odontologia	38	7,8
Pedagogia	21	4,3
Relações Internacionais	23	4,7
<b>Total</b>	<b>485</b>	<b>100,0</b>

*Fonte: dados primários coletados durante a pesquisa*

Os cursos a serem amostrados foram selecionados de maneira a contemplar os onze centros de ensino estabelecidos no campus Trindade, conforme apresenta a Tabela 2. O estabelecimento dos critérios de amostragem e do método de coleta de dados foi pensado para contemplar a diversidade de perfis dos alunos do campus, sendo esta a mais crítica etapa do planejamento da pesquisa, como passaremos a detalhar na próxima seção. Foram priorizadas as turmas com matrículas a partir do ano de 2008, quando entraram os primeiros cotistas na UFSC.

**Tabela 2 – Perfil da amostra em relação ao centro de ensino**

<b>Centro de Ensino</b>	<b>Nº casos</b>	<b>%</b>
CCA	52	10,7
CCB	33	6,8
CCE	23	4,7
CCJ	37	7,6
CCS	81	16,7
CDS	18	3,7
CED	41	8,5



<b>Centro de Ensino</b>	<b>Nº casos</b>	<b>%</b>
CFH	57	11,8
CFM	18	3,7
CSE	77	15,9
CTC	48	9,9
Total	485	100,0

*Fonte: dados primários coletados durante a pesquisa*

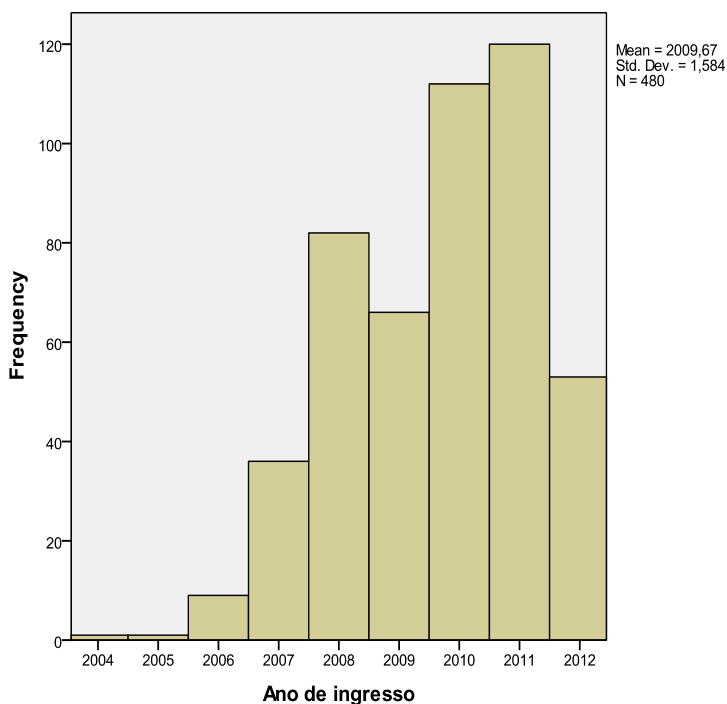
## **4.2 Critérios de amostragem**

Dada a dificuldade técnica de empreender uma amostragem aleatória padrão na presente pesquisa, foram utilizados critérios que possibilitassem contemplar a diversidade de perfis dos alunos do campus e, ao mesmo tempo, configurasse certa homogeneidade nos blocos de casos coletados. Nesse sentido, o plano amostral foi estabelecido por meio da técnica conhecida como *amostragem por julgamento* (BARBETTA, 2011, p.54-5), indicada justamente para pesquisas onde a amostragem aleatória (modelo mais usual de coleta) não possa ser viabilizado, dada a própria natureza do objeto pesquisado. A amostragem por julgamento consiste na escolha dos locais de coleta que possam abrigar a diversidade dos perfis necessários para a composição do banco de dados. No entanto, tal técnica não garante a extrapolação segura dos resultados observados para o universo amostral estudado. Foi assim que o primeiro critério de amostragem foi estabelecido, a saber: a coleta deve contemplar alunos de todos os centros de ensino do campus Trindade, abarcando dessa forma a maioria dos perfis típicos de alunos envolvidos nas diferentes áreas do conhecimento. Essa técnica também pareceu ser a mais conveniente em virtude do método escolhido para aplicação do instrumento de coleta, conhecido como *administração direta*, quando é o próprio entrevistado quem preenche seu questionário (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005, p.188).

Como seria extremamente complexa a coleta de amostras em todos os cursos oferecidos por cada centro, e mais difícil ainda

contemplar todas as fases de cada um desses cursos, optamos por dar preferência a turmas intermediárias, o que nem sempre foi possível devido à nossa dependência da disponibilidade dos professores que aceitaram colaborar com a pesquisa. O histograma abaixo apresenta a distribuição dos casos obtidos em função do ano de ingresso na universidade. A distribuição completa do ano de ingresso *versus* curso pode ser consultada no Anexo 1, Tabela 3a.

Gráfico 1 – Histograma da distribuição dos casos pelo ano de ingresso na universidade



Cabe destacar que, quando não foi possível coletar amostras em turmas intermediárias, demos preferência para a coleta em turmas mais antigas, justamente por considerar o fato de que os alunos veteranos poderiam prestar importante colaboração sobre os aspectos

relacionados à socialização entre cotistas e não-cotistas, dado o maior tempo de convivência com a turma. Também tivemos o cuidado de escolher, na medida do possível, tanto os cursos de alta quanto os de baixa demanda, com o objetivo de aumentar o equilíbrio da amostra.

### 4.3 Cálculo amostral

Apesar de não termos utilizado a técnica de *amostragem aleatória simples*, foi observado o critério de número mínimo de amostras diante da população estudada, estimada em 25 mil graduandos. Para tanto, utilizamos as fórmulas apresentadas por Barbetta (2011, p.58-9),

$$n' = \frac{1}{E^2} \quad \text{e} \quad n = \frac{N \cdot n'}{N + n'}$$

onde:

N = tamanho da população;

n' = aproximação para o tamanho da amostra;

E = erro amostral tolerável;

n = tamanho da amostra.

de onde temos:

$$n' = \frac{1}{0,05^2} = 400 \quad \text{e} \quad n = \frac{(25000) \cdot (400)}{25000 + 400} = 393,7$$

Portanto, temos então um número mínimo de amostras de 394, considerando-se um erro amostral tolerável de 5%, para um nível de confiança de 95%.

Temos plena consciência de que, diante das escolhas metodológicas anteriormente destacadas, o fato de termo conseguido superar o número mínimo de amostras, com os 485 casos coletados, não basta para garantir a segurança na extrapolação direta dos resultados da presente pesquisa para os diferentes estratos da população amostrada (p. ex., traçar o perfil médio dos alunos de cada curso, ou mesmo de cada Centro de Ensino). Em outras palavras, não nos arriscaremos a projetar os resultados de nossas análises para além da turma amostrada, na tentativa de explicar um comportamento médio do aluno de determinado curso. No entanto, procuraremos demonstrar que algumas características

do conjunto de nossas amostras coincidem com dados oriundos de levantamento censitário atualmente em desenvolvimento por outros pesquisadores do INCTi-SC, baseados fundamentalmente em dados obtidos junto à PRAE e Coperve, o que colabora para aumentar o grau de confiança de nossas análises para uma conjuntura mais genérica.

Diante disso, teremos o cuidado de delimitar a abrangência de cada uma das análises e conclusões conforme forem apresentadas.

#### 4.4 Perfil da amostra

Passaremos agora a apresentar algumas características socioeconômicas de nossa amostragem realizada em campo, traçando assim o perfil da amostra nos quesitos relativos a raça/cor, UF de origem, renda familiar e forma de acesso à universidade. Sempre que possível, os dados da amostra serão comparados com os dados censitários disponíveis, conforme já explicamos acima.

Na Tabela 3 vemos que 11,1% dos alunos que se identificaram racialmente são negros (soma de pretos e pardos), 82,2% se declararam brancos, 1,2% amarelos e 0,6% indígenas<sup>30</sup>.

Tabela 3 – Proporção de alunos segundo critério Raça/Cor

<b>Raça/Cor</b>	<b>Nº casos</b>	<b>%</b>	<b>% válido</b>
Não informada	3	,6	,6
Branco	397	81,9	82,2
Preto	20	4,1	4,1
Pardo	34	7,0	7,0
Amarelo	6	1,2	1,2

---

<sup>30</sup> É importante destacar que nenhum dos 3 alunos que se declararam indígenas entrou via reserva de vagas. No primeiro ano de vigência das cotas na UFSC (2008), cinco vagas foram reservadas para indígenas. De lá pra cá, a cada ano foi acrescida uma vaga para essa categoria étnica, de modo que no edital do vestibular 2012 haviam nove vagas reservadas para indígenas. Dada a peculiaridade dessa modalidade de acesso, não abordaremos a questão da inclusão do índio na UFSC no presente trabalho.

<b>Raça/Cor</b>	<b>Nº casos</b>	<b>%</b>	<b>% válido</b>
Indígena	3	,6	,6
Não se define	20	4,1	4,1
Total	483	99,6	100,0
<i>Missing</i>	2	,4	
Total	485	100,0	

*Fonte: dados primários coletados durante a pesquisa*

De acordo com relatório produzido pela pesquisadora do INCTi-SC, Alexandra Boing (BOING, 2011), vemos que o percentual de cotistas negros que encontramos em nossa pesquisa de campo em muito se aproxima da proporção de negros que passaram no vestibular da UFSC a partir de 2008, quando a política de cotas foi adotada pela Universidade. Em 2010 os negros ocuparam 11,6% das vagas no Campus Trindade (cf. Tabela 1a, Anexo 1). Nessa mesma tabela vemos que o ano de 2008 representa um marco para o aumento de proporção de negros na UFSC. Se entre 2004 e 2007 a média de negros aprovados no vestibular era de 8,5%, em 2008 essa proporção passa a ser 15,9%. Em 2009 foram 13,1% de negros aprovados, em 2010 registra-se 11,6% e em 2011 essa proporção chega a 13,3%.

Vemos que a proporção de negros observada em nossa pesquisa de campo (11,1%) fica muito próxima dos números da PRAE e Coperve processados por Boing (2011), o que colabora para a validade representativa de nossa amostragem de campo, posto que 90,2% de nossa amostra é composta por alunos que entraram na universidade a partir de 2008 (Tabela 4).

**Tabela 4 – Perfil da amostra com relação ao critério Ano de Ingresso na Universidade**

<b>Ano</b>	<b>Nº casos</b>	<b>%</b>	<b>% casos válidos</b>	<b>% cumulativo</b>
2004	1	0,2	0,2	0,2
2005	1	0,2	0,2	0,4

<b>Ano</b>	<b>Nº casos</b>	<b>%</b>	<b>% casos válidos</b>	<b>% cumulativo</b>
2006	9	1,9	1,9	2,3
2007	36	7,4	7,5	9,8
2008	82	16,9	17,1	26,9
2009	66	13,6	13,8	40,6
2010	112	23,1	23,3	64,0
2011	120	24,7	25,0	89,0
2012	53	10,9	11,0	100,0
Total	480	99,0	100,0	
Missing	5	1,0		
Total	485	100,0		

*Fonte: dados primários coletados durante a pesquisa*

A tabela 5 traz as informações sobre a Unidade Federativa de origem dos entrevistados, onde vemos a preponderância de alunos catarinenses, que representam 62,7% da amostra. Paulistas (12,2%), gaúchos (9,9%) e paranaenses (6,6%) representam os três maiores contingentes depois dos catarinenses. Temos então que esses quatro estados representam 91,4% dos alunos que encontramos em sala de aula durante nossa pesquisa. Se considerarmos que, de acordo com o Censo 2010 (Tabela 4), a proporção de negros nos estados de São Paulo (34,82%), Paraná (28,5%), Rio Grande do Sul (16,14%) e Santa Catarina (15,47%) está significativamente acima da proporção de negros matriculados a cada ano na UFSC, podemos perceber que os 10% de vagas reservadas para cotistas negros nesta Universidade é uma taxa um tanto quanto modesta, apesar de sabermos que nem mesmo esse percentual de reserva é atingido a cada ano. Em 2011, por exemplo, das 593 vagas reservadas para negros via PAA em todos os *campi* da UFSC, apenas 340 vagas foram preenchidas, o que representa apenas 5,73% das vagas oferecidas pela Universidade<sup>31</sup>. Em 2010 a proporção de negros

<sup>31</sup> Fonte: Coperve ( [http://www.vestibular2011.ufsc.br/resultado/vestcur02\\_1.html](http://www.vestibular2011.ufsc.br/resultado/vestcur02_1.html) – acesso

que passaram no vestibular via cota específica<sup>32</sup> foi de 3,37%.

Tabela 5 – Perfil da amostra com relação ao critério UF de origem

UF	Nº Casos	%
AM	3	0,6
BA	4	0,8
GO	3	0,6
MG	5	1,0
MS	4	0,8
MT	1	0,2
PA	1	0,2
PR	32	6,6
RJ	7	1,4
RO	3	0,6
RS	48	9,9
SC	304	62,7
SP	59	12,2
Não Informado	4	0,8
Estrangeiro	7	1,4
Total	485	100,0

*Fonte: dados primários coletados durante a pesquisa*

Na Tabela 6 vemos que este baixo percentual referente ao ingresso via cotas para negros também foi observado em campo. Apenas 2,9% dos alunos entrevistados entraram na Universidade via cotas para negros, número que mais uma vez nos coloca muito próximo daquele

---

<sup>32</sup> em 27/07/2012).

Fonte: Coperve: ([http://www.vestibular2010.ufsc.br/resultado/vestcur02\\_1.html](http://www.vestibular2010.ufsc.br/resultado/vestcur02_1.html) – acesso em 27/07/2012).

informado pela própria Coperve. No entanto, é importante observar que 50% dos pretos ingressaram via cotas para negros, ao passo que 15% ingressaram na UFSC via cota para escola pública e 35% pela classificação geral. Já entre os pardos a situação se inverte: 55,9% ingressaram pela classificação geral, 32,4% por cotas de escola pública e apenas 11,8% via cotas para negros.

Estes dados são particularmente interessantes pois, como veremos mais adiante ao abordarmos os resultados das análises de Regressão Logística, são os pretos os que apresentam maior grau de aceitação das cotas étnicas, tanto para negros quanto para indígenas. No entanto, temos que ter em mente que metade dos pretos entrevistados são beneficiários diretos da reserva de vaga de recorte étnico e, logicamente, esse contingente dará peso significativo à variável Raça/Cor no modelo de regressão elaborado para explicar a aceitação de cotas étnicas.

Tabela 6 – Raça/Cor *versus* Forma de Acesso

Raça/cor (R/C)	Modalidade de acesso (MA)				
	Não informado	Classif. Geral	Cotas Escola Pública	Cotas para negros	Total
Não informado	-	2 (66,7%)	1 (33,3%)	-	3
Branco	1 (0,3%)	329 (82,9%)	67 (16,9)	-	397
Preto	-	7 (35%)	3 (15%)	10 (50%)	20
Pardo	-	19 (55,9%)	11 (32,4%)	4 (11,8%)	34
Amarelo	-	5 (83,3%)	1 (16,7%)	-	6
Indígena	-	3 (100%)	-	-	3



<b>Modalidade de acesso (MA)</b>					
<b>Raça/cor (R/C)</b>	<b>Não informado</b>	<b>Classif. Geral</b>	<b>Cotas Escola Pública</b>	<b>Cotas para negros</b>	<b>Total</b>
Não se define	-	16 (80%)	4 (20%)	-	20
Total	1 (0,2%)	381 (78,9%)	87 (18%)	14 (2,9%)	483

*Fonte: dados primários coletados durante a pesquisa*

O quadro abaixo (Tabela 7) apresenta a proporção geral de aceitação a cada uma das modalidades de cotas. Enquanto as cotas para escola pública registram a maior taxa de aceitação (65,56%), a modalidade de cotas para negros apresenta a mais baixa (19,3%). Além disso, um quarto dos estudantes entrevistados são contrários a qualquer tipo de cota.

Tabela 7 – Taxa de aceitação de cotas

<b>Opinião sobre cotas</b>	<b>% da amostra</b>
Contrário às cotas	25,10
Favorável para negros	19,29
Favorável para índios	21,78
Favorável para Escola Pública	65,56
Favorável para deficientes físicos	24,48
Não tem opinião	7,68

*Fonte: dados primários coletados durante a pesquisa*

No entanto, as taxas de aceitação mudam drasticamente quando estratificadas pelo critério de Raça/Cor (Tabela 8). São os pretos os que apresentam maior taxa de aceitação de todas as modalidades de reserva de vaga. Como vimos, 65% dos alunos pretos entrevistados entraram na UFSC por via de cotas, e isso constitui importante fator para a explicação da grande diferença entre esse estrato e os demais. Os brancos são os que menos concordam com as cotas para negros (13,6%),

enquanto 64,2% aprovam as cotas para escola pública.

Tabela 8 – Raça/Cor *versus* Opinião sobre as Cotas

Raça/Cor	Contrário às cotas	Favorável para negros	Favorável para índios	Favorável para Escola Pública	Favorável para deficiente físico	Não tem opinião
Branco	103 (25,9%)	54 (13,6%)	67 (16,9%)	255 (64,2%)	85 (21,4%)	30 (7,6%)
Preto	1 (5%)	15 (75%)	15 (75%)	19 (95%)	14 (70%)	-
Pardo	6 (17,6%)	14 (41,2%)	11 (32,4%)	26 (76,5%)	10 (29,4%)	3 (8,8%)
Amarelo	3 (50%)	2 (33,3%)	2 (33,3%)	3 (50%)	2 (33,3%)	-
Indígena	2 (66,7%)	1 (33,3%)	1 (33,3%)	1 (33,3%)	-	-
NSD	6 (30%)	7 (35%)	9 (45%)	11 (55%)	7 (35%)	2 (10%)

*Fonte: dados primários coletados durante a pesquisa*

É importante notar que, enquanto 75% dos pretos manifestam-se favoráveis às cotas para negros, apenas 41,2% dos pardos compartilham da mesma opinião. Essa característica torna-se mais interessante quando contrastamos a opinião sobre o caráter democrático das cotas estratificado pelo critério Raça/Cor, como mostra a Tabela 9. Os pardos apresentam a maior proporção de associação positiva entre cotas e democracia, com uma taxa de 46,9%, enquanto que apenas 26,3% dos pretos compartilham da mesma opinião. Os brancos apresentam índice pouco inferior (23,6%), ao mesmo tempo em que lideram o grupo dos indecisos sobre essa questão (18,1%). São os amarelos que apresentam a maior taxa de associação não democrática em relação às cotas, com 66,7%, enquanto pardos apresentam a menor (12,5%)<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Não estamos analisando as respostas dos que não se definem racialmente, pois aqui nos

Tabela 9– Raça/Cor *versus* Cota é democrática?

	Cota é democrática?			
	Sim	Não democrática	Não tem relação com democracia	Não sabe
Branco	91 (23,6%)	110 (28,5%)	115 (29,8%)	70 (18,1%)
Preto	5 (26,3%)	7 (36,8%)	4 (21,1%)	3 (15,8%)
Pardo	15 (46,9%)	4 (12,5%)	8 (25,0%)	5 (15,6%)
Amarelo	1 (16,7%)	4 (66,7%)	1 (16,7%)	-
Indígena	1 (33,3%)	1 (33,3%)	1 (33,3%)	-
Não se define	4 (21,1%)	1 (5,3%)	7 (36,8%)	7 (36,8%)
Missing	-	-	3 (100%)	-
Total	117 (25,0%)	127 (21,1%)	139 (29,7%)	85 (18,2%)

*Fonte: dados primários coletados durante a pesquisa*

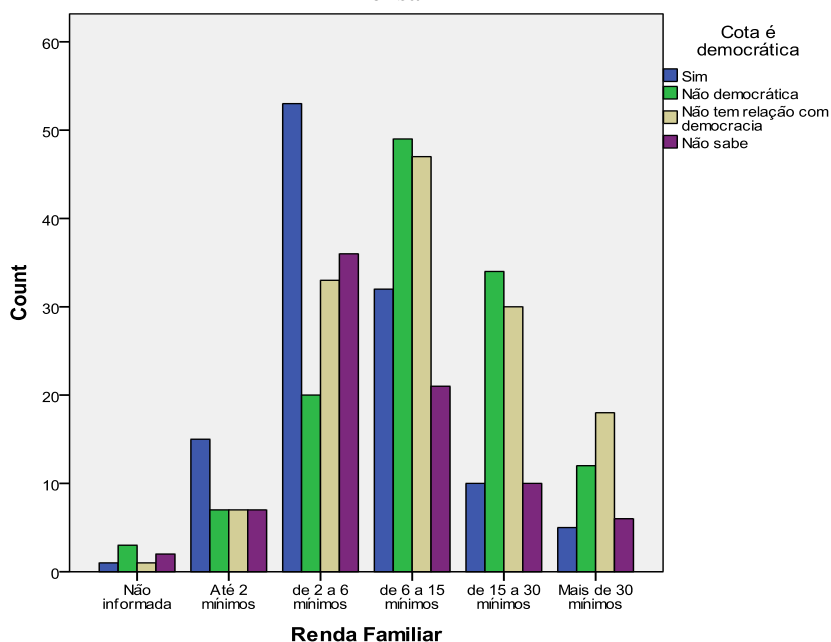
Quando cruzamos a relação entre cota e democracia com o fator renda familiar, o resultado é também interessante. Vemos que a proporção de alunos que consideram as cotas medidas democráticas decresce significativamente em função do aumento da faixa de renda familiar (vide Gráfico 2). A maioria dos alunos que declaram renda

---

interessa apenas as respostas que nos ajudem a compreender a associação entre Raça/Cor e opinião sobre cotas. Também não estamos analisando os casos dos autodeclarados indígenas, pois a amostra parece ser pequena demais para permitir qualquer análise satisfatória.

familiar acima de 30 mínimos acredita que cota não tem nenhuma relação com a democracia. Exatamente o oposto se observa entre os alunos que declaram renda familiar mensal inferior a 6 mínimos, onde há predominância da associação positiva entre cota e democracia. Percebe-se claramente que democracia, para os mais pobres, tem forte relação com a promoção da inclusão. Desse modo, enquanto que para o estrato mais abastado a democracia pode ter relação com qualquer outra coisa que não seja a política de cotas, entre a parcela de estudantes que declara renda familiar mensal entre 6 e 30 mínimos, as cotas são vistas mesmo como políticas antidemocráticas.

Gráfico 2 – Associação entre cota e democracia *versus* renda familiar mensal



Como vimos, a opção pela modalidade de cota para negros encontra alguma resistência de aceitação entre a população de pardos, beneficiária em potencial dessa modalidade de PAA. Cabe observar que os motivos que levam o candidato pardo a declinar diante da

possibilidade de usufruir desse benefício constitui tópico de pesquisa atualmente trabalhado pelos pesquisadores do INCTi-SC, e portanto não entraremos nessa questão no presente trabalho. Também tivemos a oportunidade de registrar uma pequena parcela de cotistas de escola pública (4,5%) contrária a qualquer forma de cota (Tabela 11).

Tabela 10 – Modalidade de acesso *versus* renda familiar mensal

<b>Renda</b> (em salários mínimos)	<b>Modalidade de acesso</b>				<b>Total</b>
	<b>Não informada</b>	<b>Classif. Geral</b>	<b>Cotas E.P.</b>	<b>Cotas Negros</b>	
Não Informada	-	8 (100%)	-	-	8
Até 2	-	16 (43,2%)	17 (45,9%)	4 (10,8%)	37
Entre 2 e 6	-	100 (66,7%)	45 (30%0	5 (3,3%)	150
Entre 6 e 15	1 (0,7%)	123 (81,5%)	22 (14,6%)	5 (3,3%)	151
Entre 15 e 30	-	84 (96,6%)	3 (3,4%)	-	87
Mais de 30	-	41 (100%)	-	-	41
Total	1 (0,2%)	372 (78,5%)	87 (18,4%)	14 (3,0%)	474

*Fonte: dados primários coletados durante a pesquisa*

Tabela 11 – Forma de acesso *versus* opinião sobre cotas

Opinião sobre cotas	Forma de acesso				<i>Missing</i>
	Classifi. Geral	Cotas Escola Pública	Cotas para negros	Cotas para indígenas	
Contrário às cotas	118 (30,8%)	4 (4,6%)	-	-	-
Favorável Negros	52 (13,6%)	28 (32,2%)	14 (100%)	-	-
Favorável Índios	64 (16,7%)	31 (35,6%)	10 (71,4%)	-	-
Favorável Esc. Pública	225 (58,7%)	77 (88,5%)	14 (100%)	-	1
Favorável Def. Físico	67 (17,5%)	40 (46%)	10 (71,4%)	-	1

*Fonte: dados primários coletados durante a pesquisa*

A partir da observação do perfil da amostra e do comportamento das principais variáveis, procedemos a criação de alguns índices, cujo principal objetivo é proporcionar indicadores estatísticos mais versáteis, possibilitando assim a aplicação de técnicas mais abrangentes de análise, como passaremos imediatamente a descrever.

#### 4.5 Composição dos índices

Como procuramos demonstrar na seção anterior, a simples análise descritiva dos dados coletados em campo já é suficiente para dar uma ideia parcial do comportamento das variáveis aferidas. No entanto, a análise meramente descritiva apresenta sérios limites para a elaboração de interpretações mais consistentes sobre os variados fatores que podem explicar as opiniões dos alunos sobre a legitimidade das PAA. Sendo assim, é fundamental a utilização de técnicas mais elaboradas de análise estatística, o que demanda o processamento de certas variáveis, bem como a fusão ou desmembramento de outras. A criação de índices é uma

alternativa que caminha nesse sentido, e é justamente sobre isso que trataremos na presente seção.

O conjunto de alternativas presente na questão 19 do questionário (Anexo 2) possibilitou a criação de um índice de aceitação das cotas (IAC), que varia de zero (nenhuma aceitação) a quatro (aceitação de todas as modalidades de cota). Esse índice foi criado somando-se as quatro opções relativas à aceitação das cotas: para negros, para índios, para alunos de escola pública e para deficientes (variáveis 29, 30, 31 e 32 do banco de dados, respectivamente). Como cada uma das alternativas marcadas pelo aluno no questionário recebem valor zero, caso seja deixada em branco, e um (1), caso seja marcada, o índice é gerado simplesmente somando os valores dessas variáveis, procedimento realizado com relativa simplicidade pelo sistema SPSS.

A questão de número 20 do questionário também possibilitou a criação do índice de aceitação das PAA (IAPAA), cuja faixa vai de zero (nenhuma aceitação) a sete (aceitação máxima), utilizando-se o mesmo procedimento relatado anteriormente, dessa vez somando-se os valores (0 ou 1) registrado nas variáveis de número 34 a 40 do banco de dados.

A questão 22 do questionário possibilitou a criação de três outros índices cujo objetivo é fornecer uma dimensão escalar da influência dos meios de socialização a que os alunos estão expostos em seu cotidiano na formação de suas opiniões acerca especificamente das cotas no vestibular. Temos então o índice de formação acadêmica da opinião (IFAC), formado pela soma das alternativas “Palestras ou aulas”, “Leituras acadêmicas” e “Convívio com cotistas” (variáveis 54, 55 e 58, respectivamente), gerando assim uma escala de zero a três. O mesmo procedimento foi adotado para a composição do índice de formação vivencial da opinião (IFVO), dessa vez somando-se os valores registrados para as opções “Convivência familiar”, “Debate entre amigos” e “Redes ativistas” (variáveis 50, 53 e 56, respectivamente). Finalmente, temos o índice de formação midiática da opinião (IFMO), obtido por meio da soma das variáveis “Informações televisivas”, “Jornais e revistas” e “Redes sociais virtuais” (variáveis 51, 52 e 57, respectivamente).

Temos então um total de cinco índices capazes de fornecer uma dimensão escalar dos fatores mensurados, conforme mostra a Tabela 12.

Tabela 12 – Listagem dos índices criados a partir dos dados coletados em campo

<b>Índice</b>	<b>Descrição</b>	<b>Amplitude da escala</b>
IAC	Índice de aceitação das cotas	0 - 4
IAPAA	Índice de aceitação das PAA	0 - 7
IFAO	Índice de formação acadêmica da opinião	0 - 3
IFVO	Índice de formação vivencial da opinião	0 - 3
IFMO	Índice de formação midiática da opinião	0 - 3

Estes índices serão utilizados mais à frente, quando apresentaremos alguns resultados de seus cruzamentos com outras variáveis do banco.

Um outro recurso de que lançamos mão foi o ordenamento dos cursos tendo como base seu grau de concorrência no exame vestibular. Criamos assim o que pode ser chamada de uma escala de concorrência, variando de 1 a 18, sendo que o nível 1 refere-se ao curso menos concorrido amostrado (Eng. Agroalimentar) e no nível 18 temos o curso mais concorrido (Medicina). Para a criação dessa escala, utilizamos como referência o relatório final da Coperve sobre o número de candidatos por vaga registrado para cada curso no Vestibular 2012.

#### **4.6 Análise do comportamento dos índices IAC e IAPAA versus IFMO, IFVO e IFAO**

Nesta seção procuraremos compreender a dinâmica das correlações entre os diversos índices que foram criados. Pretendemos com isso investigar o quanto as formas de socialização e as experiências a que os alunos são submetidos influenciam no aumento ou diminuição de seus índices de aceitação de cotas (IAC) e de PAA (IAPP).



Primeiramente, a título de demonstração da metodologia de análise utilizada, vamos executar testes estatísticos básicos para avaliar o comportamento da variável Renda Familiar *versus* o IAC, pois como vimos na seção anterior, há uma tendência de que a rejeição das cotas aumente na medida em que a renda familiar também aumenta. A Tabela 13 traz a variação do IAC de acordo com a faixa de renda, enquanto a tabela 14 mostra o resultado do teste Gamma ( $\gamma$ )

O objetivo do teste Gamma ( $\gamma$ ) é verificar o grau de relacionamento entre as variáveis testadas (neste caso, a correlação entre renda familiar e o IAC). Os valores obtidos por meio desse teste estarão sempre compreendidos entre -1 e +1.

Será +1 quando só houver concordâncias, e será -1 quando só houver discordâncias. Quando  $\gamma$  estiver em torno de zero, indica que o número de concordâncias e o número de discordâncias são aproximadamente iguais (ausência de correlação). Quanto mais próximo de +1 estiver  $\gamma$ , mais o número de concordâncias estará superando o número de discordâncias (correlação positiva forte). Simetricamente, quanto mais próximo de -1 estiver  $\gamma$ , mais o número de discordâncias estará superando o número de concordâncias (correlação negativa forte). (BARBETTA, 2011, p. 246)

Temos então um coeficiente  $\gamma$  de -0,307 (cf. Tabela 14), o que significa dizer que, para a população observada, existe uma leve tendência de que um aumento na renda familiar ocasiona a redução do IAC. Este efeito pode ser observado consultando diretamente a Tabela 13, onde nota-se que os percentuais relativos a um IAC igual a zero aumentam na medida em que a renda aumenta, atingindo o pico na faixa de renda entre 6 e 15 mínimos, quando começa novamente a declinar. O movimento inverso pode ser observado na coluna IAC = 4, onde a proporção de estudantes com grau máximo de aceitação de cotas diminui na medida em que aumenta a faixa de renda familiar.

Tabela 13 – Índice de aceitação das cotas (IAC) *versus* Renda Familiar

Renda Familiar (em salários mínimos)	Índice de aceitação de cotas				
	0	1	2	3	4
NI	4	2	-	1	1
	50,0%	25,0%	-	12,5%	12,5%
Até 2	3	11	5	2	16
	8,1%	29,7%	13,5%	5,4%	43,2%
de 2 a 6	34	62	20	7	27
	22,7%	41,3%	13,3%	4,7%	18,0%
de 6 a 15	53	55	16	5	21
	35,3%	36,7%	10,7%	3,3%	14,0%
de 15 a 30	37	34	10	2	4
	42,5%	39,1%	11,5%	2,3%	4,6%
Mais de 30	18	19	-	2	2
	43,9%	46,3%	-	4,9%	4,9%
Total	149	183	51	19	71
	31,5%	38,7%	10,8%	4%	15%

NI = Não informado

Fonte: dados primários coletados durante a pesquisa

Vemos que o teste *Gamma* confere maior agilidade ao processo inicial de análise das correlações, diminuindo a necessidade de se consultar diretamente a tabela matriz dos dados, o que consiste grande vantagem quando necessitamos processar e analisar grande número de variáveis em busca de suas correlações.

Tabela 14 – Teste *Gamma* para IAC *versus* Renda Familiar

	<b>Valor</b>	<b>Sig.</b>
<i>Gamma</i>	-0,307	0,000
Casos válidos	473	

É importante notar que o teste *Gamma* mede a intensidade da associação entre duas variáveis testadas, o que torna mais rápido o processo de exploração do banco de dados em busca de correlações. Ao se cruzar a variável renda familiar *versus* IAPAA (Tabela 15) temos um coeficiente *Gamma* de -0,216, o que nos leva a concluir que o efeito da variável renda na composição do IAPAA apresenta a mesma relação negativa observada com relação ao IAC, no entanto em menor intensidade ( $\gamma = -0,216$ ) e também menor significância estatística. Isso significa dizer que o IAPAA também diminui conforme a renda aumenta, porém essa correlação não se dá com a mesma intensidade verificada no caso do IAC ( $\gamma = -0,307$ ).

Tabela 15 – Teste *Gamma* relativo a renda familiar vs. IAPAA

	<b>Valor</b>	<b>Sig.</b>
<i>Gamma</i>	-0,216	0,000
Casos válidos	472	

Feitas as devidas considerações sobre a forma de interpretação do coeficiente *Gamma*, passemos diretamente à análise desses fatores quando cruzamos o IAC e o IAPAA com algumas variáveis escalares e com os índices que formulamos para investigar sobre como as formas de socialização dos alunos influenciam no crescimento ou diminuição da aceitação das cotas e das PAA (Tabela 16).

Tabela 16 – Coef. Gamma do IAC/IAPA vs. IFMO/IFAO/ IFVO/Escala de concorrência(EC)/Escolaridade do Pai (EP)/Escolaridade da Mãe (EM)

<b>Correlação testada</b>	<b>Gamma (sig.)</b>
IAC vs. IFMO	0,020 (0,730)
IAC vs. IFAO	0,211 (0,000)
IAC vs. IFVO	0,020 (0,758)
IAC vs. EC	-0,099 (0,022)
IAC vs. EP	-0,102 (0,045)
IAC vs. EM	-0,177 (0,000)
IAPAA vs. IFMO	0,013 (0,810)
IAPAA vs. IFAO	0,118 (0,022)
IAPAA vs. IFVO	0,105 (0,054)
IAPAA vs EC	-0,043 (0,272)
IAPAA vs EP	-0,053 (0,241)
IAPAA vs EM	-0,047 (0,290)

Vemos na tabela 16 que os únicos fatores que apresentam significância estatística com o IAC é a escala de concorrência ( $p=0,020$ ) e a escolaridade da mãe ( $p=0,000$ ), ambas em sentido negativo. No entanto, a intensidade das correlações são muito pequenas, o que não permite, neste momento, formular interpretações realmente coerentes.

De outro lado, o quadro de associações do IAPAA indica que o IFVO, EC e EP são fatores com certa significância, embora mais uma vez a intensidade da correlação seja muito baixa.

Os testes de associação que acabamos de apresentar serviram de base para a seleção das variáveis e índices com maior grau de correlação e significância para comporem os modelos de Regressão Logística que apresentaremos mais adiante, donde poderemos verificar de maneira mais precisa o peso de cada um desses fatores para a aceitação ou não de cada uma das modalidades de cotas.

#### 4.7 Inserindo o fator racial nos modelos

A variável originalmente concebida para armazenar a informação de raça/cor do aluno é do tipo *categórica*, o que significa dizer que a informação é armazenada e processada de forma não hierárquica, diferente, por exemplo, de uma variável do tipo *escalar*, como p. ex. a que foi utilizada para armazenar a informação de idade, ou de uma variável *ordinal*, como a que foi utilizada para se registrar a renda familiar do aluno.

No entanto, para possibilitar a inserção do fator racial nos modelos estatísticos de análise fatorial, cujos resultados passaremos a discutir mais adiante, foi necessário processar a variável raça/cor original de maneira a se obter uma variável ordinal adequada para tal tipo de modelagem estatística. Dessa forma criamos a variável *escala de branquitude*, cuja estrutura consiste em uma sequência numérica relativa à raça/cor autodeclarada do respondente, obedecendo a seguinte lógica: valor 1 (um) para preto, 2 (dois) para pardo e 3 (três) para branco.

Tem-se assim uma escala que coloca o indivíduo autodeclarado pardo na faixa de transição entre preto e branco, o que pensamos dar conta de sistematizar, meramente para efeito dos testes estatísticos, a questão da afirmação identitária ligada à cor da pele. Como vimos, há uma sensível diferença entre a proporção de alunos pretos e pardos no que diz respeito à aceitação das cotas étnicas. Vemos que a rejeição de cotas para negros aumenta na medida em que a auto-identificação racial migra do preto para o pardo e deste para o branco, o que sugere a hipótese de que o aluno tende a se posicionar contrário às cotas para negros na medida em que se posiciona racialmente *mais próximo*, por assim dizer, do branco. Por último, é importante observar que optamos por deixar de fora das análises as categorias de raça/cor *amarelo* e *indígena*, devido ao baixo percentual de casos registrados com essas características.

No caso dos modelos de regressão logística, optamos pela inserção da informação de raça/cor de forma binarizada. Foram criadas três variáveis binárias (a saber: *ser preto*, *ser pardo* e *ser branco*) a partir da informação de raça/cor coletada originalmente.

## Capítulo V

### Opinião dos universitários: análise através dos modelos estatísticos

Neste capítulo apresentamos os modelos estatísticos comentados, gerados a partir de duas técnicas diferentes de análise: Regressão Logística e Análise Fatorial. Cada uma com suas peculiaridades de uso e interpretação, essas técnicas permitem avaliar o comportamento de determinada variável em função de um conjunto de outras variáveis associadas ao fenômeno observado, no presente caso a opinião dos universitários sobre as cotas.

#### 5.1 Análise Fatorial

A análise fatorial é uma maneira rápida de encontrar correlações entre variáveis, ideal tanto para a fase exploratória quanto confirmatória da pesquisa com banco de dados. Esta técnica permite a identificação de fatores que ajudem a explicar a variação entre as variáveis observadas. Para o presente estudo temos como referência o trabalho de Figueiredo Filho & Silva Júnior (2010), onde os autores apresentam as principais características dessa técnica de análise, baseados em farta referência técnica a esse respeito.

Em síntese, o teste de análise fatorial (AF) é indicado para bancos de dados com mais de cem casos cadastrados, deve apresentar patamar mínimo de adequabilidade de 0,5 (indicado pelo teste KMO - *Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy*) e significância estatística  $p < 0,05$ , indicado pelo teste BTS – *Bartlett Test of Sphericity* e rotação ortogonal *Varimax* (cf. FIGUEIREDO FILHO & SILVA JÚNIOR, 2010, p.166-9). Outro aspecto a ser observado é a variância acumulada pelos fatores, que indica o número de fatores a serem avaliados a partir do modelo. Recomenda-se avaliar os fatores cuja variância acumulada mínima seja de 60%.

Para interpretar a tabela principal do teste (*Rotated Component Matrix*) basta verificar quais variáveis apresentam cargas fatoriais maiores que 0,400, o que demonstra associação positiva, e

também os menores que -0,400, demonstrando associação negativa entre as variáveis (FIGUEIREDO FILHO & SILVA JUNIOR, 2010, p.177). Cada coluna da tabela representa um fator, em torno do qual se dá o agrupamento ou não das variáveis. A interpretação ficará mais clara à medida em que começarmos, logo abaixo, a apresentar os resultados obtidos em cada um dos modelos.

A partir desses pressupostos, podemos analisar os dois modelos de AF apresentados no Anexo 4 do presente trabalho. O primeiro modelo foi gerado a partir das variáveis que medem o grau de convivência com cotistas, a renda familiar, o grau de escolaridade dos pais e os três índices de formação de opinião criados (IFAO, IFMO e IFVO). Nosso principal objetivo é identificar quais variáveis mostram-se associadas em cada um dos fatores gerados pelo teste.

Partindo diretamente para a análise do primeiro modelo gerado (vide Anexo 4, Modelo 1), vemos que o modelo apresenta KMO de 0,685 e BTS sig. 0,000, sendo que a variância acumulada até o 6º fator é de 70,6%.

Nota-se que o primeiro fator agrupa as variáveis Renda Familiar (0,530), Escolaridade do Pai (0,821) e Escolaridade da Mãe (0,846), o que confirma a hipótese, bastante óbvia entre a população pesquisada, de que as famílias com pais mais escolarizados apresentam maior renda familiar. A despeito da obviedade apontada pelo primeiro fator, é interessante notar que a renda familiar, no presente modelo, não se mostra associada aos índices de aceitação de cotas (IAC) e aceitação das PAA (IAPAA). O quinto fator, explicando 7,7% da variância do modelo, aponta correlação positiva entre renda familiar e a escala de concorrência no vestibular. Ainda nesse fator, a renda familiar apresenta associação negativa com o índice de formação acadêmica da opinião (IFAO).

É na coluna referente ao terceiro fator, explicando 10,7% da variância do modelo, que aparece uma correlação negativa entre o índice de aceitação das cotas (-0,673) e a escala de branqueamento (0,886), o que significa que para uma parcela da amostra, o IAC tende a diminuir na medida em que a cor autodeclarada do aluno migre do preto para o pardo e deste para o branco. Enquanto isso, o IAPAA apresenta correlação positiva com o índice de formação vivencial da opinião (IFVO), como demonstra a coluna reservada ao sexto fator do modelo (Anexo 4, Modelo 1).

Temos assim, no primeiro modelo, predominância da atuação do fator identitário racial como variável correlacionada ao grau de aceitabilidade das cotas, fenômeno que se mostra inicialmente sem correlação com a dimensão econômica. Ao retirarmos a variável racial (“escala de branquitude”) do modelo (vide Modelo 2, Anexo 4) vemos que o IAC aparece isolado no fator 4, enquanto o IAPAA aparece, também isolado, no fator 7, o que demonstra que mesmo na ausência da variável racial, não há outra variável que apresente maior carga fatorial no modelo, o que nos leva a concluir que *é a identidade racial o fator determinante do grau de aceitação das cotas em suas diversas modalidades*. No entanto, é importante notar que o teste de AF apresentado demonstra apenas que o indivíduo autodeclarado branco tende a ser favorável a um número menor de modalidades de cotas em comparação com seus colegas autodeclarados pardos, e destes com relação aos pretos. Falta assim esclarecer quais os fatores, afinal, que influenciam a opinião sobre cada uma das modalidades de cotas, e a isso nos dedicaremos na próxima seção.

## 5.2 Regressão logística

Com o objetivo de aprofundar as análises em busca de maior detalhamento dos fatores que colaboram para a aceitação de cada modalidade de cota, passaremos a analisar os resultados de alguns modelos de Regressão Logística (RL), o que nos ajudará a identificar outras correlações que ajudarão a compreender a problemática até aqui apresentada.

Em termos objetivos, a técnica de regressão logística é utilizada para verificar quais os fatores correlacionados e seus respectivos pesos em relação a uma variável a ser explicada, chamada de variável determinante<sup>34</sup>. Quanto mais forem utilizadas variáveis explicativas de alto grau de associação com a variável determinante, maior a capacidade explicativa do modelo. Um detalhe importante a ser observado é que a variável determinante deve ser do tipo binária, ou seja, deve conter informação apenas sobre a presença ou ausência do atributo a ser verificado. Diferente do que acontece na Análise Fatorial,

---

<sup>34</sup> Como referência para a presente seção, temos como principal fonte o trabalho de Maroco (2006).



na RL as variáveis explicativas têm seus pesos calculados em relação somente à variável determinante. Além disso, a análise logística tem a vantagem de fornecer a estimativa probabilística entre as variáveis do modelo e a variável determinante. Um outro ponto importante a ser observado na tabela de saída do teste de RL é a coluna referente ao  $\text{Exp}(B)$  (exponencial de B), de onde é possível estimar a razão de chance de cada variável por meio da fórmula  $\{[\text{Exp}(B) - 1] \times 100\}$  (cf. MAROCO, 2006, p.722). Valores de  $\text{Exp}(B)$  menores que 1 indicam associação negativa, enquanto que valores maiores que 1 indicam associações positivas.

Para ilustrar as principais características do teste, apresentamos um modelo introdutório (com apenas 8 variáveis binárias explicativas) cujo objetivo é indicar quais os pesos de algumas variáveis socioeconômicas no perfil dos alunos *contrários às cotas*. A tabela 17 apresenta a saída de dados de um teste de regressão logística que tem como variável determinante (ou seja, a variável a ser explicada) o fato do aluno ter se posicionado contrário a qualquer modalidade de cota. As variáveis explicativas escolhidas, todas binárias, foram: pais com ensino superior, auto-identificação racial, ter um IAPAA (índice de aceitação das PAA) alto ( $>4$ ), ter estudado o segundo grau em escola particular e, finalmente, ter renda familiar mensal superior a 6 salários mínimos.

Tabela 17 – Quadro de saída da análise de Regressão Logística

Variável	B	S.E.	Sig.	Exp(B)
Mãe com ensino superior	,221	,270	,413	1,247
Pai com ensino superior	-,600	,282	,033	,549
Renda familiar superior a 6 mínimos	,768	,285	,007	2,155
Origem Ensino Médio particular	1,170	,290	,000	3,221
IAPAA alto ( $>4$ )	-,129	,254	,611	,879
Ser preto	-1,634	1,123	,146	,195
Ser branco	-,434	,417	,298	,648

Variável	B	S.E.	Sig.	Exp(B)
Ser pardo	-,540	,623	,386	,583
<i>Constant</i>	-1,570	,526	,003	,208

O quadro acima nos mostra que o fato de o aluno ter cursado o ensino médio em escola particular, aumenta em 220% (em relação aos alunos de outras trajetórias escolares) a chance dele se declarar contrário a qualquer tipo de cota<sup>35</sup>. Igualmente, ter renda familiar acima de 6 mínimos aumenta em 115% a chance desse aluno ser contrário às cotas.

A terceira variável que se mostra relevante é a Escolaridade do pai (sig. 0,033), no entanto é importante atentar para o sentido dessa influência. Quando o valor de B é negativo para alguma variável, significa que essa variável pesa negativamente em relação à variável determinante (no presente caso, ser contrário às cotas). Então, isso significa que o aluno que indicou ter um pai com ensino superior apresenta 45% a mais de chance de **não** se declarar contrário às cotas<sup>36</sup>, em relação aos alunos que indicaram outras faixas de escolaridade para o pai. Temos então que trajetória escolar e renda familiar são fatores que apresentam associação positiva com a variável determinante do modelo em questão – ser contrário às cotas –, enquanto ter pai com ensino superior diminui a chance desse aluno ser contrário às cotas.

Analisar as variáveis que não apresentam associação significativa em determinado modelo também pode ajudar a compreender melhor a dinâmica do fenômeno analisado. No modelo em questão, as variáveis de raça/cor não se mostraram relevantes. Isso significa que o fato de ser branco, preto ou pardo não apresenta correlação significativa com o posicionamento contrário às cotas neste modelo. Dessa forma, se podemos afirmar que ter um pai com ensino superior diminui a probabilidade do aluno ser contrário às cotas, podemos também afirmar que a raça/cor autodeclarada do aluno não está estatisticamente associada à rejeição das cotas.

Veremos mais adiante que a variável raça/cor se mostra, sim,

35

A razão de chance é obtida por meio da equação:  $(\text{Exp}(B)-1)*100$  (cf. MAROCO, 2006, p.691-2).

36

Note-se que, a exemplo das análises até aqui apresentadas, utilizamos apenas os fatores com significância (Sig.) menor que 0,050.

associada à **aceitação** de determinadas modalidades de cotas, mas a variável **raça/cor** continuará sem significação nos modelos onde buscamos compreender a **rejeição** das cotas. O mesmo raciocínio é válido quando comparamos os resultados do presente modelo com os resultados da análise fatorial abordados na seção anterior, que apontaram certa correlação inversa entre a *branquitude* do respondente e a aceitabilidade das cotas.

### **5.2.1 – Considerações sobre a inserção da variável *raça/cor* nos modelos de RL**

Durante a fase exploratória de construção e busca pelos melhores modelos estatísticos de RL, notamos a acentuada diferença nos resultados em decorrência da forma como a informação *raça/cor* é introduzida nos modelos. Ao se utilizar a informação de identidade racial em sua forma binária, a variável *ser\_preto* demonstrou absorver grande parte da significância do modelo, de forma a atenuar a significância estatística de variáveis mais sutis, principalmente aquelas referentes à formação da opinião do aluno sobre cotas. Isso se deve ao fato de 65% dos autodeclarados pretos terem acessado a universidade através da política de cotas, proporção de cotistas muito maior do que a encontrada para os outros dois grupos identitários (pardos e brancos). Logicamente, a probabilidade de um cotista ser contrário às cotas é muito baixa. Nenhum cotista negro posicionou-se contrário às cotas, e apenas quatro cotistas de escola pública manifestaram-se contrários, representando 0,8% da amostra.

Dessa maneira, observamos que incluindo a informação de identidade racial sob a forma de variável escalar (escala de *branquitude*), o vício inerente a esse indicador, dentro da presente pesquisa, é atenuado e possibilita que outros fatores desponham com significância estatística aceitável, ao contrário do que acontece quando a informação de *raça/cor* entra de forma binarizada. Para que essa observação possa ser melhor compreendida, apresentamos abaixo (Tabela 18), de forma resumida, o peso das variáveis quando a informação de *raça/cor* é incluída no modelo em sua forma binária.

Tabela 18 – Resultados de RL com raça-cor binarizada

Var. Determinante: **Favorável a cotas para negros**(R<sup>2</sup> de Nagelkerke = 0,329 Sig. =0,000)

<b>Variável independente</b>	<b>Significância</b>	<b>Exp(B) [razão de chance]</b>
Renda familiar	0,005	0,645 [-35%]
Ensino médio particular	0,006	0,315 [-68%]
Ser preto	0,009	8,555 [+755%]
Ser branco	0,044	0,365 [-63%]

Analisando os dados da tabela acima, temos que o fator mais significativo é a renda familiar. Para cada aumento da faixa de renda tem-se uma diminuição de 35% da chance do aluno se declarar favorável às cotas para negros. A trajetória escolar é o segundo fator mais relevante. Alunos provenientes do ensino médio particular apresentam 68% de chance de não concordarem com essa modalidade de cota. Autodeclarar-se preto eleva em 755% a chance de ser favorável às cotas para negros, e é aqui que a natureza binária da variável demonstra a assimetria da amostragem na dimensão racial, como poderemos comparar com os resultados do próximo modelo analisado. Antes disso, para concluir a análise do presente modelo, temos que o aluno autodeclarado branco tem 63% de chance de não ser favorável às cotas para negros, proporção bastante coerente quando lembramos que apenas 19,4% dos alunos consultados declararam-se favoráveis a essa modalidade de cota, sendo que entre os autodeclarados brancos essa proporção é de 13,5%.

É importante notar que os resultados obtidos através dos modelos de Regressão Logística (RL) se diferenciaram substancialmente daqueles mostrados pelos modelos de Análise Fatorial (AF), pois, em primeiro lugar, a AF exigiu a transformação das variáveis binárias originalmente coletadas em campo em variáveis ordinais. Outra característica que ajuda a compreender a diferença entre os resultados de AF e RL é a própria forma como as correlações são calculadas nos dois testes. Na AF, o peso fatorial de cada variável é calculado em relação a todas as demais variáveis do modelo. Na RL, contrariamente, o peso de cada variável é calculado em relação somente à *variável determinante*

do modelo.

Vejamos o comportamento do modelo tendo agora como variável determinante a aceitabilidade das cotas para alunos de escola pública, mantendo a informação raça/cor binarizada (Tabela 19).

Tabela 19 – Resultados de RL com raça-cor binarizada  
Var. Determinante: **Favorável a cotas para escola pública**

(R<sup>2</sup> de Nagelkerke = 0,210 Sig. =0,000)

Variável independente	Significância	Exp(B) [razão de chance]
Ensino médio particular	0,001	0,288 [-71%]
Ser preto	0,028	12,182 [+1.118%]
Escolaridade do pai	0,029	1,191 [+19%]
Convívio com cotista	0,067*	1,616 [+61%]
Ser pardo	0,074*	3,051 [+205%]
Idade	0,079*	0,957 [-0,4%]
Ser branco	0,107*	1,976 [+97%]

\* = significância maior que o máximo aceitável (0,050), mas listada para permitir comparações

Nesse modelo fica mais nítida a saturação da variável raça/cor binarizada, já que o aluno autodeclarado preto apresenta 1.118% de chance de declarar-se favorável às cotas para negros. Embora extrapolando o limite aceitável de significância estatística, pardos e brancos também apresentam associação positiva com a aceitação dessa modalidade de cota. Ser oriundo do ensino médio privado pode ser considerado um indicador socioeconômico indireto, com influência negativa para a aceitação dessa modalidade de cota, enquanto ter pai com ensino superior pode ser considerado um indicador indireto tanto de capital cultural quanto de renda familiar, fator que aponta associação positiva com a aceitação das cotas para escola pública. Para cada aumento na escala de escolaridade do pai, registra-se também um aumento de 19% na aceitação das cotas para escola pública.

Considerando-se o mesmo modelo, mas inserindo a

informação de raça/cor por meio de variável ordinal, o fator identitário racial perde consideravelmente sua significância, ainda que mantenha a tendência observada de maior aceitação entre os pretos (Tabela 20).

Tabela 20 – Resultados de RL com raça-cor ordinal  
Var. Determinante: **Favorável a cotas para escola pública**  
(R<sup>2</sup> de Nagelkerke = 0,221 Sig. =0,000)

Variável independente	Significância	Exp(B) [razão de chance]
Ensino médio particular	0,000	0,195 [-80%]
Idade	0,010	0,928 [-7%]
Escolaridade do pai	0,083*	1,159 [+16%]
Convívio com cotista	0,198*	1,424 [+42%]
Escala de branquitude	0,331*	0,611 [-39%]

\* = significância maior que o máximo aceitável (0,050), mas listada para permitir comparações

### 5.2.2 - Raça/cor e renda na aceitabilidade das cotas para negros

Analisaremos agora os resultados de uma série de modelos de Regressão Logística, dessa vez medindo o efeito de 22 variáveis explicativas (também chamadas de variáveis independentes) em relação a aceitação de cada uma das modalidades de cota.

O primeiro modelo (Anexo 3, Modelo 1) tem como variável determinante a favorabilidade das cotas para negros. Dentre as variáveis independentes, temos a renda familiar, intensidade de convivência com cotistas (questões 15 e 17 do questionário), as formas de construção da opinião (questão 22), escolaridade dos pais, escala de concorrência no vestibular, idade, ano de ingresso, origem do ensino médio (se público ou particular) e a variável binária *ser\_preto*. Esta última foi inserida para ter seus resultados comparados com aqueles indicados para a variável *escala de branquitude*.

Dentre as variáveis selecionadas, o modelo aponta significância para apenas três fatores, sendo o primeiro deles a

Branquitude (sig.=0,004), indicando que a chance do aluno ser favorável às cotas para negros diminui 72% para cada avanço na escala de branquitude (preto/pardo/branco). Em segundo lugar tem-se a origem do ensino médio particular (sig.=0,005), fator que aumenta em 71% a chance do aluno não se declarar favorável a essa modalidade de cota. Em terceiro lugar vem a variável Renda Familiar (sig.=0,021), onde tem-se a diminuição em 32% da chance de resposta contrária às cotas para negros para cada avanço na escala de renda aferida (de cinco níveis). Tem-se assim dois indicadores socioeconômicos associados negativamente à aceitabilidade de cotas para negros ao lado do fator *branquitude*, também negativo.

É interessante notar que a variável binária *ser\_preto* não apresenta significância estatística no presente modelo, apesar da outra variável racial (ordinal) indicar forte significância. Uma outra correlação interessante, embora ligeiramente acima do limiar de significância, é apontada para a variável *redes ativistas* (sig.=0,076), cuja influência é positiva em relação à variável determinante, o que significa dizer que os alunos que indicaram tal fator como influente para a formação de sua opinião sobre cotas, apresentam chance 150% maior de serem favoráveis às cotas para negros, em relação a seus pares que não indicaram tal fator. Veremos mais adiante que a variável *redes ativistas* apresenta participação bem maior na explicação das cotas para indígenas.

### 5.2.3 – Posicionamento contrário às cotas

Dentre os fatores que levam o aluno a se declarar contrário a qualquer tipo de cota, tem-se a origem do ensino médio particular como fator de maior peso. Tanto no modelo com variável racial ordinal (Tabela 21) quanto binarizada (Tabela 22), a origem escolar do sistema privado de educação aumenta em cerca de três vezes a chance do aluno declarar-se contrário às cotas em geral. O segundo fator mais relevante é a idade do aluno. Para cada ano a mais, a chance de posicionamento contrário aumenta em algo próximo a 10%.

Tabela 21 – Resultados de RL com raça-cor ordinal

Var. Determinante: **Contrário às cotas**(R<sup>2</sup> de Nagelkerke = 0,240 Sig. =0,000)

<b>Variável independente</b>	<b>Significância</b>	<b>Exp(B) [razão de chance]</b>
Ensino médio particular	0,001	4,792 [+379%]
Idade	0,001	1,102 [+10%]
Escolaridade do pai	0,087*	0,848 [-15%]

\* = significância maior que o máximo aceitável (0,050), mas listada para permitir comparações

Tabela 22 – Resultados de RL com raça-cor binarizada

Var. Determinante: **Contrário às cotas**(R<sup>2</sup> de Nagelkerke = 0,226 Sig. =0,000)

<b>Variável independente</b>	<b>Significância</b>	<b>Exp(B) [razão de chance]</b>
Ensino médio particular	0,002	3,669 [+267%]
Idade	0,017	1,066 [+6%]
Convívio familiar	0,019	1,838 [+84%]
Escolaridade do pai	0,064*	0,846 [-15%]
Jornais e revistas	0,082*	1,581 [+58%]

\* = significância maior que o máximo aceitável (0,050), mas listada para permitir comparações

O modelo com raça/cor binarizada aponta relevância para o fato do aluno indicar o convívio familiar como uma de suas principais fontes de formação da opinião sobre cotas. Esses alunos apresentam 84% de chance de serem contrários às cotas em relação a seus pares que não assinalaram essa opção. A escolaridade do pai é fator que influencia negativamente a tendência à rejeição das cotas, embora sua significância estatística mostre-se ligeiramente acima do patamar máximo adotado



nos dois modelos ora analisados. Importante salientar que o fator racial não apresenta significância em nenhum desses modelos.

Outro fator positivo que desponta no modelo binário é a formação da opinião através da leitura de jornais e revistas, embora também apresente significância um pouco maior que o aceitável.

#### 5.2.4 – Posicionamento favorável às cotas para índios

Renda familiar e identidade racial são fatores diretamente relacionados à aceitação de cotas para índios. O aluno que se declara branco apresenta 67% de chance de não concordar com as cotas para índios, ao passo que para cada avanço nas faixas de renda familiar aferidas, a chance do aluno concordar com essa modalidade de cota diminui em 34%.

O aluno que indicou as redes ativistas como um dos principais fatores que colaboraram para a formação de sua opinião sobre cotas apresenta chance 158% maior de declarar-se favorável às cotas para índios (vide Tabela 23), dessa vez com bom índice de significância estatística, como havíamos destacado acima, no caso das cotas para negros.

Tabela 23 – Resultados de RL com raça-cor binarizada

Var. Determinante: **Favorável às cotas para índios**

(R<sup>2</sup> de Nagelkerke = 0,248 Sig. =0,000)

Variável independente	Significância	Exp(B) [razão de chance]
Renda Familiar	0,005	0,664 [-34%]
Ser branco	0,015	0,326 [-67%]
Redes ativistas	0,041	2,585 [+158%]
Ser preto	0,052*	4,334 [+333%]

\* = significância maior que o máximo aceitável (0,050), mas listada para permitir comparações

### 5.2.5 – Posicionamento favorável às cotas para deficientes físicos

Embora as cotas para deficientes físicos não sejam adotadas pela UFSC, verificou-se que tal modalidade goza de taxa de aceitação (24,4%) maior do que as cotas para negros (19,4%) e índios (21,7%). O aluno autodeclarado preto apresenta chance cinco vezes maior de aceitar as cotas para deficientes (Tabela 24). A renda familiar segue a tendência até aqui observada: quanto maior a renda, maior a probabilidade de rejeição dessa modalidade de cota.

Tabela 24 – Resultados de RL com raça-cor binarizada  
Var. Determinante: **Favorável às cotas para deficientes físicos**

(R<sup>2</sup> de Nagelkerke = 0,210 Sig. = 0,000)

Variável independente	Significância	Exp(B) [razão de chance]
Ser preto	0,015	6,472 [+547%]
Renda Familiar	0,031	0,748 [-25%]
Escala da concorrência	0,077*	0,950 [-5%]

\* = significância maior que o máximo aceitável (0,050), mas listada para permitir comparações

### 5.2.6 – Aceitação máxima das cotas étnicas

Visando identificar a aceitação das cotas étnicas (para negros e indígenas), observa-se que os fatores raça/cor, renda e trajetória escolar apresentam grande significância estatística (cf. Tabela 25). Além disso, no presente modelo o fator “redes ativistas” demonstra ter significativa relevância para a aceitação das cotas étnicas, como pudemos observar nos modelos que as modalidades de cotas étnicas foram analisadas separadamente.

Tabela 25 – Resultados de RL com raça-cor binarizada  
Var. Determinante: **Aceitação máxima das cotas étnicas**

(R<sup>2</sup> de Nagelkerke = 0,319 Sig. =0,000)

<b>Variável independente</b>	<b>Significância</b>	<b>Exp(B) [razão de chance]</b>
Renda Familiar	0,009	0,648 [-35%]
Ser preto	0,012	7,449 [+645%]
Ensino médio particular	0,037	0,399 [-60%]
Redes ativistas	0,039	2,784 [+178%]
Ser branco	0,083*	0,404 [-60%]

\* = significância maior que o máximo aceitável (0,050), mas listada para permitir comparações

### 5.2.7 – Mudança de opinião

Dentre os modelos de RL formulados para se tentar identificar os motivos que mais colaboram para a mudança da opinião dos alunos sobre as cotas, apenas um apresentou significância estatística, felizmente aquele relativo à aceitação de cotas para negros (vide Anexo 3, Modelo 7). Ao todo, 137 alunos (28% da amostra) admitiram terem mudado de opinião sobre as cotas, sendo que 37 desses alunos passaram a concordar com as cotas para negros.

Surpreendentemente, o aluno que admite ter mudado de opinião a partir de debates travados em redes sociais virtuais apresenta 290% de chance de concordar, atualmente, com as cotas para negros. Já a convivência com alunos cotistas é fator que colabora negativamente no modelo, aumentando em 70% a chance desse aluno ter feito a transição das opiniões no sentido contrário, ou seja, concordava com as cotas para negros e passou a discordar depois da convivência em sala de aula.

### 5.3 Categorização dos discursos presentes nas questões abertas

Para compreender quais são os argumentos mais utilizados pelos alunos para justificar suas opiniões sobre cotas, as respostas

apresentadas para a questão aberta de número 26 do questionário foram classificadas por meio de palavras-chave de acordo com seus argumentos centrais. Como referência para o procedimento de classificação, utilizamos as categorias apresentadas nos trabalhos de Goss (2008) e Feres Junior (2010). No entanto, a gama de argumentos apresentados por esses autores não foram suficientes para enquadrar todas as opiniões coletadas em campo, o que exigiu a criação de novos grupos de classificação, como veremos adiante.

Analisando os discursos produzidos pela academia acerca principalmente das cotas para negros no vestibular das universidades federais, Karine Goss (2008) concluiu que há polarização dos intelectuais em duas posições antagônicas sobre o tema. De um lado, aqueles que acreditam que tais políticas são nocivas ao processo de formação da nação brasileira, pois poderiam introduzir um fator de racialização em uma sociedade onde essa questão estaria superada, graças ao processo de miscigenação que aqui se opera por séculos. Baseada em uma classificação proposta por Hirschman, a autora classifica essa corrente de *conservadora*, já que os intelectuais que a produzem não postulam a necessidade de adoção de políticas especiais para a inclusão baseadas no critério étnico-racial. Do lado oposto a esta retórica encontram-se os intelectuais que reforçam a necessidade de tais políticas, mesmo que haja a possibilidade de se registrar alguns *efeitos colaterais*, por assim dizer. Para esses pensadores, é melhor enfrentar agora o problema da correção das desigualdades e assumir o risco que disso pode derivar do que continuar adiando tais ações pelo simples medo de enfrentar possíveis problemas que o reforço identitário da população negra possa ocasionar. Para Goss, essa corrente pode ser definida como *progressista*, já que aposta na necessidade imediata da adoção de medidas concretas que visem a diminuição das desigualdades entre brancos e negros no país.

De acordo com a autora, são três as principais retóricas observadas em cada uma dessas duas correntes, conforme mostra o quadro abaixo (Tabela 26).

Tabela 26 – Tipo de teses pró e contra cotas, segundo Goss (2008)

<b>Teses conservadoras</b>	<b>Argumento</b>	<b>Teses progressistas de contrapartida</b>	<b>Argumento</b>
Tese da futilidade	A adoção de cotas étnico-raciais não toca na estrutura social da reprodução das desigualdades sociais. Cota racial é medida cosmética.	Tese do progresso com caráter de lei	É melhor eventualmente pagar o preço por uma ação positiva do que optar pela inação e deixar tudo como está.
Tese da perversidade	Políticas racialistas podem apresentar resultados nocivos à estrutura social do país. Cotas raciais vão incitar mais racismo na sociedade.	Tese da Invocação de “crise desesperadora”	A exclusão do negro na sociedade brasileira é tão grande que qualquer medida para correção dessa desigualdade é positiva.
Tese da ameaça	Cotas raciais seriam “o ovo da serpente”, de onde se pode esperar somente efeitos negativos.	Tese da sinergia ou do Apoio Mútuo	Deve-se confiar na capacidade da sociedade de compreender a necessidade e a legitimidade de políticas exclusivas para o contingente negro da população.

*Fonte: Adaptação das teses apresentadas por Goss (2008, p 102-147)*

Acreditamos que a classificação proposta por Goss constitui sólido aporte teórico para se analisar os discursos registrados em nosso trabalho de campo. Paralelamente a isso, encontramos no artigo de Feres Junior (2010), sugestivamente intitulado “*Aprendendo com o debate público sobre ação afirmativa, ou como argumentos ruins podem tornar-se bons tópicos de pesquisa*”, uma lista com os mais recorrentes argumentos contrários às cotas contidos em uma das principais publicações da corrente conservadora, o livro *Divisões Perigosas*, organizado por Peter Fry *et al.* Dentre os vinte e um argumentos contrários às cotas étnico-raciais listados por Feres Júnior (FERES JUNIOR, 2010, p.161-2), elencamos abaixo os nove argumentos que aparecem com maior recorrência em nosso trabalho de campo.

Tabela 27 – Categorização dos argumentos contrários às cotas

<b>Argumento</b>	<b>Proporção de ocorrência (cf. Feres Júnior, 2010)</b>
Violação da igualdade legal; do universalismo legal / discriminação invertida	44%
Privilegio da classe média negra	24%
Estigmatização e vitimização dos negros	20%
Interesses eleitorais e políticos de seus patronos: políticos e líderes de movimentos sociais	20%
É ineficiente no combate à desigualdade	18%
A ênfase nos pretos aumenta a marginalização dos pardos e outros grupos organizados / genocídio estatístico desses grupos	14%
É prejudicial para o mérito	10%
Política neoliberal / um instrumento capitalista para manter o <i>status quo</i> e dividir as classes mais baixas	6%
Diminuição da qualidade da educação	4%

*Fonte: adaptação da tabela de Feres Junior (2010, p. 161-2)*

Dessa forma, foi criada uma variável para armazenar a codificação até aqui proposta (variável 79 do banco) a partir da interpretação das respostas apresentadas para a questão 26 do questionário, o que possibilitou a construção de uma tabela com as proporções do aparecimento de cada um dos argumentos e suas combinações (Tabela 28). Foi possível categorizar 76,9% das respostas fornecidas, totalizando 373 casos, dentro de 17 categorias.

Tabela 28 – Categorização dos argumentos presentes na questão 26

	<b>Argumento</b>	<b>Frequência</b>	<b>% Cumulativo</b>
1	Desigualdade no ensino justifica as cotas	63 (16,9%)	16,9
2	Necessária para reparar desigualdade social	56 (15%)	31,9
3	Estigmatização/Vitimização dos negros e/ou indígenas (Feres Jr., 2010)	50 (13,4%)	45,3
4	Violação da igualdade formal (Feres Jr., 2010)	42 (11,3%)	56,6
5	Cota mascara problema maior	41 (11%)	67,6
6	Problema é no EP médio/básico	26 (7%)	74,5
7	Ineficiente no combate à desigualdade (Feres Jr., 2010) / Tese da futilidade (Goss, 2008)	19 (5,1%)	79,6
8	Necessária para reparar discriminação racial histórica	18 (4,8%)	84,5
9	Prejudicial para o mérito (Feres Jr., 2010)	13 (3,5%)	87,9

	<b>Argumento</b>	<b>Frequência</b>	<b>% Cumulativo</b>
10	Diminuição da qualidade de educação (Feres Jr., 2010)	13 (3,5%)	91,4
11	Tese do progresso com caráter de lei (Goss, 2008)	9 (2,4%)	93,8
12	Privilegio da classe média negra (Feres Jr., 2010)	7 (1,9%)	95,7
13	Tese da sinergia / apoio mútuo (Goss, 2008)	5 (1,3%)	97,1
14	Vestibular não mede capacidade	5 (1,3%)	98,4
15	Interesses eleitorais/políticos de seus patronos (Feres Jr., 2010)	4 (1,1%)	99,5
16	Ênfase nos pretos aumenta marginalidade de outros grupos (Feres Jr., 2010)	1 (0,3%)	99,7
17	Prejudicial para o mérito / Diminuição qualidade da educação (Feres Jr., 2010)	1 (0,3%)	100,0
Subtotal de respostas categorizadas		373 (76,9%)	
Sem possibilidade de categorizar		64	
<i>Missing System</i>		48	
Total		485	

*Fonte: categorização a partir dos dados coletados em campo*

As duas categorias mais recorrentes estão relacionadas à opinião favorável às cotas, ambas não citadas literalmente nos dois estudos tomados como referência, mas que podem ser consideradas como retóricas próprias da tese da sinergia/apoio mútuo (cf. GOSS,



2008), já que a necessidade de reparação das desigualdades é a tônica dessas duas categorias. Isso revela que a aceitação das cotas por parte dos alunos pesquisados é justificada pelas diferenças socioeconômicas e estruturais da sociedade brasileira. Entretanto, o próximo argumento favorável às cotas encontra-se apenas no oitavo lugar na lista, referindo-se diretamente à necessidade de reparação de desigualdades raciais históricas. Assim, justiça social e reparação das desigualdades raciais são basicamente os eixos mais recorrentes em torno dos quais os alunos favoráveis às cotas justificam sua opinião.

Prosseguindo a análise da tabela, vemos que o terceiro argumento mais recorrente, desta vez de refutação das cotas, é o da estigmatização/vitimização dos negros e indígenas cotistas, justamente o argumento que aparece em terceiro lugar na lista elaborada por Feres Junior (2010). Em quarto lugar também aparece outro argumento listado por Feres Junior, também de refutação, o da violação da igualdade formal. Em seguida aparecem outros dois argumentos contrários, ambos apontando as cotas como ações reparatórias aplicadas *no lugar* errado, como forma de mascarar um problema maior. Em sétimo lugar encontramos o argumento da ineficiência, ou tese da futilidade (cf. GOSS, 2008). O prejuízo do mérito e a perda de qualidade na educação aparecem em nono e décimo lugar, respectivamente.

Os dez primeiros argumentos totalizam 91,4% das opiniões categorizadas, o que corresponde a 341 casos (70% do total da amostra) e revelam que uma parte considerável dos argumentos que tanto Goss (2008) quanto Feres Junior (2010) identificaram no discurso dos intelectuais também são encontrados entre as opiniões dos universitários (164 casos, cerca de 34% do total da amostra).

Vimos que um dos modelos de regressão logística apontou significância para a influência da formação da opinião no ambiente familiar para a rejeição das cotas de forma geral (vide item 5.2.2). Um outro fator que colabora para a a rejeição, como sugere o mesmo modelo, é a formação da opinião através da leitura de jornais e revistas, embora o patamar seguro de significância estatística tenha sido ligeiramente ultrapassado. As análises até aqui apresentadas sugerem que a opinião conservadora deriva, com maior intensidade, da formação familiar e, com certa reserva, à leitura de jornais e revistas.

Como vimos no primeiro capítulo, Ana Santos (2008) identificou que, entre 1995 e 2002, 75% das abordagens jornalísticas

sobre cotas publicadas nos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo tinham conotação negativa sobre as cotas. Não parece ser especulação afirmar que a difusão do discurso conservador – para utilizar a categorização de Goss (2008) – pela mídia impressa possa ter sido um poderoso fator responsável por abastecer o ideário da população ora pesquisada com os argumentos contrários às cotas. A similaridade desses argumentos, principalmente aqueles apontados por Feres Junior (2010), aliado ao peso verificado para a mídia impressa enquanto fator que ajuda a explicar a rejeição às cotas, sugere que essa mídia pode ter sido o principal veículo responsável pela difusão das opiniões dos críticos no ideário dos graduandos pesquisados.

## Capítulo VI

### Conclusões

Se nos primeiros momentos da pesquisa chegamos a acreditar que os métodos estatísticos escolhidos para proceder o processamento dos dados somente facilitariam as análises, logo notamos que a construção e interpretação dos modelos estatísticos apresentaram grandes desafios, principalmente em relação ao comportamento da variável raça/cor, tanto na forma de variáveis binarizadas quanto na opção de variável do tipo ordinal, solução um tanto heterodoxa que precisamos adotar e que resultou na criação da variável escala de branqueamento, o que permitiu a inclusão do fator *identidade racial* nos modelos de análise fatorial. No entanto, não encontramos estudos onde essa questão tivesse sido trabalhada, e portanto não pudemos contar com material de referência para a solução que adotamos nos modelos de Análise Fatorial.

A interpretação dos resultados gerados pelos diferentes modelos também exigiu grande esforço ainda na fase exploratória da pesquisa, forçando-nos a revisar e alterar os modelos várias vezes. Dentre as três técnicas de análise testadas, optamos por utilizar apenas duas, a análise fatorial e a regressão logística, já que algumas características das variáveis coletadas não satisfaziam plenamente os pré-requisitos de outra técnica muito utilizada nas Ciências Sociais, a regressão linear.

Também pudemos observar, como procuramos demonstrar com o máximo de detalhes no Capítulo 5, que os resultados obtidos através das duas técnicas apresentam algumas diferenças substanciais, embora bastante sutis, que exigiram considerável esforço interpretativo.

Vimos nos primeiros capítulos a complexidade que permeia o processo de inclusão do negro na sociedade de classes brasileira. Apesar dos avanços jurídicos e sociais registrados principalmente no final do século XX em relação à promoção da igualdade racial no país, as soluções de inclusão por via de ações afirmativas enfrentam, nos dias de hoje, grande resistência por parte da população branca, ainda dominante e super representada em praticamente todas as esferas e instituições

nacionais. Como decorrência natural desse processo de dominação hegemônica, a população branca detém a maior fatia das riquezas, o que dificulta a interpretação de pesquisas estatísticas como a que aqui apresentamos, pois as curvas de renda e branquitude estão intrinsecamente associadas.

Se por um lado há quem defenda que bastariam políticas centradas em aspectos econômicos para que o negro seja automaticamente beneficiado, já que a população negra representa a maioria pobre formadora do país, por outro lado temos no estudo de Tragtenberg *et al.* (2006) a comprovação estatística de que a adoção de cotas exclusivamente para alunos de escola pública, reduto educacional destinado aos mais pobres, não seria eficiente para promover a inclusão do negro na proporção necessária para vencer a barreira da sub-representação dos negros nas salas de aula das universidades públicas federais, pelo menos no caso de Santa Catarina.

Em nossa pesquisa percebemos que uma das principais justificativas apresentadas pelos alunos contrários às cotas baseadas em critérios étnicos seria o temor de que elas aumentariam a estigmatização de negros e indígenas, pois estariam subestimando a capacidade intelectual desse segmento da população. Esse questionamento parece deixar mais nítido a dificuldade de real compreensão do que é, de fato, racismo, ao mesmo tempo em que pode também ser interpretado como justificativa um tanto cínica para a manutenção do *status quo*. Aparece também o argumento da violação da regra da meritocracia, pilar sobre o qual o capitalismo – enquanto forma de relação social – se sustenta, onde a disputa individual é a forma legítima de conquista, desde que a liberdade e integridade física e moral de outros indivíduos sejam preservadas. Tal concepção de licitude, no entanto, não considera que as condições individuais *de partida* em tais disputas fazem toda a diferença e são determinantes para o sucesso na conquista de uma vaga no ensino superior público, especialmente em um país onde a oferta dessas vagas ainda é rudimentar, quando se considera a totalidade de seu contingente populacional. As 230 mil vagas oferecidas anualmente pelas universidades federais brasileiras (dados de 2011)<sup>37</sup> representam algo em torno de 0,1% do número de habitantes do país, que tem 16% de sua

---

<sup>37</sup> Fonte: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/06/08/expansao-de-universidades-federais-duplica-numero-de-vagas-em-sete-anos>, consulta em dezembro de 2012.

população formada por jovens com idade suficiente para ingressar no ensino universitário (entre 17 e 25 anos)<sup>38</sup>, o que dá uma ideia do tamanho do desafio que o país terá de enfrentar se quiser prosperar em um mundo onde a produção do conhecimento é a chave para o desenvolvimento de qualquer nação.

Em contrapartida, parece estar ocorrendo uma mudança no senso de legitimidade sobre ações afirmativas, pois, como vimos, o fator geracional está associado à rejeição das cotas em seu caráter geral. Os universitários mais jovens demonstraram ligeira tendência para uma maior sensibilização sobre a necessidade de adoção de políticas concretas de inclusão, especialmente da população negra. O engajamento em movimentos sociais, embora tenhamos feito tal aferição de maneira bem genérica, pois não suspeitávamos de que esse indicador demonstraria a relevância estatística que encontramos, também se mostra como fator fundamental para explicar a postura favorável diante de políticas de inclusão de recorte étnico-racial, constatação empírica revelada no decorrer desse estudo mas que, de certa forma, já encontra sólido respaldo teórico em estudos apresentados pela Sociologia compreensiva, principalmente nos estudos desenvolvidos pelos teóricos dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Para se ter uma ideia do papel que o engajamento político representa na luta pró-cotas e antirracismo dentro da universidade, já em 2012, quatro anos após a entrada dos primeiros negros cotistas na UFSC, muitos desses alunos cotistas demonstram elevado grau de engajamento político ao instituírem o primeiro núcleo de militância de alunos negros da universidade, o coletivo Kurima, que por meio de intervenções, seminários e manifestações artísticas demonstram claramente ao que veio: combater o racismo, o segregacionismo e o elitismo operado dentro da universidade.

Tão importante quanto a garantia da reserva de vagas é a conscientização da população beneficiada de que ela é, sim, legítima portadora do direito de contar com critérios diferenciados de ingresso, e que isso não constitui demérito em relação à sua capacidade intelectual, mas antes disso, é uma forma de nivelar as condições de disputa e tornar o processo seletivo mais justo, fazendo com que a universidade cumpra sua função social e atenda aos diversos seguimentos da população, tornando-se realmente uma instituição democrática. Essa

---

<sup>38</sup> Cf. Censo IBGE 2010, acessível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1378&z=cd&o=7&i=P>

conscientização é fundamental para que negros e indígenas reivindicuem sua proporcional parcela de representação em outras instituições e esferas sociais, como nos parlamentos e nas empresas e órgãos estatais, já que pela primeira vez o Estado dá sinais de vontade política para a criação de mecanismos que garantam essa representação.

Paralelamente, a universidade também deve repensar seu papel social de forma a garantir a formação de massa crítica não só apta a mergulhar no mercado e vencer a corrida pela emancipação pessoal, emancipação essa aferida principalmente em sua dimensão financeira, numa sociedade acostumada a classificar as pessoas de acordo com seus títulos e fortunas. É preciso que os novos engenheiros, os novos médicos, os novos economistas, sejam despertados para a realidade social que os cercam e parem de considerar normal o fato de que os negros, principalmente, formem maioria apenas entre o contingente de faxineiros, serventes de obra e outras profissões tão necessárias quanto desvalorizadas pelo mercado. A formação universitária deve contemplar uma gama de conhecimentos gerais de ordem social, independente da área de formação específica que o aluno escolheu. Não basta formar especialistas em cálculos e tecnologias complexas que não enxerguem as necessidades sociais de maneira mais ampla, incapazes de compreender as formas básicas de interação entre os seres que os cercam, feitos todos do mesmo pó e recheados todos das mesmas emoções e sentimentos, cada qual com sua singularidade, sua vocação, seus talentos e limitações. Caso a universidade não assuma essa responsabilidade, continuará sendo simplesmente uma instituição voltada a atender as necessidades mercadológicas, operando meramente como centro de treinamento técnico e nivelamento ideológico<sup>39</sup>.

Uma das gratas surpresas que a presente pesquisa revelou foi em relação à sensibilização, por parte dos alunos, da necessidade de implementação de políticas de ação afirmativa para democratizar o acesso à universidade, pois, como vimos, dois dos argumentos mais frequentemente aludidos, e que acumulam 31,9% das respostas válidas, apontam para as cotas como forma de minimizar os efeitos do desequilíbrio educacional observado entre os sistemas de ensino médio

---

<sup>39</sup> A questão da adequação dos programas de ensino dos diferentes cursos oferecidos pela UFSC e a necessária inclusão da temática da igualdade e dos problemas sociais brasileiros é objeto de pesquisa da pedagoga e militante negra Dra. Joana Passos, em seu pós-doutoramento pelo PPGSP-UFSC, em vias de conclusão.

público e particular. Para uma parcela significativa dos respondentes, as cotas são uma forma válida de reparação das desigualdades sociais, embora as cotas de recorte étnico-racial não gozem de tanta aceitação quanto as de recorte socioeconômico, tendência já amplamente observada e debatida pelos pesquisadores do tema.

Pudemos constatar que as opiniões contrárias apresentadas pelos alunos, em sua maioria, estão em consonância com as opiniões da corrente intelectual também contrária às cotas, fato que pode-se creditar, em parte, à superexposição dos discursos contrários veiculados pela mídia impressa (jornais e revistas), como um de nossos modelos estatísticos apontou.

Também é importante registrar a feliz surpresa de vermos as redes sociais virtuais exercerem papel positivo e progressista em relação à aceitação das cotas para negros. Longe de ser uma arena de debates fúteis e inócuos, como o senso comum frequentemente parece acreditar, o efeito dos debates travados via redes sociais virtuais se mostra essencialmente positivo, talvez ajudando a explicar o efeito do fator geracional que também identificamos como um importante explicador da aceitabilidade das cotas como um todo, já que são os alunos mais velhos que tendem a rejeitar as cotas, e estes também os menos familiarizados com o ambiente de diálogo proporcionado pelas redes virtuais digitais.

No mesmo sentido, o fato de termos identificado a relevância do efeito exercido pelas redes ativistas em relação à aceitabilidade das cotas de recorte étnico-racial não deixa de ser, por mais rudimentar que tenha sido a forma de aferição ora utilizada, uma significativa verificação empírica, estatisticamente verificável, da importância exercida por tais organismos da sociedade civil na tarefa de contínua atualização do ideário democrático nacional, responsável pela sensibilização dos indivíduos sobre a necessidade de modernização dos mecanismos de acesso aos bens públicos, levando-se em conta as desigualdades históricas das variadas matrizes étnicas formadoras do país.

Em suas dimensões metodológica e epistemológica, o presente estudo mostra uma possibilidade de aplicação das modernas técnicas de análise de problemáticas sociais a partir da utilização de bancos de dados e inferências estatísticas, já que as técnicas indutivas de análise de que lançamos mão são cada vez mais utilizadas por correntes

da teoria política que, a partir de dados coletados via *survey*, procuram identificar elementos qualitativos diretamente relacionados a problemas sociológicos, como p. ex. comportamento eleitoral, participação e engajamento político, etc.

Dentre os aspectos positivos que pudemos constatar durante a pesquisa, é importante ressaltar a total ausência de ataques racistas nos quase 500 questionários aplicados. As *pichações* foram pouquíssimas e se limitaram a questionar detalhes estruturais de uma ou outra questão. Os estudantes e professores que colaboraram com este trabalho se mostraram atenciosos e solícitos em todos os contatos com o pesquisador e bolsistas envolvidos na aplicação do questionário, demonstrando, com muita frequência, sensibilidade e interesse pela temática da pesquisa.

Ao acompanhar a trajetória do debate nacional sobre ações afirmativas, nota-se uma mudança na forma de abordagem do assunto. Se há dez anos a tônica do discurso tanto da academia quanto da mídia girava em torno do perigo de se iniciar uma batalha racial no país, no presente momento as atenções parecem se dirigir à avaliação da eficiência de tais políticas. Em fevereiro de 2013, quando o presente trabalho já estava em fase final de revisão, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou os resultados de uma pesquisa do Ibope sobre a opinião dos brasileiros sobre as cotas no vestibular<sup>40</sup>. Com representatividade nacional, a pesquisa revelou que 62% dos brasileiros concordam tanto com as cotas sociais quanto com as cotas para negros, enquanto que 16% não concordam com nenhum tipo de cota. Esse resultado é interessante quando comparamos com o resultado que encontramos em nossa pesquisa, realizada apenas entre a população diretamente afetada por tais políticas, pois vemos que entre os universitários a proporção de aceitação é significativamente menor. Enquanto o Ibope mostra que 64% dos brasileiros concordam com as cotas para negros, apenas 19,4% dos universitários da UFSC demonstram opinião semelhante. Essa diferença pode ser explicada quando analisamos os resultados do censo 2010 do IBGE, que aponta que apenas 11,27% dos brasileiros com idade acima dos 25 anos concluíram curso superior (na região Sul 12,11% em em

---

<sup>40</sup> Fonte: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pesquisa-mostra-que-62-apoiam-cotas-em-faculdades,998010,0.htm> Publicado em 17/02/2013



Santa Catarina 12,53%)<sup>41</sup>. Diante desses números, parece natural que entre os extratos sociais, em suas dimensões cultural e educacional, apresentem variações em suas opiniões sobre temas com a complexidade das PAA.

Por fim, acreditamos que as análises aqui presentes podem ser úteis para esboçar parte do panorama da inclusão social no meio universitário, no momento em que a experiência concreta das PAA de recorte étnico-racial começa a se materializar na educação pública superior do país. Acreditamos que os resultados apresentados no presente estudo, principalmente no que tange às correlações identificadas em relação ao conjunto de variáveis analisado, podem enriquecer o debate acadêmico sobre a temática das políticas de ação afirmativa, uma vez que conseguimos constatar empiricamente o que algumas correntes teóricas já defendem há certo tempo, cada uma com seus métodos, ao mesmo tempo em que apareceram certos questionamentos diante das teses propostas pela corrente teórica mais crítica às ações afirmativas.

A palavra *Theoria*, em Grego, significa contemplação, observação. A Sociologia, enquanto disciplina, nasceu no exato momento em que alguns filósofos perceberam que as raízes metafísicas dos apriorismos clássicos da Filosofia – em sua incansável busca pela Verdade – não eram suficientes para compreender a humanidade na era das máquinas e suas indústrias. Era preciso compreender a *mecânica* da sociedade e a forma como se relacionam os elementos formadores da grande máquina social.

No presente trabalho procuramos relacionar os resultados de nossa observação com os resultados de observações de outros autores, suas teses e *theorias*, tentando verificar o quanto essas teses e teorias se sustentam diante dos fatos. No entanto, consideramos prudente finalizar nossas reflexões com uma antiga máxima latina, cunhada no séc. II pelo gramático Aulus Gellius: “A verdade é filha do tempo”. E como nossa observação nos permite ver as cotas com otimismo, arriscamos acrescentar que, “com o tempo, o prado seco reverdece” (Camões).

---

<sup>41</sup> Fonte: sistema Sidra IBGE, no link <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3547&z=cd&o=17&i=P>

## Referências bibliográficas

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 8ª ed, Lisboa: Publicações Don Quixote, 2007.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

BOING, Alexandra Crispim. **Relatório de atividades**. (versão mimeo) Florianópolis: INCTi/SC, 2011.

BUENO, Alexandre Marcelo. **Intolerância linguística e imigração** (dissertação de mestrado). São Paulo: USP, 2006.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil**: a questão das cotas no ensino superior. Attar Editorial: São Paulo, 2005.

CARVALHO, José Jorge de. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista PADÊ**: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos. Vol.2,N.1. UniCEUB, FACJS: Brasília-DF, 2007.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. da USP, 2003.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**: no limiar de uma nova era. vol 2. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. A concretização da revolução burguesa. *in* Florestan Fernandes. **Sociologia**, p. 266-281. São Paulo: Editora Ática, 1986.

FERES JÚNIOR, João. Aprendendo com o debate público sobre ação afirmativa, ou como argumentos ruins podem tornar-se bons tópicos de pesquisa. *In* PAIVA, Angela Randolpho (Org). **Entre dados e fatos**: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras, pp.157-181. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Pallas Ed., 2010.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito and SILVA JUNIOR, José Alexandre da. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opin. Publica** [online]. 2010, vol.16, n.1 [cited 2012-08-27], pp. 160-

185. ISSN 0104-6276. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762010000100007>.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 48ª ed., São Paulo: Global Editora, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, Terceiro setor e MST**: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GOENDER, Jacob. **Brasil em preto & branco**: o passado escravista que não passou. Editora SENAC. São Paulo, 2000.

GOSS, Karine Pereira. **Retóricas em disputa**: o debate entre intelectuais em relação às políticas de ação afirmativa para estudantes negros no Brasil. Tese de doutoramento em Sociologia Política do PPGSP-UFSC: Florianópolis, SC, 2008.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP. EDUSC, 2004.

MACHADO, Elielma Ayres; SILVA, Fernando Pinheiro da. Ações afirmativas nas universidades públicas: o que dizem os editais e manuais. In PAIVA, Angela (org.). **Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras**, p.75-115. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Ed., 2010.

MAROCO, João. **Análise estatística com utilização do SPSS**. 3ª Ed. Lisboa, Edições Sílabo, 2006. (Capítulo 15, PP.684-794).

MENDES, José Sacchetta Ramos. **Laços de Sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa** [eletrônico], n. 117, p. 197-217. Novembro, 2002.

PAIVA, Angela. Mudança no campus: falam os gestores das universidades com ação afirmativa. In PAIVA, Angela (org.). **Entre dados e fatos: ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras**, p.75-115. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Pallas Ed., 2010.

PORTO, Mauro Pereira. Mídia e deliberação política: o modelo do cidadão interpretante. in **Política & Sociedade**: Revista de Sociologia

Política, n. 2, p. 41-66. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2003.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigações em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva Publicações, 4. ed., 2005.

RIBEIRO, Darcy. Tipologia política latino-americana. **Revista Contexto**, nº 2. pp15-35. São Paulo-SP, Hicitec, 1977.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 9ª reimpressão, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S. **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. RJ: Civ. Brasileira, 2002.

SANTOS, Jocélio Teles dos, QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. **Sistema de cotas: um multiculturalismo brasileiro?** Revista Ciência e Cultura, vol.59, no. 2. p. 41-5. São Paulo-SP, 2007.

SANTOS, Ana E. D. C. dos. Percepções e representações da mídia impressa quanto ao debate da ação afirmativa e das cotas para a população negra no Brasil. In Lüchmann, Lígia H. H.; Sell, Carlos E.; Borba, Julian (Orgs.). **Movimentos sociais, participação e reconhecimento** (p. 115-41). Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2008.

SANTOS, Gevanilda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo, SP: Selo Negro, 2009.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 21, n. 1, p.109-130: Brasília-DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Fóruns e redes da sociedade civil: percepções sobre exclusão social e cidadania. **Revista Política & Sociedade**, n. 11., p.19-40. Florianópolis-SC, 2007.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n.1., p.18-27. São Leopoldo, 2010.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma interpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora UnB, 2000.

TAVOLARO, Sérgio B. F. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 59, vol. 20, p.05-22, 2005.

TRAGTENBERG, Marcelo Henrique Romano; BASTOS, João Luiz Dornelles; NOMURA, Lincon Hideo; PERES, Marco Aurélio. Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade? **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 473-495 maio/agosto 2006

## **ANEXOS**

# Anexo 1 – Tabelas diversas com dados da PRAE, COPERVE e de BOING(2011)

Tabela 1a – Descrição dos candidatos por raça/cor (UFSC Campus Florianópolis, 2004-2011)

Variável <sup>a</sup>	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
<b>Raça/Cor</b>								
Branca	33.621 (89,2)	34.880 (86,9)	28.284 (87,1)	25.072 (86,9)	25.372 (86,9)	25.370 (86,5)	27.362 (87,1)	29.343 (87,2)
Preta	832 (2,2)	891 (2,2)	716 (2,2)	584 (2,0)	727 (2,5)	894 (3,0)	772 (2,5)	916 (2,7)
Amarela	689 (1,8)	1.046 (2,6)	700 (2,2)	675 (2,3)	663 (2,3)	646 (2,2)	688 (2,2)	725 (2,2)
Parda	2.462 (6,5)	3.213 (8,0)	2.645 (8,2)	2.421 (8,4)	2.377 (8,1)	2.363 (8,1)	2.540 (8,1)	2.624 (7,8)
Indígena	91 (0,2)	102 (0,2)	112 (0,4)	95 (0,3)	54 (0,2)	59 (0,2)	46 (0,2)	59 (0,2)
<b>TOTAL</b>	<b>37.695</b>	<b>40.132</b>	<b>32.457</b>	<b>28.847</b>	<b>29.193</b>	<b>29.332</b>	<b>31.408</b>	<b>33.667</b>
<b>Raça/Cor</b>								
Branca	3.516 (90,4)	3.454 (88,1)	3.488 (89,0)	3.478 (88,7)	3.370 (82,2)	3.800 (85,1)	4.598 (86,6)	4.894 (85,0)
Prevalência	10,4	9,9	12,3	13,9	13,3	15,0	16,8	16,7
Preta	42 (1,1)	42 (1,1)	41 (1,05)	37 (0,9)	258 (6,3)	180 (4,0)	163 (3,1)	297 (5,2)
Prevalência	5,0	4,7	5,7	6,3	35,5	20,1	21,1	32,4
Amarela	68 (1,8)	109 (2,8)	81 (2,1)	83 (2,1)	69 (1,7)	70 (1,6)	95 (1,8)	89 (1,5)
Prevalência	9,9	10,4	11,6	12,3	10,4	10,8	13,8	12,3
Parda	257 (6,6)	307 (7,8)	297 (7,6)	311 (7,9)	394 (9,6)	405 (9,1)	441 (8,3)	468 (8,1)
Prevalência	10,4	9,6	11,2	12,8	16,6	17,1	17,4	17,8
Indígena	7 (0,2)	8 (0,2)	13 (0,3)	11 (0,4)	7 (0,2)	7 (0,2)	13 (0,2)	10 (0,2)
Prevalência	7,7	7,8	11,6	11,6	13,0	11,9	28,3	16,9
<b>TOTAL</b>	<b>3.890</b>	<b>3.920</b>	<b>3.920</b>	<b>3.920</b>	<b>4.098</b>	<b>4.462</b>	<b>5.310</b>	<b>5.758</b>

Fonte: Relatório de pesquisa quantitativa do INCTi (BOING, 2011, p.8)

Tabela 2a – Descrição dos candidatos aprovados segundo renda (UFSC Campus Florianópolis, 2004-2011)

Variável		2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011	
		n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
<b>Renda familiar bruta (SMI)</b>																	
Até 1		499 (1,3)	45 (1,4)	576 (1,8)	500 (1,7)	534 (1,8)	643 (2,2)	692 (2,2)	867 (2,6)								
1-3		4.332 (11,6)	4.573 (11,4)	4.872 (15,0)	4.472 (15,5)	4.758 (16,3)	5.489 (18,7)	5.992 (19,1)	7.480 (22,2)								
3-5		7.333 (19,6)	7.816 (19,6)	7.514 (23,2)	6.527 (22,6)	6.908 (23,7)	7.158 (24,4)	7.475 (23,8)	8.266 (24,6)								
5-7		6.728 (18,0)	7.231 (18,1)	5.956 (18,4)	5.226 (18,1)	5.013 (17,2)	4.979 (17,0)	5.386 (17,2)	5.694 (16,9)								
7-10		6.816 (18,2)	6.954 (17,4)	5.407 (16,7)	4.697 (16,3)	4.680 (16,0)	4.382 (14,9)	4.571 (14,6)	4.729 (14,0)								
10-20		6.698 (17,9)	7.442 (18,6)	4.963 (15,3)	4.532 (15,7)	4.575 (15,7)	4.222 (14,4)	4.420 (14,1)	4.075 (12,1)								
20-30		2.990 (8,0)	3.104 (7,8)	1.816 (5,6)	1.696 (5,9)	1.592 (5,4)	1.447 (4,9)	1.641 (5,2)	1.457 (4,3)								
Acima 30		2.054 (5,5)	2.259 (5,7)	1.353 (4,2)	1.197 (4,2)	1.133 (3,9)	1.012 (3,4)	1.231 (3,9)	1.099 (3,3)								
<b>TOTAL</b>		<b>37.470</b>	<b>39.928</b>	<b>32.457</b>	<b>28.847</b>	<b>29.193</b>	<b>29.332</b>	<b>31.408</b>	<b>33.667</b>								
<b>Renda familiar bruta (SMI)</b>																	
Até 1		44 (1,1)	45 (1,2)	35 (0,9)	50 (1,3)	60 (1,4)	80 (1,8)	107 (2,0)	157 (2,7)								
Prevalência		8,8	8,2	6,1	-	11,2	12,4	15,5	18,1								
1-3		295 (7,6)	278 (7,1)	357 (9,1)	429 (10,9)	564 (13,8)	679 (15,2)	896 (16,9)	1.297 (22,6)								
Prevalência		6,8	6,1	7,3	9,6	11,8	12,4	15,0	17,3								
3-5		565 (14,6)	580 (14,9)	658 (16,8)	675 (17,2)	880 (21,5)	1.045 (23,4)	1.204 (22,7)	1.347 (23,4)								
Prevalência		7,7	7,4	8,8	10,3	12,7	14,6	16,1	16,3								
5-7		627 (16,2)	618 (15,9)	668 (17,0)	648 (16,5)	683 (16,7)	742 (16,6)	893 (16,8)	956 (16,6)								
Prevalência		9,3	8,5	11,2	12,4	13,6	14,9	16,6	16,8								
7-10		699 (18,1)	728 (18,7)	732 (18,7)	727 (18,6)	691 (16,9)	710 (15,9)	809 (15,2)	802 (13,9)								
Prevalência		10,2	10,5	13,5	15,5	14,8	16,2	17,7	17,3								
10-20		843 (21,8)	951 (24,4)	835 (21,8)	824 (21,0)	764 (18,6)	740 (16,6)	816 (15,4)	747 (13,0)								
Prevalência		12,6	12,8	17,2	18,2	16,7	17,5	18,5	18,3								
20-30		464 (12,0)	416 (10,7)	361 (9,2)	342 (8,7)	264 (6,4)	265 (6,0)	334 (6,3)	255 (4,4)								
Prevalência		15,5	13,4	19,9	20,2	16,6	18,3	20,4	17,5								
Acima 30		327 (8,5)	284 (7,3)	256 (6,5)	225 (6,0)	192 (4,7)	201 (4,5)	251 (4,7)	197 (3,4)								
Prevalência		15,9	12,6	18,9	18,8	16,9	19,9	20,4	17,9								
<b>TOTAL</b>		<b>3.890</b>	<b>3.920</b>	<b>3.920</b>	<b>3.920</b>	<b>4.098</b>	<b>4.462</b>	<b>5.310</b>	<b>5.758</b>								

Fonte: Relatório de pesquisa quantitativa do INCTI (BOING, 2011, p.9)



Tabela 3a – Distribuição das amostras de acordo com o ano de ingresso do aluno, por curso

Curso	Ano de ingresso											Total
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012			
ADMINISTRAÇÃO	-	-	1	1	1	2	29	2	-			36
	-	-	2,8%	2,8%	2,8%	5,6%	80,6%	5,6%	-			100,0%
AGRO ALIMENTAR	-	-	-	-	-	13	5	1	-			19
	-	-	-	-	-	68,4%	26,3%	5,3%	-			100,0%
AGRONOMIA	-	-	-	-	-	-	-	33	-			33
	-	-	-	-	-	-	-	100,0%	-			100,0%
BIBLIOTECONOMIA	-	1	-	1	-	1	-	16	-			19
	-	5,3%	-	5,3%	-	5,3%	-	84,2%	-			100,0%
BIOLOGIA	-	-	-	1	2	11	18	-	1			33
	-	-	-	3,0%	6,1%	33,3%	54,5%	-	3,0%			100,0%
CIÊN. SOCIAIS	1	-	2	5	7	4	21	16	-			56
	1,8%	-	3,6%	8,9%	12,5%	7,1%	37,5%	28,6%	-			100,0%
DIREITO	-	-	-	-	-	-	-	-	36			36
	-	-	-	-	-	-	-	-	100,0%			100,0%

Curso	Ano de ingresso										Total
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012		
ECONOMIA	-	-	-	-	-	2	2	14	-	18	
EDUC. FÍSICA	-	-	-	-	-	11,1%	11,1%	77,8%	-	100,0%	
ENG.CIVIL	-	-	-	-	2	1	14	-	-	17	
	-	-	-	-	11,8%	5,9%	82,4%	-	-	100,0%	
	-	-	2	9	2	-	1	-	-	14	
	-	-	14,3%	64,3%	14,3%	-	7,1%	-	-	100,0%	
ENG.PROD.CIVIL	-	-	1	7	4	-	1	-	-	13	
	-	-	7,7%	53,8%	30,8%	-	7,7%	-	-	100,0%	
ENG.SANITÁRIA	-	-	2	7	8	4	-	-	-	21	
	-	-	9,5%	33,3%	38,1%	19,0%	-	-	-	100,0%	
FÍSICA	-	-	1	-	-	-	1	-	16	18	
	-	-	5,6%	-	-	-	5,6%	-	88,9%	100,0%	
JORNALISMO	-	-	-	-	-	5	18	-	-	23	
	-	-	-	-	-	21,7%	78,3%	-	-	100,0%	

Curso	Ano de ingresso										Total
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012		
MEDICINA	-	-	-	2	41	-	-	-	-	43	
	-	-	-	4,7%	95,3%	-	-	-	-	100,0%	
ODONTOLOGIA	-	-	-	-	-	1	-	36	-	37	
	-	-	-	-	-	2,7%	-	97,3%	-	100,0%	
PEDAGOGIA	-	-	-	3	15	-	2	1	-	21	
	-	-	-	14,3%	71,4%	-	9,5%	4,8%	-	100,0%	
REL. INTERNACIONAIS	-	-	-	-	-	22	-	1	-	23	
						95,7%		4,3%		100,0%	
Total	1,2%	1,2%	9,1%	36,5%	82,0%	66,0%	112,0%	120,0%	53,0%	480,0%	
				7,5%	17,1%	13,8%	23,3%	25,0%	11,0%	100,0%	

Fonte: Dados coletados durante a pesquisa de campo

## Anexo 2 – Questionário

[illegible]

<p><b>19. Você é favorável ao sistema de cotas para ingresso no ensino superior público?</b>          (marque X em todas as alternativas que você concorda):  <input type="checkbox"/> Não sou favorável às cotas                      <input type="checkbox"/> Sim, para negros                      <input type="checkbox"/> Sim, para índios  <input type="checkbox"/> Sim, para alunos vindos de escolas públicas    <input type="checkbox"/> Sim, para deficientes físicos  <input type="checkbox"/> Não tenho opinião formada sobre isso</p>
<p><b>20. É a favor de quais formas de assistência?</b> (marque X em todas as alternativas que você concorda)  <input type="checkbox"/> Auxílio Moradia/moradia estudantil    <input type="checkbox"/> Bolsa-permanência    <input type="checkbox"/> Auxílio alimentação  <input type="checkbox"/> Auxílio material didático                      <input type="checkbox"/> Auxílio medicamento    <input type="checkbox"/> Auxílio creche  <input type="checkbox"/> Auxílio psicológico  <input type="checkbox"/> Outra. Qual: _____</p>
<p><b>21. Você é beneficiário de alguma delas?</b>    <input type="checkbox"/> não                      <input type="checkbox"/> sim (Se sim, quais:)  <input type="checkbox"/> Auxílio Moradia/moradia estudantil    <input type="checkbox"/> Bolsa-permanência    <input type="checkbox"/> Auxílio alimentação  <input type="checkbox"/> Auxílio material didático                      <input type="checkbox"/> Auxílio medicamento    <input type="checkbox"/> Auxílio creche  <input type="checkbox"/> Outra. Qual: _____</p>
<p><b>22. Como você construiu sua opinião atual sobre a política de cotas?</b>          (marque X em todas as alternativas que você concorda)  <input type="checkbox"/> Convivência familiar    <input type="checkbox"/> Informações televisivas    <input type="checkbox"/> Jornais e revistas  <input type="checkbox"/> Debate entre amigos    <input type="checkbox"/> Palestra e/ou aulas                      <input type="checkbox"/> Leituras acadêmicas  <input type="checkbox"/> Redes ativistas                      <input type="checkbox"/> Redes sociais virtuais    <input type="checkbox"/> Convívio com cotistas  <input type="checkbox"/> Outros. Qual: _____</p>
<p><b>23. Com relação à políticas de inclusão social/étnico/racial, como é o caso das políticas de cotas, você as considera:</b>  <input type="checkbox"/> Democráticas    <input type="checkbox"/> Não democráticas    <input type="checkbox"/> Não tem nada a ver com democracia    <input type="checkbox"/> Não sei</p>
<p><b>24. Neste processo de formação de opinião, você chegou a mudar de visão sobre a legitimidade das cotas alguma vez</b> (p. ex. era contrário e depois passou a ser favorável, ou vice-versa)?  <input type="checkbox"/> Sim, já pensei diferente do que penso hoje    <input type="checkbox"/> Sempre pensei assim    <input type="checkbox"/> Estou indeciso</p>
<p><b>25. O que lhe fez repensar sobre a política de cotas?</b>          (marque X em todas as alternativas que você concorda)  <input type="checkbox"/> Nada  <input type="checkbox"/> Convivência familiar    <input type="checkbox"/> Informações televisivas    <input type="checkbox"/> Jornais e revistas  <input type="checkbox"/> Debate entre amigos    <input type="checkbox"/> Palestra e/ou aulas                      <input type="checkbox"/> Leituras acadêmicas  <input type="checkbox"/> Redes ativistas                      <input type="checkbox"/> Redes sociais virtuais    <input type="checkbox"/> Convívio com cotistas  <input type="checkbox"/> Outros. Qual: _____</p>
<p><b>26. Como você justifica sua opinião atual sobre a política de cotas étnicas-raciais e sociais para ingresso no ensino superior público?</b></p> <p>_____</p> <p>_____</p>

27. Poderia narrar alguma experiência marcante na sua convivência com alunos cotistas que o levou a refletir sobre a política de cotas na universidade?

28. Estaria disposto a participar de uma outra entrevista, entre os próximos meses, em local, data e horário a combinar, para assim você relatar melhor essa experiência? (sua identidade e informações de contato serão preservadas)

( ) Não <<FIM do questionário>>

( ) Sim - Neste caso, anotar abaixo suas informações de contato:

Nome de tratamento: \_\_\_\_\_ Telefone:(\_\_\_\_)\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_

e-mail: \_\_\_\_\_

**OBRIGADO POR PARTICIPAR!**

### ANEXO 3 - Modelos de Regressão Logística

#### Modelo 1 – Favorável a cotas para negros

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Constant	-1,506	,129	135,429	1	,000	,222

#### Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	88,375	22	,000
	Block	88,375	22	,000
	Model	88,375	22	,000

#### Model Summary

	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
	292,560 <sup>a</sup>	,197	,322

#### Classification Table<sup>a</sup>

Observed		Predicted		
		Favorável para negros		Percentage Correct
		Não	Sim	
Favorável para negros	Não	321	8	97,6
	Sim	52	21	28,8
Overall Percentage				85,1

a. The cut value is ,500

	Variables in the Equation				
	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
renda_familiar_8	-,382	,166	5,295	,021	,682
trabalha_cotista_17	,067	,236	,081	,776	1,070
conhece_cotista_15	-,124	,151	,678	,410	,883
conviv_fam_22.1	-,062	,333	,035	,852	,940
inf_televisiva_22.2	,120	,358	,113	,737	1,128
jornais_revistas_22.3	,057	,344	,027	,869	1,058
debate_amigos_22.4	,004	,379	,000	,992	1,004
palestra_aulas_22.5	,304	,333	,832	,362	1,355
leit_academicas_22.6	,395	,356	1,228	,268	1,484
redes_ativistas_22.7	,929	,523	3,153	,076	2,533
redes_soci_virt_22.8	,636	,405	2,466	,116	1,889
convivio_cotistas_22.9	,081	,364	,050	,823	1,085
Escala_concorrencia	-,021	,036	,346	,556	,979
Esc_pai_recod	,117	,101	1,337	,248	1,124
Esc_mae_recod	,025	,095	,072	,789	1,026
branq	-1,275	,443	8,286	,004	,279
Amigo_cotista_Recod	,546	,424	1,658	,198	1,726
idade_2	-,011	,035	,097	,755	,989
ano_ingresso_6	-,016	,107	,022	,882	,984
EM_EP	-,261	,418	,389	,533	,770
EM_particular	-1,231	,441	7,777	,005	,292
ser_preto	,667	1,07	,386	,534	1,948
Constant	34,607	216, 39	,026	,873	1,070E 15



## Modelo 2 – Favorável cotas E.P.

Variables in the Equation						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Constant	,693	,106	42,920	1	,000	2,000

Omnibus Tests of Model Coefficients				
		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	69,504	22	,000
	Block	69,504	22	,000
	Model	69,504	22	,000

Model Summary			
Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	442,253 <sup>a</sup>	,159	,221

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

Classification Table <sup>a</sup>				
Observed	Predicted			
	Favorável Esc. Pub.		Percentage	
	Não	Sim		
Favor. para Esc Pub.	Não	49	85	36,6
	Sim	36	232	86,6
Overall Percentage				69,9
a. The cut value is ,500				

	Variables in the Equation				
	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
renda_familiar_8	,005	,124	,002	,968	1,005
trabalha_cotista_17	,034	,188	,033	,855	1,035
conhece_cotista_15	-,131	,113	1,329	,249	,877
constru_opinioao _conviv_fam_22.1	-,260	,255	1,040	,308	,771
inform_televisiva_22.2	,136	,279	,237	,626	1,146
jornais_revistas_22.3	-,046	,256	,033	,856	,955
debate_amigos_22.4	,270	,310	,756	,384	1,310
palestra_aulas_22.5	,050	,274	,033	,855	1,051
leituras_academicas_22.6	,294	,295	,993	,319	1,342
redes_ativistas_22.7	,788	,569	1,913	,167	2,198
redes_sociais_virtu_22.8	-,502	,338	2,211	,137	,605
convivio_cotistas_22.9	,354	,275	1,654	,198	1,424
Escala_concorrencia	,021	,028	,605	,437	1,022
Esc_pai_recod	,147	,085	2,999	,083	1,159
Esc_mae_recod	-,120	,079	2,329	,127	,886
branq	-,493	,507	,947	,331	,611
Amigo_cotista_Recod	,397	,302	1,725	,189	1,487
idade_2	-,074	,029	6,710	,010	,928
ano_ingresso_6	,108	,080	1,806	,179	1,114
EM_EP	,044	,438	,010	,919	1,045
EM_particular	-1,634	,414	15,605	,000	,195
ser_preto	,774	1,439	,289	,591	2,168
Constant	-212,32	161,312	1,732	,188	,000

### Modelo 3 – Favorável à cotas para índios

Variables in the Equation						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Constant	-1,362	,124	121,015	1	,000	,256

Omnibus Tests of Model Coefficients				
		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	70,858	22	,000
	Block	70,858	22	,000
	Model	70,858	22	,000

Model Summary			
Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	335,862 <sup>a</sup>	,162	,254

a. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.

Classification Table <sup>a</sup>				
Observed	Predicted			Percentage Correct
	Favorável para índios			
	Não	Sim		
Favorável para índios	Não	310	10	96,9
	Sim	61	21	25,6
Overall Percentage				82,3
a. The cut value is ,500				

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
renda_familiar_8	-,349	,154	5,105	,024	,706
trabalha_cotista_17	,181	,217	,697	,404	1,199
conhece_cotista_15	-,088	,136	,416	,519	,916
constru_opinioao conviv_fam_22.1	,220	,300	,541	,462	1,246
inform_televisiva_22.2	,236	,330	,513	,474	1,267
jornais_revistas_22.3	,098	,313	,097	,755	1,103
debate_amigos_22.4	,194	,358	,293	,588	1,214
palestra_aulas_22.5	,301	,307	,965	,326	1,351
leituras_academicas_22.6	,344	,334	1,061	,303	1,410
redes_ativistas_22.7	1,135	,495	5,263	,022	3,110
redes_sociais_virtu_22.8	-,040	,402	,010	,921	,961
convivio_cotistas_22.9	-,009	,327	,001	,979	,991
Escala_concorrencia	-,016	,033	,231	,631	,984
Esc_pai_recod	,016	,092	,028	,867	1,016
Esc_mae_recod	-,045	,088	,258	,612	,956
branq	-,652	,439	2,207	,137	,521
Amigo_cotista_Recod	,609	,393	2,401	,121	1,839
idade_2	-,021	,034	,383	,536	,979
ano_ingresso_6	,038	,100	,146	,702	1,039
EM_EP	-,117	,393	,089	,765	,889
EM_particular	-,747	,407	3,370	,066	,474
ser_preto	1,328	1,040	1,630	,202	3,775
Constant	-75,7	201,850	,141	,707	,000

### Modelo 4 – Favorável a cotas para Deficientes Físicos

Variables in the Equation						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Constant	-1,119	,116	93,371	1	,000	,327

Omnibus Tests of Model Coefficients				
		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	65,739	22	,000
	Block	65,739	22	,000
	Model	65,739	22	,000

Model Summary			
Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	383,053 <sup>a</sup>	,151	,224

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

Classification Table <sup>a</sup>				
Observed	Predicted			
		Favorável para Deficiente Físico		Percentage Correct
		Não	Sim	
Favorável p/ Def. Físico	Não	286	17	94,4
	Sim	76	23	23,2
Overall Percentage				76,9
a. The cut value is ,500				

# Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
renda_familiar_8	-,212	,140	2,295	,130	,809
trabalha_cotista_17	-,085	,198	,185	,667	,918
conhece_cotista_15	-,009	,126	,005	,942	,991
constru_opinioao conviv_fam_22.1	,146	,278	,276	,600	1,157
inform_televisiva_22.2	,312	,304	1,059	,303	1,367
jornais_revistas_22.3	-,099	,289	,119	,730	,905
debate_amigos_22.4	,040	,326	,015	,902	1,041
palestra_aulas_22.5	-,093	,290	,104	,747	,911
leituras_academicas_22.6	,657	,308	4,566	,033	1,930
redes_ativistas_22.7	,456	,494	,854	,355	1,578
redes_sociais_virtu_22.8	,240	,359	,448	,503	1,271
convivio_cotistas_22.9	,190	,301	,399	,528	1,209
Escala_concorrencia	-,055	,030	3,375	,066	,946
Esc_pai_recod	-,027	,085	,102	,750	,973
Esc_mae_recod	,001	,082	,000	,992	1,001
branq	-,128	,445	,083	,773	,880
Amigo_cotista_Recod	,731	,356	4,225	,040	2,078
idade_2	-,035	,033	1,127	,288	,965
ano_ingresso_6	-,027	,093	,083	,774	,973
EM_EP	,525	,380	1,901	,168	1,690
EM_particular	-,354	,397	,795	,373	,702
ser_preto	1,855	1,052	3,110	,078	6,395
Constant	54,406	188,249	,084	,773	4,249E23

### Modelo 5 – Contrário às cotas

Variables in the Equation						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Constant	-1,105	,115	91,771	1	,000	,331

Omnibus Tests of Model Coefficients				
		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	70,927	22	,000
	Block	70,927	22	,000
	Model	70,927	22	,000

Model Summary			
Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	380,089 <sup>a</sup>	,162	,240

a. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.

Classification Table <sup>a</sup>				
Observed		Predicted		
		Contrário às cotas		Percentage Correct
		Não	Sim	
Contrário às cotas	Não	287	15	95,0
	Sim	77	23	23,0
Overall Percentage				77,1

a. The cut value is ,500

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	Sig.	B
renda_familiar_8	,080	,136	,346	,556	1,084
trabalha_cotista_17	,253	,212	1,418	,234	1,287
conhece_cotista_15	,146	,124	1,391	,238	1,157
constru_opinioao conviv_fam_22.1	,443	,276	2,574	,109	1,557
inform_televisiva_22.2	-,500	,314	2,538	,111	,606
jornais_revistas_22.3	,386	,280	1,892	,169	1,471
debate_amigos_22.4	,055	,355	,024	,876	1,057
palestra_aulas_22.5	-,027	,304	,008	,931	,974
leituras_academicas_22.6	-,042	,319	,017	,895	,959
redes_ativistas_22.7	-,888	,632	1,974	,160	,411
redes_sociais_virtu_22.8	,471	,366	1,658	,198	1,601
convivio_cotistas_22.9	-,386	,298	1,678	,195	,680
Escala_concorrencia	,014	,030	,207	,649	1,014
Esc_pai_recod	-,165	,096	2,930	,087	,848
Esc_mae_recod	,090	,090	1,009	,315	1,094
branq	,496	,590	,707	,400	1,642
Amigo_cotista_Recod	-,447	,332	1,815	,178	,639
idade_2	,097	,030	10,414	,001	1,102
ano_ingresso_6	-,090	,086	1,099	,294	,914
EM_EP	-,343	,516	,441	,507	,710
EM_particular	1,567	,460	11,606	,001	4,792
ser_preto	,003	1,559	,000	,998	1,003
Constant	175,005	173,183	1,021	,312	1,00E 76



### Modelo 6 – Aceitação máxima das cotas étnicas

Variables in the Equation						
	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Constant	-1,664	,136	149,026	1	,000	,189

Omnibus Tests of Model Coefficients				
		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	84,774	22	,000
	Block	84,774	22	,000
	Model	84,774	22	,000

Model Summary			
Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	267,657 <sup>a</sup>	,190	,326

a. Estimation terminated at iteration number 6 because parameter estimates changed by less than ,001.

Classification Table				
Observed		Predicted		
		Aceitação máx. das cotas étnicas		Percentage Correct
		0	1	
Aceitação máxi. das cotas étnicas	Não	332	6	98,2
	Sim	45	19	29,7
Overall Percentage				87,3

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
renda_familiar_8	-,370	,178	4,327	,038	,691
trabalha_cotista_17	-,019	,247	,006	,938	,981
conhece_cotista_15	-,082	,160	,263	,608	,921
constru_opinioao conviv_fam_22.1	,021	,348	,004	,952	1,021
inform_televisiva_22.2	,076	,386	,039	,843	1,079
jornais_revistas_22.3	-,055	,364	,023	,880	,947
debate_amigos_22.4	,124	,398	,097	,755	1,132
palestra_aulas_22.5	,401	,346	1,343	,246	1,494
leituras_academicas_22.6	,649	,369	3,090	,079	1,913
redes_ativistas_22.7	1,259	,535	5,537	,019	3,524
redes_sociais_virtu_22.8	,221	,447	,246	,620	1,248
convivio_cotistas_22.9	,091	,380	,057	,811	1,095
Escala_concorrencia	-,037	,038	,929	,335	,964
Esc_pai_recod	,016	,104	,024	,876	1,016
Esc_mae_recod	,005	,099	,002	,961	1,005
branq	-,936	,475	3,890	,049	,392
Amigo_cotista_Recod	,801	,458	3,061	,080	2,227
idade_2	-,013	,037	,123	,725	,987
ano_ingresso_6	,004	,115	,001	,971	1,004
EM_EP	-,250	,431	,336	,562	,779
EM_particular	-1,13	,466	5,946	,015	,321
ser_preto	1,160	1,095	1,123	,289	3,189
Constant	-6,41	230,783	,001	,978	,002

**Modelo 7 – Fatores que colaboram para a mudança de opinião –  
Aceitação cotas para negros**

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Constant	-1,309	,185	49,922	1	,000	,270

Omnibus Tests of Model Coefficients

		Chi-square	df	Sig.
Step 1	Step	25,901	9	,002
	Block	25,901	9	,002
	Model	25,901	9	,002

Model Summary

Step	-2 Log likelihood	Cox & Snell R Square	Nagelkerke R Square
1	154,168 <sup>a</sup>	,138	,215

a. Estimation terminated at iteration number 5 because parameter estimates changed by less than ,001.

Variables in the Equation

	B	S.E.	Wald	Sig.	Exp(B)
conviv_familiar_25.2	-,137	,502	,074	,785	,872
inform_televisiva_25.3	,649	,587	1,222	,269	1,914
jornais_revistas_25.4	,539	,485	1,235	,267	1,715
debate_amigos_25.5	-,140	,468	,089	,765	,869
palestra_aulas_25.6	,687	,468	2,155	,142	1,988
leituras_academicas_25.7	,278	,474	,345	,557	1,321
redes_ativistas_25.8	-,430	,813	,279	,597	,651
redes_sociais_virtuais_25.9	1,359	,444	9,349	,002	3,891
convivio_cotistas_25.10	-1,16	,421	7,672	,006	,311
Constant	-1,62	,438	13,582	,000	,199

## ANEXO 4 - Análises fatoriais

### Modelo 1 – Índices, fatores socioeconômicos, socialização e branquitude

#### KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,685
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	694,979
	df	66
	Sig.	,000

#### Rotated Component Matrix

	Component					
	1	2	3	4	5	6
Renda Familiar	,530	,062	,088	,092	,479	-,297
Conhece Cotista	,048	,797	,039	,059	,286	,052
Trabalha c/ cotista	-,027	,846	-,057	-,081	-,006	,028
IAC	-,043	,122	-,673	-,004	-,270	,288
IAPAA	-,071	,030	-,147	,021	-,019	,878
IFAO	,196	,502	-,071	,451	-,482	-,035
IFMO	-,083	-,073	-,068	,872	,110	-,034
IFVO	,281	,115	,131	,509	,049	,412
Esc. concorrência vestibular 2012	,219	,315	,066	,165	,709	,038
Escol. pai	,821	,002	,042	-,039	,136	,054
Escol. mãe	,846	,033	,062	,061	-,008	-,029
Esc. Branquitude	,088	,052	,886	-,029	-,078	,044

## Modelo 2 – Índices, fatores socioeconômicos, socialização

### KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,694
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	751,301
	df	66
	Sig.	,000

### Rotated Component Matrix <sup>a</sup>

	Component						
	1	2	3	4	5	6	7
Idade	-0,172	-0,121	0,932	0,024	0,008	0,039	0,001
Renda Familiar	0,706	0,18	0,201	-0,23	0,082	-0,09	-0,17
Conhece Cotista	0,069	0,845	-0,07	0,024	0,028	0,05	-0,02
Trabalha c/ cotista	-0,081	0,766	-0,12	0,075	-0,12	0,28	0,019
IAC	-0,116	0,051	0,025	0,972	0,024	0,067	0,115
IAPAA	-0,073	0,021	0,00	0,113	0,011	0,055	0,977
IFAO	0,057	0,198	0,046	0,069	0,134	0,906	0,061
IFMO	-0,014	-0,015	0,007	0,024	0,961	0,12	0,007
IFVO	0,141	0,127	0,041	0,003	0,121	0,081	0,059
Esc. concorrência vestibular 2012	0,455	0,547	0,184	-0,13	0,237	-0,21	0,093
Escol. pai	0,777	0,014	-0,21	0,064	-0,06	-0,03	-0,02
Escol. mãe	0,783	-0,071	-0,22	-0,06	-0,03	0,212	0,029

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

<sup>a</sup> Rotation converged in 8 iterations.

### Modelo 3 – Fator geracional e racial analisados conjuntamente

#### KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,690
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	726,846
	df	78
	Sig.	,000

#### Rotated Component Matrix<sup>a</sup>

	Component			
	1	2	3	4
Idade	-,563	-,197	-,108	,442
Escala de Branquitude	,127	,048	-,526	-,051
IAC	-,031	,089	,750	-,005
IAPAA	,049	,059	,595	,152
IFAO	,096	,429	,280	,314
IFMO	-,061	-,018	,059	,725
IFVO	,289	,162	,115	,567
Escol. pai	,793	,000	-,126	,078
Escol. mãe	,797	,011	-,110	,117
Renda Familiar	,427	,110	-,515	,240
Escala de concorrência no vestibular 2012	,255	,408	-,342	,330
Conhece Cotista	,065	,833	-,094	,075
Trabalha com cotista	-,035	,829	,090	-,108

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.